



NAVEGANDO

HISTÓRIA DE UM TEMPO SEM MEMÓRIA

RESISTÊNCIAS DAS MULHERES
DO SERVIÇO SOCIAL NA DITADURA
DE 1964-1985

MARIA ELAENE RODRIGUES ALVES

HISTÓRIA DE UM TEMPO SEM MEMÓRIA: RESISTÊNCIA
DAS MULHERES DO SERVIÇO SOCIAL
NA DITADURA DE 1964-1985.

Maria Elaene Rodrigues Alves

HISTÓRIA DE UM TEMPO SEM MEMÓRIA: RESISTÊNCIA
DAS MULHERES DO SERVIÇO SOCIAL
NA DITADURA DE 1964-1985

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações

2022



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando


Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena

Arte da Capa: Dêborah Meira

Copyright © by autor, 2022.

H62999 – ALVES, Maria Elaene Rodrigues. História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

ISBN: 978-65-81417-54-3

 10.29388/978-65-81417-54-3

1. História 2. Serviço Social 3. Ditadura Civil-Militar I. Maria Elaene Rodrigues Alves
II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFTM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicia María de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lec University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas -Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Sílvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba

Dedico este livro às estudantes, professoras e assistentes sociais que durante os 21 anos de ditadura empresarial militar sofreram violências e violação de seus direitos e tiveram parte de sua juventude “roubada”.

In memoriam, à assistente social Gilse Consenza.

“Liberdade encarcerada,
boca silenciada, amordaçada, dentes quebrados,
alma em pedaços...
No meu corpo as marcas ignóbeis da tortura.
Não, não vou e não posso esquecer o choque,
a cadeira do dragão, o telefone, a humilhação, o estupro, o rato...
Ainda ouço o meu grito e de tantas companheiras e companheiros
que sucumbiram sob a tortura cínica e fascista do Estado.
Ainda sinto o peso das suas botas na minha garganta,
sufoco, socorro...
Resistir?
Esta é sempre nossa narrativa, marca forjada de sangue e pau-de-
arara...
Resistir, é nosso verbo, passado, pretérito, futuro.
Não nos calaram!
Ainda estou viva,
sobrevivendo com minhas dores, certezas e impunidades dos
meus torturadores,
Ainda estou vivaaaaa!!!
Desobedei a ordem de não existir, de me aniquilar,
de me fazer invisível nos livros, na presença das novas gerações.
Estou VIVA!!!
Minha memória é este corpo com cicatrizes,
fissuras e que carrego como bandeira, existência.
O terror da tortura já não me amedronta,
meu medo já foi passado à ferro, fio, à força bruta
e correntes elétricas...
Meu heroísmo?
É continuar viva,
É lutar,
É ser memória,
É ser... Para o acontecer das gerações que virão...”
(Andréa Lima — LIMA, 2021)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
<i>Mirla Cisne</i>	
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 1 - O DIA QUE DUROU 21 ANOS: 1º DE ABRIL DE 1964 E A DITADURA EMPRESARIAL MILITAR	29
1.1. O golpe de 1964: antecedentes, processo e significado	30
1.2 Atualização das raízes coloniais: autocracia e violência	48
CAPÍTULO 2 - QUE BOM TE VER VIVA!: AS VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR	61
2.1 A história das mulheres na Ditadura empresarial militar	61
2.2 Violências contra as mulheres na Ditadura empresarial militar: resistência e dor	80
2.3 Mulheres e participação política no Movimento da Anistia Internacional	91
CAPÍTULO 3 - ATRÁS DE PORTAS FECHADAS: AS LUTAS DAS MULHERES ESTUDANTES, ASSISTENTES SOCIAIS E/OU DOCENTES NA DITADURA BRASILEIRA	103
3.1 Mulheres e Serviço Social na Ditadura empresarial militar: herança e resistência ao conservadorismo	103
3.2 Ditadura, repressão e perseguições: as estudantes, assistentes sociais e/ou docentes no enfrentamento às violações de direitos	114
3.3 O “Congresso da Virada”: resultado de organização e resistência na história das assistentes sociais	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	141
SOBRE A AUTORA	151

PREFÁCIO*

Em meio às dores, um sopro de vida: “histórias que a história qualquer dia contará [...] As passagens, as coragens. São sementes espalhadas nesse chão”¹.

Início o prefácio deste livro com uma profunda emoção, tanto pela honra de apresentar a sua autora, Elaene Rodrigues – conhecida carinhosamente como Lalá –, como pela relevância da obra que ora se apresenta ao público, resultado de uma síntese que revela sua autora: força, sensibilidade e compromisso ético-político com o Serviço Social e com o feminismo.

Ao receber o honroso convite para prefaciá-lo este livro, um “filme” passou na minha cabeça. Peço licença ao público para brevemente relatar cenas marcantes desse “filme”, que, embora fale um pouco da minha trajetória, mais do que isso, apresenta a importância e grandeza da autora desta obra.

Tive o prazer e a sorte de conhecer Elaene Rodrigues pouco antes de eu ingressar na graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE), em meados da década de 1990, quando Lalá desenvolvia um belíssimo projeto de intervenção de estágio junto às mulheres em situação de aprisionamento no Presídio Feminino de Fortaleza Ari Moura Costa. À época, eu possuía em torno de 16 ou 17 anos e lembro, como se fosse hoje, a dura e rica experiência de entrar em um presídio; de conhecer uma realidade tão cruel, mas ao mesmo tempo reveladora de uma força tão grandiosa das mulheres. Lalá, com sua simplicidade, espontaneidade, competência profissional e criatividade, em meio às frias paredes e grades que prendiam corpos praticamente mortificados, conseguia levar arte, formação política, força e sorriso para as mulheres, que passavam a se perceber como sujeitos de direito. A vida soprava em meio a tantas dores e negações de direitos, ainda que com inúmeras dificuldades estruturais. Não era à toa, ou por coincidência, portanto, que Lalá era querida e admirada absolutamente por todas essas mulheres – característica impressionante que ela carrega por onde passa. Havia naquele presídio um misto de dor e força; revolta e resistência; medo e superação; negação de direitos e insubordinação. Foi ali que eu me encantei com o Serviço Social e, ainda sem me dar conta, com o feminismo. A Lalá, foi então, sem dúvida, fundamental para minha escolha consciente de abraçar o Serviço Social como profissão. Descobri o Serviço Social e, concomitantemente, a militância no movimento estudantil – partidária e feminista. Nesse percurso, a Lalá se tornou uma referência não apenas profissional e política, mas, acima de tudo,

*DOI – 10.29388/978-65-81417-54-3-f.15-20

¹ Trecho da música “Pequena memória para um tempo sem memória”, de Gonzaguinha.

humana, ocupando, portanto, um papel central nesse meu filme, bem como no de inúmeras outras profissionais e usuárias/os do Serviço Social.

Uma menina nascida no interior do Ceará, em Tamboril, foi estudar na capital e ousou desafiar este mundo. A simplicidade da menina do interior se misturava com a valentia da resistência nordestina na luta pela sobrevivência – crescia uma guerreira, militante negra, feminista e do movimento estudantil que sempre primou pela autonomia. Radicada em uma formação profissional embebida de compromisso militante com o Projeto Profissional do Serviço Social, Lalá foi representante estudantil da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e hoje é Coordenadora de graduação da região Centro-Oeste (gestão 2018/2020). Foi Coordenadora de Políticas para as Mulheres em Fortaleza de 2004-2005 e Secretária municipal de Assistência Social (2006-2012) nos mandatos da Prefeita Luizianne Lins (PT), em Fortaleza, tornando-se um diferencial nacional na gestão dessa política. Em seguida, cursou doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde defendeu, sob orientação da Professora Ana Inês, a tese de doutoramento que dá origem a este livro. Atualmente, Elaene é Professora Adjunta da Universidade de Brasília (UNB).

Em uma breve síntese posso dizer, sem medo de errar, que a trajetória da Lalá é marcada por irreverência, forte criatividade e compromisso político com a defesa intransigente dos direitos das mulheres.

Em sua tese de doutorado, que agora se apresenta em livro, posso dizer que a mesma sensação que Lalá me apresentou no Serviço Social é revivida: dor e força. Mais uma vez Lalá apresenta uma realidade dura envolvendo mulheres, com a mesma capacidade de dar leveza e sopro de vida e resistência a uma realidade tão difícil e sufocante. Agora, enriquecida com a maturidade de uma larga e rica trajetória profissional e política, balizada pela profundidade teórico-metodológica de uma tese de doutorado que cumpre com rigor o seu caráter inédito. Gostaria de pontuar a relevância desta obra em vários aspectos.

Primeiramente, na conjuntura reacionária, ultraconservadora, ofensivamente patriarcal e apologética à autocracia, que vivenciamos, falar criticamente do período da ditadura civil-militar é mais do que importante: é imprescindível para desideologizarmos esse período histórico do nosso país que teima em não ficar no passado, mas busca a todo custo se revigorar em nosso presente, por vezes, de uma forma explícita. Como nos alerta a autora:

A extrema direita tem conseguido despertar na sociedade forças reacionárias que ameaçam a integridade física e moral da maioria da população. Não estavam simplesmente apresentando suas propostas quando disputaram a eleição de 2018, estavam dando continuidade e operando um golpe contra a democracia e a sociedade de direitos.

Vivenciar uma conjuntura na qual jovens defendem a autocracia, a criminalização dos movimentos sociais, a pena de morte, o fascismo etc., exige de todas as pessoas comprometidas com a defesa da democracia a denúncia incansável e contundente ao significado violento e bárbaro da autocracia. Esta obra representa também esse esforço.

Esse recrudescimento do conservadorismo, que impacta de forma mais intensa e particular às mulheres, não ocorre sem resistência – destacadamente, do movimento feminista –, como nos lembra Elaene Rodrigues:

As lutas sociais também tomam forma na força das mulheres e do feminismo, em meio a outros movimentos sociais, para além das mídias e redes sociais. No âmbito da mobilização social, as mulheres têm lutado intensamente nas ruas contra as diversas manifestações de violência, expressas tipicamente por relações patriarcais.

O segundo destaque que faço à obra, diz respeito aos fundamentos do Serviço Social. Esta obra inédita revela a história de mulheres que fizeram e fazem essa profissão, com fortes dores, mas, sem dúvida, com um grande legado de lutas. Conhecer um pouco da trajetória dessas mulheres é, sem dúvida, também conhecer a história do Serviço Social em sua perspectiva emancipatória. Para a autora, esse período ditatorial “freou o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão em uma perspectiva crítica, só expressa e retomada no Brasil a partir de 1979, resultado de lutas pela redemocratização no país e, também, de resistências dessas mulheres em diferentes espaços”.

Em terceiro lugar, escrever sobre mulheres é contribuir para a superação da invisibilidade histórica que marca nossas vidas como sujeitos – em particular, escrever sobre mulheres lutadoras, militantes políticas que tiveram sua voz forçadamente caladas e seus corpos violados. Trata-se, nas palavras da autora:

[...] da experiência de mulheres que resistiram à ditadura, que lutaram e sofreram a dor indizível das várias violências exercidas pelos agentes públicos do Estado. Seu recorte privilegia, dessa forma, o estudo de mulheres do Serviço Social – estudantes, assistentes sociais e/ou docentes em sua inserção naquele momento histórico da sociedade brasileira, procurando conhecer e explicitar os processos de violências e resistências experimentados.

Uma das grandes contribuições desta obra, portanto, é desocultar e dar visibilidade a essas mulheres que tanto tem a nos dizer e a nos ensinar – exemplos vivos de luta e resistência. As vozes que foram caladas precisam ecoar e explodir em gritos: gritos coletivos por um mundo livre de violências,

opressões e explorações. Afinal, não representavam apenas a individualidade de cada uma, mas, também, carregavam os sonhos de um novo mundo. Para tanto, a autora realizou uma pesquisa junto aos arquivos documentais do período da Ditadura empresarial militar e entrevistou uma parcela dessas mulheres. O processo foi acompanhado de uma rigorosa e crítica revisão teórico-bibliográfica que permitiu reconstruir trajetórias de violências e resistências experimentadas por essas Assistentes Sociais que vivenciaram e resistiram a face mais cruel do obscurantismo da Ditadura empresarial militar.

Aproximou-se, assim, de paixões, ideologias, costumes, valores de uma categoria, formada eminentemente por mulheres, que resistiram e sofreram as mais variadas violações de direitos. Também se tornou necessário afirmar a relação do Serviço Social com a participação das mulheres na vida política – aqui, nesse desenho de pesquisa, especificamente, com o recorte desse período de violência e obscurantismo. Isto é, procurou-se estabelecer, ainda, aproximações a processos que podem revelar contribuições no entendimento de como tal atuação pode, também, ter contribuído para a construção de um projeto ético-político da profissão, com caráter mais crítico e comprometido com a classe trabalhadora, mesmo reconhecendo os limites dessa profissão e a presença, tanto ontem quanto hoje, do conservadorismo em seu interior.

Este livro trata, portanto, de mulheres que, segundo Elaene Rodrigues, “ousaram não apenas enfrentar a ditadura, mas também, hoje, a partir da provocação desta pesquisa, a enfrentar e vasculhar suas memórias, expor suas dores, angústias e lembranças mais íntimas”. É uma maneira de tornar possível a memória dolorosa da particularidade das mulheres do Serviço Social no processo de ditadura de 1964–1985 no Brasil.

A quarta relevância que gostaria de destacar sobre esta obra é o fortalecimento do campo do feminismo materialista na produção do Serviço Social e, portanto, de uma perspectiva crítica, afinada com o Projeto Ético-Político, na defesa intransigente da liberdade e da igualdade substantivas. Um feminismo, portanto, emancipatório, cada vez mais necessário no tempo presente (que é ofensiva e insistentemente patriarcal). Destaco ainda, o caráter de (in)formação e de denúncia política, fundamentada historicamente, sobre a Ditadura empresarial militar que o livro oferece, como é demonstrado nas palavras da autora:

É inexplicável que o Brasil, quase 34 anos depois do fim daquela ditadura, ainda não tenha feito um esforço suficientemente efetivo para apurar os crimes cometidos pelos seus agentes militares e civis, que atuaram durante esse período pavoroso de nossa história e – o mais importante – não ter empreendido ações decisivas de punir de modo exemplar os autores dessas violências. Não é à toa que tantos jovens no Brasil demonstrem desconhecimento sobre este fato histórico e/ou o concebem de um ponto de vista perigosamente reacionário, apontando a luta revolucionária e de resistência à Ditadura empresarial militar como “terrorismo” (termo usado, vejam só, pela Ditadura Brasileira).

Nas suas conclusões, a autora reforça essa perspectiva da denúncia política, ao afirmar que uma ditadura “não se apaga com eleições, ausência de participação popular, pragmatismo e acordos políticos e, nem mesmo, com uma Constituição, embora eleições e constituições sejam muito importantes”. Por isso, enfaticamente, denuncia: “Os militares não pagaram pelos seus crimes, e, do ponto de vista dos militantes, não houve, de fato, uma anistia e tampouco a memória desse período histórico foi amplamente reconstruída e divulgada”.

Por fim, sobre a narrativa do livro, outro destaque merece ser ressaltado. A música, a poesia, as performances, enfim, a arte, sempre foram presentes na trajetória da Lalá, mesmo em contextos bastante duros, como brevemente relatei em sua experiência de estágio no presídio feminino Ari Moura Costa. Aqui não poderia ser diferente: este livro é subdividido em capítulos intitulados com nomes de filmes alusivos ao período da ditadura empresarial militar no Brasil, que muito mais do que intitular, são sugestões para o conhecimento do público leitor. Para tanto, uma breve sinopse de cada filme é apresentada em rodapé.

Com a convicção que não tenho capacidade de traduzir a grandeza deste livro em um prefácio, convido o público leitor a receber em suas mãos a possibilidade de um mergulho na história, em um resgate crítico e em uma perspectiva de análise feminista materialista de uma memória oculta, que nos instrumentaliza diante dos velhos e atuais desafios. Como conclui Elaene Rodrigues: “memórias resgatadas e discutidas recuperam a história de ontem, expõem os desafios da atualidade e advertem sobre aqueles do presente e futuro que chamam para a organização coletiva e para a resistência”.

Brota aqui, parafraseando Gonzaguinha, “Memória de um tempo onde lutar por seu direito, é um defeito que mata [...] São histórias que a história qualquer dia contará. [...] As passagens, as coragens, são sementes espalhadas pelo chão”. Saibamos semear essas sementes presenteadas pelas mulheres en-

trevistadas para dar vida a esta obra: mulheres que abriram sua história de dor, mas, também, de ensinamentos de luta e coragem por um novo mundo. Seguiremos com vocês e por vocês. Não nos renderemos!

Mirla Cisne

Professora Doutora da Faculdade Serviço Social do Estado do
Rio Grande do Norte.

INTRODUÇÃO

A ditadura empresarial militar de 1964–1985 ainda não foi amplamente e suficientemente discutida e analisada no Serviço Social, seja em relação ao momento histórico em si ou em relação às suas consequências na contemporaneidade.

Oriundo da minha tese de doutoramento², este livro ousa tocar em aspecto até recentemente silenciado, ocultado na memória de protagonistas daquele doloroso processo histórico: a experiência de mulheres assistentes sociais – profissionais de campo, estudantes e docentes – que resistiram à ditadura, que lutaram e sofreram a dor indizível das várias violências exercidas pelos agentes públicos do Estado.

Além da revisão teórico-bibliográfica, a pesquisa contou com trabalho de campo e fontes documentais diversas – sejam aquelas publicizadas por diferentes organizações que vêm estabelecendo ajustes históricos com este passado da história nacional, sejam os registros do Sistema Nacional de Informações, disponíveis no Arquivo Nacional, no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964–1985), conhecido e identificado como “Memórias Reveladas”. A partir da técnica de investigação a entrevista com a coleta de depoimentos orais, tal experiência foi revelada através de entrevista de 10 (dez)³ assistentes sociais militantes que foram vítimas das atrocidades cometidas pelo Estado ditatorial, selecionadas a partir de pesquisa realizada na seção do Serviço Nacional de Informação (SNI) do Arquivo Nacional e da metodologia Bola de Neve (*Snowball*), através da qual as informantes apresentam outras pessoas que, para o desenho desta pesquisa, foram aquelas que detinham os atributos próprios aos critérios adotados.

Na tese, no primeiro capítulo discute-se o percurso metodológico de pesquisa, o método da pesquisa, o perfil das entrevistadas e o processo da elaboração da tese, problematizando os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a aproximação ao objeto de estudo. Esse capítulo não será utilizado neste livro porque será publicado como artigo em uma coletânea.

² Tese defendida em dezembro de 2018 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) sob o título “Pequena memória para um tempo sem memória: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na Ditadura Civil-Militar de 1964–1985”.

³ No decorrer do trabalho de campo da tese, quando da realização das entrevistas, as mulheres entrevistadas demonstraram interesse que houvesse a identificação de suas entrevistas, a fim de que suas histórias de vida ficassem registradas como síntese de uma dada época histórica. Nesse sentido os nomes das entrevistadas são citados.

O grupo de entrevistadas pode aqui, a partir de algumas características, ser identificado com um perfil. O recorte privilegiado em nossa pesquisa foi, conforme já exposto, o de buscar entrevistar apenas aquelas que, de alguma forma, participaram de organizações políticas, que lutaram na resistência e sofreram violências nesse período. Do total das entrevistadas, mais da metade (60%), 6 delas foram presas, enquanto as demais sofreram outras formas de violência e perseguições nos âmbitos do trabalho e/ou da justiça.

A maioria, 80 % (ou 8 delas), concentrou a sua participação política em movimentos urbanos, muito embora uma parcela não residual (4 delas, correspondente a 40%) tenha nascido em zona rural. A configuração desse perfil mais urbano é decorrente do fato de que mesmo as oriundas da área rural se deslocaram em um dado momento da vida para as capitais com objetivo de estudar e/ou trabalhar.

Do ponto de vista regional, 6 (60%) são oriundas do Nordeste e 4 (40%) da região Sudeste do país, conquanto se identifique grande fluxo de deslocamento para esta última região, onde ocorreu envolvimento com a ação política para 8 (80%) delas. Apenas 2 delas (20%) mantiveram sua militância circunscrita à região Nordeste. Uma (1) entrevistada militou na região Centro-Oeste e uma outra (1) na região Sul. A identificação do espaço onde essas mulheres militaram, a partir das entrevistas, está em consonância com os arquivos das fontes documentais do SNI levantados e revisados que apontam a Região Sul do país como a que menos apresenta registros de militantes vinculadas ao Serviço Social atuando naquela região durante o período da Ditadura empresarial militar.

Atualmente, a maioria absoluta das entrevistadas (80%) mora em estados diferentes daqueles de sua origem, como resultado de um deslocamento que foi motivado inicialmente por perseguições políticas ou para cumprir tarefas partidárias. Nesse sentido, a política pôs a vida dessas mulheres em movimento, fosse pela perseguição que sofreram e as levaram à clandestinidade, fosse pela perda de emprego que as forçou a buscar outras cidades para recomeçar a vida profissional.

Também em convergência com os dados registrados nos arquivos do SNI, a maioria dessas estudantes, assistentes sociais e/ou docentes se situava, quando do período da ditadura de 1964, na faixa etária entre 18 e 24 anos (no período entre meados dos anos 1960 e início dos anos 1970). Segundo seus depoimentos orais, todas elas compartilharam e viveram a mesma conjuntura histórica e partilharam sonhos semelhantes, lutando, em movimentos que, embora muito diversos, ambicionavam contribuir para a construção de uma outra sociedade.

Em relação ao perfil das mulheres, o recorte privilegiado foi, conforme já exposto, o de buscar apenas aquelas que, de alguma forma, participaram de organizações políticas, que lutaram na resistência e sofreram violências nesse período. Do total das entrevistadas, 6 (60%) delas foram presas, enquanto as demais sofreram outras formas de violência e perseguições nos âmbitos do trabalho e/ou da justiça.

As informantes desta pesquisa são, em sua maioria (80% ou 8 delas), mulheres brancas, provenientes das frações médias, sendo possível inferir similaridade com aquelas identificadas nos registros do SNI constantes das fontes consultadas no acervo do Arquivo Nacional. Nas entrevistas, apenas 2 (20%) delas, oriundas do Nordeste, relataram ter experimentado condições de vida próprias à pobreza, além de terem identificado sua militância junto às Ligas Camponesas.

Todas as entrevistadas tiveram sua trajetória ligada, de forma direta ou indireta, à Igreja Católica, em decorrência da influência familiar, escolar ou, por vezes, da militância política, inclusive desde a fase da adolescência. Entre essas organizações destacam-se: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). De modo geral foram marcadas pelo contexto político de crise econômica, política e de grandes questionamentos sobre os rumos do país.

A vida e militância ligada à Igreja Católica, tendo uma formação com base em valores como justiça e caridade, as discussões sobre pobreza, igualdade, justiça social e a miséria no país e/ou na vida de colegas de escola, foram despertadas muito cedo. Somente 2 entrevistadas (20%) tiveram seu posicionamento político construído ainda em casa e no convívio com pais comunistas no interior do Nordeste.

Além da Igreja Católica, o movimento estudantil se constituiu numa formidável agência de socialização política para estas mulheres. Das entrevistadas, 9 (90%) afirmaram ter feito parte do movimento estudantil secundário e/ou universitário, assim como participaram de organizações político-partidárias: 8 (80%) na Ação Popular (AP), sendo que 2 delas (20% do universo pesquisado) foram depois para outras organizações partidárias – Organização Marxista Revolucionária/Política Operária (POLOP) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). 1 (10%) atuou na Juventude Operária Católica (JOC) e 1 (10%) em sindicato da categoria dos assistentes sociais. Todas as entrevistadas possuíram claramente desde cedo uma posição de resistência ao regime vigente naquele período.

A entrada dessas mulheres na universidade possibilitou a abertura para projetos profissionais e para um modo de vida que não estava no horizonte histórico da geração de suas mães. Não por acaso, quase a metade das

entrevistadas (4 delas, ou 40%) se identificou com a militância em movimento de mulheres, enquanto 2 (20%) seguiram carreira parlamentar, atuando na defesa de direitos humanos, em especial de direitos das mulheres.

Na verdade, estas mulheres militantes, durante a ditadura, cumpriram um papel duplamente transgressor: como agentes políticos, ao se insurgirem contra o regime autoritário; e ao romperem com os padrões tradicionais de gênero, quando ocuparam o espaço público e a arena política (COLLING, 1997).

Portanto, foram mulheres que expressaram compromisso sintonizado com as lutas sociais que se travavam naquele momento no ambiente acadêmico e/ou no processo de redemocratização, e cuja história se constitui em um legado não só para a profissão, mas para a memória de nossa sociedade deixada para gerações atuais e futuras. Por meio da realização de pesquisa junto Arquivo Nacional Centro de Referência Memórias Reveladas e de entrevistas com uma parcela dessas mulheres, buscou-se uma aproximação com as paixões, ideologias, costumes e valores de uma categoria eminentemente feminina.

A intenção deste livro não é o de idealizar as mulheres que resistiram ao arbítrio ditatorial, nem de torná-las figuras heroicas. Ao lembrar da Ditadura empresarial militar e das lutas de resistência nesse período, o intuito é contribuir para que a tirania e a violência não se repitam e que as pessoas que lutaram em prol da democracia sejam lembradas.

A importância da publicação que o(a) leitor(a) tem em mãos tem a ver, e muito, com o contexto atual que reedita velhas e novas formas de violência típicas do conservadorismo brasileiro. No mais recente processo eleitoral do país, em 2018, concorreu e ganhou as eleições presidenciais um candidato com perfil fascista, misógino, racista e homofóbico, que vem há muito se pronunciando publicamente a favor do retorno da ditadura e é declaradamente um admirador do abominável torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932–2015), a quem já havia homenageado na declaração de voto durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta da República.

Todavia, nossa formação social (ontem e hoje) é marcada não somente por diversas formas de opressão e repressão; é constituída também por lutas, revoltas, resistências e significativas manifestações de lutas de classe.

A história da formação social brasileira, a partir da perspectiva da participação política das mulheres – das suas lutas e resistências – tem suas particularidades, na medida em que se relaciona a processos de exploração/dominação de suas vidas, em diferentes âmbitos – desde a vida privada até os diversos espaços de sua inserção na sociedade. Tal realidade tem como base a constituição da sociedade hetero-patriarcal-racista e capitalista, como sistema articulado de dominação dos homens, brancos e heterossexuais.

A exploração, opressão e dominação das mulheres perpassam múltiplas desigualdades sociais e, em especial, pelas desigualdades de raça e etnia na conformação das classes sociais. São diferenciadas ainda de acordo com o tempo histórico e a realidade social em que estiveram, e estão inseridas. Sendo assim, acredita-se também que, diante do atual contexto de escalada do profascismo na sociedade brasileira, é mais que importante socializar a história de resistências nas quais essas mulheres estiveram à frente, e as violações de direitos que sofreram e testemunharam, como legado para as futuras gerações de estudantes e profissionais.

O registro de uma pequena parte da memória de mulheres do Serviço Social, que atuaram de diferentes formas e em diversas frentes de resistência no contexto da Ditadura empresarial militar de 1964–1985, além de contribuir para ampliar o debate de um período doloroso da história nacional também é útil à discussão sobre o processo de renovação da profissão, uma vez que aproximações ao período da ditadura de 1964 através de depoimentos, entrevistas, pesquisa documental e teórico-bibliográfica possibilitam desvelar de que forma as lutas de resistência contribuíram para o avanço da ruptura com o tradicionalismo profissional e para a construção do projeto ético-político da profissão.

O livro está organizado em três capítulos. Cada capítulo recebeu em seu título principal o nome de filmes que tematizam, de forma diversa, a história da ditadura de 1964 – seguido de comentários em nota de rodapé acerca dos seus conteúdos e enredos. Tal escolha foi feita para acentuar o diálogo que se pode tecer entre cinema e sociedade e, especialmente, para demonstrar o quanto as obras fílmicas, enquanto produções culturais, podem ser consideradas meios legítimos e diferenciados de conhecimento da sociedade, da sua formação sócio-histórica, cultural e política.

No primeiro capítulo, em sua primeira parte, são reconstituídos os antecedentes históricos do golpe, o processo que conduziu à destituição do governo de João Goulart, o significado desse período em sua conexão com a luta de classes no plano interno e a contrarrevolução do capital no plano mundial. Na segunda parte são abordados o autoritarismo e a violência de Estado a partir da atualização crítica das raízes coloniais do Brasil, como chave de leitura para o entendimento da ruptura institucional e política de 1964 em consonância com a inconclusa “revolução burguesa” no país (FERNANDES, 2006).

Ambicionando revisitar o passado brasileiro, a discussão que aqui se trava é fundamental para compreender e explicar a forma particular de violência contra as mulheres cometida nos porões sórdidos da ditadura e em outros âmbitos da vida pessoal, política e profissional. Analisamos o processo que levou à instauração da Ditadura empresarial militar e a compreensão do significado do golpe fazendo o uso do depoimento das entrevistadas como um

momento de expressão concreta de sujeitos históricos e suas trajetórias de resistência, de violências sofridas e de sobrevivência na luta política pela democracia e contra a desigualdade social.

O segundo capítulo, por sua vez, propõe uma abordagem da participação política das mulheres no período de Ditadura empresarial militar, quando é apresentada a história do feminismo e movimento de mulheres. Para tanto, são analisados conceitos considerados fundantes para este estudo, tais como: patriarcado, relações patriarcais, divisão sexual do trabalho no capitalismo e violência contra a mulher. Dentre estes, sublinha-se a violência contra a mulher como estruturante do patriarcado-racismo e capitalismo, considerando não somente as violências vivenciadas por todas, naquele período marcado por muita repressão, mas a particularidade da sua condição de mulheres-vítimas da ditadura, face às prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e perda de direitos. O capítulo também aborda a participação das mulheres no Movimento da Anistia Internacional e no processo de redemocratização do país, tomados sob o ponto de vista de sua contribuição para a análise das resistências e violências vivenciadas pelas mulheres na ditadura empresarial militar de 1964–1985.

Já no terceiro e último capítulo é realizada uma aproximação às condições históricas particulares da luta política das mulheres estudantes, profissionais e/ou docentes do Serviço Social entre os anos de 1964 e 1985. De modo geral, suas lutas e contestações, de caráter político-ideológico, expressam a reação ao histórico conservadorismo que marca a profissão desde sua gênese – em especial, à feição mais crítica da renovação que buscava redirecionar a ação profissional em outras bases teórico-metodológicas.

Foi exatamente o desenvolvimento dessa tendência mais crítica que a Ditadura empresarial militar a partir de 1964 travou, dada as condições gerais de falta de liberdade, a restrição dos espaços de debate e a suspensão violenta da participação de alguns sujeitos políticos de seus ambientes de trabalho e de formação. O evoluir dessa vertente só se deu, décadas seguintes, na redemocratização do país, e contando com a participação de muitas dessas mulheres, tendo como marca desse protagonismo o “Congresso da Virada”, ocorrido em 1979.

A organização da categoria dos assistentes sociais, cujo marco foi aquele Congresso, avançou em sintonia com o fortalecimento da resistência democrática. A aproximação desse processo histórico, operada nesse Capítulo, contribui para o debate crítico da história recente da profissão, permitindo a análise dos impactos e repercussões dessas violências, perseguições e perdas de direitos, bem como das resistências e lutas dessas mulheres, no processo de renovação da profissão.

Por fim, a título de considerações finais, é apresentada uma síntese dos principais resultados, bem como os limites e desafios postos à investigação, as superações possíveis no decurso do processo de pesquisa e a proposição de questões para estudos futuros.

Esta publicação não seria possível sem a contribuição de muitas pessoas, uma vez que o conhecimento não é produto do isolamento. Todo saber é resultante das experiências pessoais que se cruzam e se acumulam, de forma única, nas trajetórias de vida individual e coletiva. Por isso, é impossível nomear todas aquelas/es que colaboraram direta ou indiretamente para a construção deste trabalho.

CAPÍTULO 1

O DIA QUE DUROU 21 ANOS⁴: 1º DE ABRIL DE 1964 E A DITADURA EMPRESARIAL MILITAR

Neste capítulo é apresentada e discutida a Ditadura empresarial militar que se instalou no Brasil a partir da deposição do presidente João Goulart em abril de 1964. Sua instalação teve como desfecho mais de duas décadas de controle do poder político por generais apoiados e a serviço de amplos setores da classe política conservadora e de segmentos do grande capital nacional e internacional.

De modo geral essas décadas instauraram um clima de terror, extermínio e censura a vastos setores da sociedade, em especial organizações sindicais, partidos políticos e lideranças de esquerda. Em poucas palavras, inviabilizaram o exercício livre da disputa política de interesses sociais como condição para empreenderem alterações legislativas, institucionais e projetos econômico-políticos que ampliaram massivamente os ganhos do capital a partir de maior exploração do trabalho, cujas consequências resultaram no aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais.

Foi neste contexto histórico que mulheres estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social, inseridas na luta política, sofreram violações de direitos e violências. Ademais, o próprio coletivo profissional em sua vertente mais crítica sofreu significativo refluxo quanto aos rumos possíveis da profissão em termos teóricos e metodológicos, nos primeiros anos da década de 1960, de amadurecimento da crítica profissional ao conservadorismo da profissão e seus compromissos de classe. Esta perspectiva crítica só pôde ser retomada com maior vigor nos últimos anos da década seguinte, quando a Ditadura empresarial militar entrou em refluxo e a sociedade teve novas condições de organização política.

A exposição do capítulo é estruturada em dois tópicos e é realizada a partir da revisita a autores clássicos de formulações teóricas – e, por vezes, com distinções – sobre a formação social brasileira. Na primeira parte do capítulo são apresentados os antecedentes do golpe, o processo que conduziu à destituição do governo de João Goulart, o significado desse período em sua

⁴ “O Dia que Durou 21 Anos’ é um documentário brasileiro, dirigido por Camilo Galli Tavares (Cidade do México, 1971), sobre a participação do governo dos Estados Unidos na preparação, desde 1962, do golpe de estado de 1964, no Brasil. O filme tem como ponto de partida a crise provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e prossegue até o ano de 1969, com o sequestro do então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, por grupos armados. Em troca de sua libertação, 15 presos políticos são soltos e posteriormente banidos do país”

conexão com a luta de classes no plano interno e a contrarrevolução do capital no plano mundial. Em um segundo tópico, são tratadas a autocracia e violência de Estado a partir da atualização das raízes escravistas do Brasil – chave de leitura para entendimento da ruptura institucional e política de 1964, em consonância com a inconclusa revolução burguesa no país. Ao mesmo tempo, a discussão que se pauta em revisitar o passado brasileiro é fundamental para se compreender a forma particular de violência contra as mulheres nos porões sórdidos da ditadura e em outros âmbitos da vida pessoal, política e profissional – tema a ser analisado com maior densidade no próximo capítulo.

Ao longo deste capítulo as mulheres do Serviço Social também figuram com extratos de seus depoimentos, expressando suas percepções sobre o processo que levou a instauração da Ditadura empresarial militar e o próprio significado do golpe de 1964, isto é: como momento caracterizado pela expressão concreta de sujeitos históricos e suas trajetórias de resistência e sobrevivência na luta política pela democracia e contra a desigualdade social.

1.1. O golpe de 1964: antecedentes, processo e significado

O golpe de 1964 começou bem antes do 1º de abril daquele ano. Por sua vez, a própria tomada do poder pelos militares representa ato maior que a deposição do presidente João Goulart. O que ocorreu foi uma reação conservadora em uma conjuntura que explicitava as disputas de propostas político-econômicas para o Brasil e que poderiam interferir ou não no quadro de desigualdades sociais, econômicas, regionais, culturais e políticas herdadas desde o período colonial e aprofundadas pela industrialização e urbanização dos anos 1950.

O golpe civil-militar no Brasil e na América Latina a serviço do grande capital, do imperialismo norte-americano e da ideologia da ordem militar significou um atraso em todas as esferas da vida social de restrição de direitos e negação da liberdade. (Entrevistada Marilda Yamamoto).

Nos embates políticos intervinham dois grandes blocos: nacionalistas e pró-imperialistas. Entre os primeiros estavam setores democráticos alinhados e outros mais ou menos próximos ao governo João Goulart, em comum supunham que essas desigualdades poderiam ser revertidas com um conjunto de reformas de bases (agrária, tributária e fiscal, bancária e urbana) e que, de fato, isso representaria a conclusão da revolução burguesa no país. Havia também setores mais radicais, nem sempre afinados a Goulart, que apostavam na revisão do passado de país arcaico como capaz de conduzir a processos mais impactantes na estrutura social, econômica e política do país, creditando à sua

organização uma força suficiente para avançar para além das reformas burguesas.

O golpe civil-militar, apresentava [...] um acordo com um projeto nacional-desenvolvimentista, impedindo, assim, a manifestação de grupos e organizações que pensavam e divergiam do sistema de interesse do grande capital, eu e vários militantes sofremos as consequências. Nossa luta era por justiça, liberdade e uma sociedade socialista. (Entrevistada Ana Rita).

As elites econômicas e reacionárias que formavam o bloco pró-imperialismo, por sua vez, estavam atentas a esses movimentos e se posicionando desde cedo para reagir às menores possibilidades de mudanças, ademais de combater violentamente as perspectivas mais radicais. Para além de travar mudanças das estruturas brasileiras, a intencionalidade desses setores era aprofundar o capitalismo em forte associação com o capital internacional.

Esse debate e as ações políticas correlatas, que foram se acirrando nas condições da política no início dos anos 1960, estavam presentes desde os anos 1950 e fomentaram desgastes e tentativas de golpes aos governos de Getúlio Vargas (1950–1954) e de Juscelino Kubitschek (1956–1961).

No caso de Vargas⁵, os embates estiveram muito centrados na questão do petróleo, mas também em relação ao modo como o capital internacional investia no Brasil. Por diversas vezes, o presidente questionou onde estava esse capital do ponto de vista de sua função social, já que o próprio se favorecia do câmbio, de altas taxas de lucro e de ilegalidades no percentual permitido de remessas de lucros, com a conivência de setores corruptos da administração pública (SODRÉ, 2010, p. 408; SODRÉ, 2010, p. 418). Quanto à questão do petróleo, o embate foi no tocante à legislação que permitira criar a Petrobras como estatal e o perfil de suas ações. As investidas contra Vargas e sua política nacionalista ganharam intensidade em 1954, enquanto o governo reagia de modo oscilante frente ao bloco de oposição.

Na madrugada de 24 de agosto de 1954, com o golpe militar batendo na porta do Palácio do Catete, Vargas suicidou-se, deixando em sua carta de despedida ao povo brasileiro a denúncia de campanha subterrânea que vinha sofrendo por parte dos grupos internacionais. “Nessa carta, o imperialismo está retratado de corpo inteiro, e quem o retrata conhecia os seus processos. A

⁵ “Acatou as pressões das elites e demitiu o Ministro do Trabalho, João Goulart, e, logo depois, incrementou sua proposta de aumento do salário mínimo em 100%, uma das principais críticas que o então ministro sofria e provocou sua queda); ficava encurralado com as denúncias da imprensa quanto a casos de corrupção em seu governo e em seu possível envolvimento na tentativa de assassinato de seu principal opositor, o jornalista Carlos Lacerda” (SODRÉ, 2010, p. 40).

euforia golpista foi enorme. Mas encontrou nas ruas, vibrante e violenta, a massa popular em protesto. Nunca homens tão amedrontados chegaram ao poder” (SODRÉ, 2010, p. 424). Portanto, a comoção popular com o suicídio de Vargas conteve o ímpeto dos golpistas e a força militar. Todavia, assim mesmo, o grupo chegou ao poder sem traumas, tendo à frente um dos conspiradores, o vice-presidente Café Filho, sob aplauso da imprensa internacional.

A imprensa não fazia segredo algum de sua enorme satisfação pelo sucesso do golpe militar no Brasil [...] Quinze dias após o suicídio de Vargas, o *New York Times* afirmava sem papas na língua: ‘O Brasil tem que corrigir a política verdadeiramente desastrosa do extinto presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo’. [...] Três dias apenas depois do suicídio de Vargas, o *Wall Street Journal* escrevia: ‘Funcionários americanos predizem que Café Filho pode, eventualmente, abrir possibilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias de petróleo e da energia elétrica’ [...] o *New York Times*, em 8 de setembro, acrescentava, objetivamente: ‘Não há nenhum exagero dizer-se que, se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderia transformar-se’ (SODRÉ, 2010, p. 426-427).

Embora os novos governantes estivessem amplamente respaldados pela imprensa americana e brasileira, suas ações esbarravam nas mobilizações populares, o que levou ao fracasso da tentativa de suspender as eleições de 1954. No ano seguinte, os setores reacionários foram impactados pelo surgimento da candidatura de Juscelino Kubitschek para suceder a Café Filho, candidato com significativo respaldo popular e que poderia constranger os setores golpistas.

Nessas condições, o segmento que assumira o poder com a queda de Vargas apostava fortemente no caminho para uma ditadura, o que exigia controle das forças armadas, mas esbarrava na figura respeitável do general nacionalista Henrique Teixeira Lott, que tinha vasto prestígio no meio militar e, como Ministro da Guerra, opunha-se frontalmente à quebra do regime. Ademais, havia disputas internas das forças golpistas quanto à candidatura de um dos chefes militares, mesmo prevalecendo o nome do general Juarez Távora. Nesse ínterim, Café Filho adoeceu e o cargo foi assumido pelo Presidente da Câmara, Carlos Luz, personagem de extrema confiança do golpismo e que buscou, de imediato, destituir o general Lott de suas funções no Ministério da Guerra. A tentativa fracassou quando alguns comandantes “[...] verificaram que a conspirata contra a autoridade de Lott reduzia a frangalhos a autoridade de cada um e levava as Forças Armadas ao nível da indisciplina já

havia assistido em agosto de 1954” (SODRÉ, 2010, p. 436). Na noite de 10 de novembro de 1955 as forças militares fizeram demonstração de força nas ruas e asseguraram a continuidade de Lott no ministério. O desfecho foi que Carlos Luz e aliados

[...] refugiaram-se num cruzador e deram um passeio marítimo de cujo regresso rumariam para as suas residências. Estava, com uma penada, liquidado o golpismo. O Congresso sancionou a decisão militar e colocou na presidência o sr. Nereu Ramos, presidente do Senado, considerando impedido o sr. Carlos Cruz. No dia 21, ante a tentativa de retorno ao poder do sr. Café Filho, repetiu-se o episódio, e esse conspirador de 1954 recolheu-se à sua residência também, sem nenhuma perda e sem nenhum impacto de opinião. O golpismo ficara reduzido às suas devidas proporções, isto é agrupamento de conspiradores, destituídos de seus propósitos (SODRÉ, 2010, p. 436).

A despeito do relato entusiasta de Sodré (2010) de algo que teria levado a interrupção de mais um episódio golpista, os eventos quanto à substituição de Café Filho na presidência e a liderança do general Lott também revelam o nível de envolvimento das forças armadas, isto é: certo protagonismo nas decisões sobre os rumos da política no Brasil desde os anos 1950, antes desse período e no episódio que resultou no próprio golpe de 1964 que instituiu longa ditadura.

Os anos seguintes foram de relativa tranquilidade na medida em que o próprio governo Kubitschek geriu políticas conciliatórias e subordinadas aos interesses imperialistas. Por sua vez, os segmentos reacionários das forças armadas continuavam com forte atuação nos centros de formação e de aperfeiçoamento, embora tenham perdido a direção do Clube Militar em 1956. No interior do governo mantinham-se como resistência às posições nacionalistas do general Lott, que se apresentou como candidato à sucessão de Kubitschek e, sem o apoio do presidente foi derrotado, nas eleições de 1960 por Jânio Quadros. No período, as eleições para presidente e vice-presidente não estavam coladas e o companheiro de chapa do General Lott, o ex-ministro de Vargas, João Goulart foi também eleito. As possibilidades de nova crise política eram previsíveis.

Jânio Quadros, eleito pela União Democrática Nacional (UDN) e forças do latifúndio e do imperialismo, suscitou polêmicas desde cedo ao firmar alguns compromissos com o setor popular; apontar para política externa independente e polêmicas; ao aproximar-se de países como Cuba e China; além de outras medidas com bastante autonomia em relação às suas bases sociais e po-

líticas. Como consequência, as forças reacionárias iniciaram campanha nos meios de comunicação contra o presidente, que acabou renunciando em 24 de agosto de 1961, momento em que o vice-presidente estava em missão diplomática na China.

A ação conspiratória para impedir a posse do legítimo sucessor de Jânio Quadros foi imediata. Ainda na noite de 24 de agosto os ministros militares já anunciavam que as alternativas para João Goulart eram a renúncia ou a votação de seu impedimento pelo Congresso. Na ameaça da Câmara ser fechada os deputados deram posse a Ranieri Mazzilli, o presidente da Casa, como chefe do executivo federal. O golpismo, entretanto, mais uma vez esbarrou na resistência popular, além da liderança do governador do Rio Grande do Sul que distribuiu armas para o povo a fim de garantir a posse de João Goulart, o que foi seguido pelo governador de Goiás, Mauro Borges. Com as forças armadas divididas, e após negociações, ficou acertado que a posse do presidente ocorreria em regime parlamentarista.

Esta solução, por meio de uma emenda à Constituição (prevendo, para 1965, um plebiscito sobre a continuidade do parlamentarismo), equivalia, de fato, a um ‘golpe branco’: Jango assumiria o governo com poderes claramente reduzidos – o que significava, na verdade, uma ruptura com a legalidade democrática – refém de um Congresso Nacional conservador. O ‘golpe branco’, sendo um frustrado ‘ensaio geral’ do que ocorreria em 1964, já indicava que a conspiração democrática que vinha desde a década anterior avançava nas sombras (NETTO, 2014, p. 30-31).

Nessas condições políticas, João Goulart governou refém da fórmula política do parlamentarismo que lhe tirava os plenos poderes. As inquietações sociais e políticas só fizeram se aprofundar. Por um lado, as forças reacionárias: avançaram nos setores militares que tinham se oposto ao golpe, sendo implacável com suas lideranças, em especial entre os sargentos, cujo direito de participação política parlamentar foi negada pelo Supremo Tribunal Federal (SODRÉ, 2010, p. 464); e fortaleceram instituições que interferiam na política eleitoral, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), através de financiamento de candidaturas de senadores e parlamentares, além de outras com caráter ideológico e ingerência da CIA, tais como o IPES e a Ação Democrática Parlamentar (ADEP). De outro lado, o crescimento e a agitação política do sindicalismo e de movimentos no campo, assim como grande dinamismo cultural e político em setores médios, escancarava como a luta de classes continuava intensa e a sociedade brasileira dividida.

Em seu conjunto, na década de 1950 e em especial na de 1960, o país estava diante de seus problemas seculares, ao tempo em que era fortemente impactado por conjuntura internacional de confronto político, ideológico e, por vezes, revolucionário.

[...] Era um mundo acreditando na importância do socialismo, do comunismo e que, para isso, precisava ter uma revolução [...] A China fez uma revolução em 1945. Cuba em 1959 [...] A América Latina estava em revolta [...] o mundo se revoltando, por que nós brasileiros, também não? (CFESS, 2017, p. 109).

As ingerências norte-americanas na política brasileira desde os anos 1950, e seu prolongamento na década seguinte, se inseriam no contexto da Guerra Fria e busca de maior influência no continente americano tendo como sustentação ideológica a luta contra o comunismo. Dessa forma, repercutia internamente o cenário mundial de disputas que envolviam dois grandes blocos, sob a liderança da União Soviética e dos Estados Unidos, o que implicava em crescente corrida armamentista, guerra de espionagem, acordos comerciais e de cooperação, intervenções territoriais e interferências na política interna de distintos países sob influência de cada um daqueles países.

No caso da América, desde a X Conferência Pan-Americana, realizada em Caracas/Venezuela, em março de 1954, sob o signo do anticomunismo, os EUA se deram “[...] direito de intervenção armada em qualquer país latino-americano que lhes oferecesse resistência e aos propósitos imperialistas” (SODRÉ, 2010, p. 420). Nesses termos, os EUA buscavam coibir quaisquer avanços em termos democráticos ou de alteração da estrutura de propriedade, como aconteceu na Guatemala, sob a presidência de Arbenz, que fora deposto naquele ano depois de realizar uma reforma agrária que feria os interesses da grande empresa *United Fruits* (SODRÉ, 2010, p. 420). Seguiram-se as ações de monitoramento de novos riscos aos interesses americanos em qualquer outro país, principalmente e especialmente em um com a grandeza do Brasil.

Ao longo dos anos que antecederam a deflagração do golpe de 1964 os setores progressistas apostavam no aprofundamento da institucionalidade democrática para reversão das desigualdades, e outros se proponham para lutas além dessa dimensão: de fato, ambos os grupos não estavam preparados e/ou organizados o suficiente para confrontar o *modus operandi* autoritário das elites brasileiras, sobretudo quando estas se sentiam ameaçadas em tempos de instabilidade e crise.

[...] todos supunham tratar-se de uma repressão passageira, sem grandes traumas. Grande engano! Como subestimamos o poder e a crueldade da direita! A realidade é que a ditadura tornou-se cada vez mais assassina,

mais violenta e mais destrutiva. Durou 20 anos. Criou, por muito tempo, a cultura do silêncio e do medo e acabou a carreira de brilhantes intelectuais, estragou a vida de muitos companheiros extremamente talentosos, destruiu a ascensão cultural do país e principalmente travou o avanço democrático brasileiro [...] As consequências, todos sabemos: o crescimento da desigualdade social, da concentração da riqueza e da propriedade e a formação de um mar de miseráveis e trabalhadores sem-terra (CFESS, 2017, p. 49).

A deflagração da Ditadura empresarial militar de 1964–1985 no Brasil, portanto, não é processo meramente pertinente às lutas de classes no plano interno, ainda que resultante de cenário que procurava revisar longo passado de atraso. O golpe se deu em um quadro mundial de Guerra Fria e de disputas entre perspectivas societárias distintas, com ocorrência de revoluções socialistas e possibilidades de outras, o que sugeria a muitos setores da esquerda brasileira a viabilidade de se avançar para além da democracia burguesa em nosso país.

A reação conservadora foi intensa e rápida e, se teve nos militares o protagonismo da força, foi longamente articulada por lideranças, partidos e instituições ideológicas do grande capital. Dessa forma, o golpe de 1964 teve caráter de organização civil-militar a serviço de projeto do grande capital, constituindo-se em contrarrevolução.

O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe de Estado e em nome de *ideais revolucionários*, constitui, de fato, uma contrarrevolução [...] no plano interno [...] se procurava impedir era a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada* [...] não só ‘breçar a revolução dentro da ordem’, mas também restabelecer um *status quo ante*, no qual as chamadas ‘franquias democráticas’ apenas teriam eficácia para as classes possuidoras e suas elites políticas [...] plano externo, o golpe de Estado fez parte de um ciclo amplo, que levou a *Guerra Fria* e a doutrina do *desenvolvimento com segurança* do centro para a periferia do mundo capitalista [...] necessidade própria e urgente – por vezes exacerbada – de solapar e destruir a mudança política revolucionária [...] o Brasil entra nesse cenário como um dos países vitais para a ‘segurança do Hemisfério Ocidental’ (FERNANDES, 2011, p. 157-1958, grifos do autor).

O primeiro aspecto ressaltado por Fernandes (2011) quanto ao nível das disputas de classes no plano interno confirma as expectativas anunciadas de que alguns setores progressistas (segmentos de esquerda, centro-esquerda e democratas) apostavam em soluções no âmbito da democracia na perspectiva de sua ampliação – quer dizer, ter mais acesso a liberdades e direitos. O nível dessa luta política e sua intencionalidade imediata (mais democracia) criava

instabilidade social que ameaçava os interesses do capital, já que este se via acostumado a um nível de dominação com democracia formal e restrita a poucos setores sociais, em especial suas elites. Nesses termos, o capital antecipa sua “revolução” para restabelecer sua própria ordem. Ora, trata-se de uma reação conservadora às possibilidades de mais democracia no Brasil, o que pertinentemente Fernandes (2006) qualifica de contrarrevolução.

Dialogando com Fernandes (2006), pode-se concluir que a contrarrevolução se inseriu no cenário mundial pela própria posição geopolítica estratégica do Brasil em tempos de Guerra Fria. Esta se constituía em disputas econômicas, políticas e militares entre os dois blocos de países liderados pela URSS e EUA quanto no debate político-ideológico em torno dos projetos socialista e capitalista, como já referido. Assim, a ação de tomada do poder pelos militares no Brasil teve caráter preventivo frente às perspectivas de uma revolução socialista no Brasil e foi fundamentada na doutrina de “desenvolvimento com segurança”.

A Ditadura empresarial militar instituída a partir do golpe de Estado consolidou uma forma de sociedade capitalista dependente e criou todas as condições para maiores ganhos do capital, sobretudo o internacional. Com isto, e a despeito da intencionalidade das lutas dos primeiros anos de 1960, não só se aprofundavam as condições desiguais construídas ao longo dos séculos da formação do Brasil como nação, mas também erradicavam, pelo menos momentaneamente, as esperanças de outro Brasil que começara a ser esboçado naqueles anos que antecederam a derrubada do presidente João Goulart.

O período anterior à ditadura (e eu vivi nele e tenho gratas lembranças da época) foi, no Brasil, cenário de um maravilhoso, intenso e ascendente processo cultural, em que destaco dois aspectos: a) A acelerada produção artística, cultural e acadêmica em todos os campos: no campo das artes plásticas, a exemplo de Tarsila do Amaral, que morreu em 1973; Cândido Portinari, morto em 1962; Di Cavalcante, em 1976. No campo da literatura: Jorge Amado (2001); Érico Veríssimo (1975); da música: Tom Jobim, Vinícius de Moraes, João Gilberto; na arquitetura, um Oscar Niemeyer; b) A intensa politização, mobilização e luta apaixonada, envolvendo estudantes e sindicatos no mundo inteiro, na América Latina e no Brasil, ante a expansão e extraordinária sedução, na época, do ideário socialista e/ou comunista como possibilidade concreta de transformação econômica, social e cultural. Época da Revolução Cubana e das lutas de Che Guevara na América Latina (CFESS, 2017, p. 47).

Essa dinâmica político-cultural refletia profundas mudanças pelas quais o Brasil passava desde a industrialização tardia dos anos 1930 e sua intensificação nos anos 1950, além do contexto internacional do pós-guerra e de aprofundamento do capitalismo monopolista. De fato, como já sugerido, as mudanças no país desde a urbanização e deslocamento da população e do centro da economia para as cidades implicaram em maior complexidade da sociedade e geraram nova dinâmica na estrutura das classes sociais com desdobramentos políticos.

Assim, o país dos anos 1960 se debatia entre perspectivas distintas do modelo capitalista: aprofundamento da secular dependência ao capital e mercado internacional ou fortalecimento do mercado nacional. Neste último caso, exigiam-se reformas profundas no país na perspectiva de modernização da propriedade burguesa e superação de seu caráter oligárquico, tanto no campo quanto na cidade, além de impactar a histórica concentração de renda e propriedade. Entre setores médios politizados havia, também, o próprio sonho da revolução socialista.

A ditadura brasileira iniciada em 1964 não foi um fato isolado na história da América Latina. No mesmo contexto, regimes semelhantes em outros países do continente nasceram de rupturas da ordem institucional com violência praticada pelas forças armadas. Estas assumiram o poder em consonância à lógica da Guerra Fria e as demandas internas das elites conservadoras da região e seus compromissos com o imperialismo.

Como já referido, o marco inicial desse período autoritário é o quadro político-ideológico estabelecido ao final da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) representando a disputa de dois projetos societários: o de livre mercado norte-americano e o do socialismo soviético. Essa disputa e o modo pelo qual se processou, com ameaças constantes e riscos de guerra nuclear, definiram os rumos da história mundial. De um lado, seguiram-se novas revoluções socialistas em Cuba, China e outros países do Leste Europeu, em geral sob influência ou intervenções diretas da União Soviética. De outro lado, nos países de capitalismo maduro foram realizadas reformas significativas em termos de direitos e políticas sociais, o que ficou amplamente conhecido como socialdemocracia.

Na América latina, por sua vez, as lutas sociais pelas reformas do programa da socialdemocracia que inspiraram alguns governos democráticos, ou as que foram pautadas nos ideais socialistas, acabaram por gerar fortes reações das burguesias conservadoras e redundaram em períodos de autoritarismo. Esse quadro, portanto, estava para além da dinâmica interna da luta de classes, embora conformada por essa. O largo período reflete particularmente as disputas políticas e ideológicas da Guerra Fria, definindo uma situação peculiar na história a partir dos confrontos das duas

superpotências que “[...] equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (HOBSBAWM, 1994, p. 224). Era o futuro do capitalismo e sua forma de exploração que estavam em jogo, para além dos riscos improváveis de uma guerra nuclear.

No contexto de disputas internas e externas de cada país da América Latina configuradas no pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos não pouparam esforços, nos anos 1960 em diante, para moldar o continente aos seus interesses imperialistas, ao mesmo tempo em que faziam a cruzada anticomunista.

A política externa norte-americana empreendeu uma escalada mundial para deter e reverter a erosão da sua hegemonia e passou a operar uma contrarrevolução preventiva, de modo a impedir a constituição de quaisquer alternativas à *pax* americana, sobretudo se tais alternativas apontassem para vias socialistas (NETTO, 2014, p. 36).

Assim, para além das questões internas que envolvem a luta de classes no contexto brasileiro dos anos 1960, um dos sentidos do golpe deflagrado em abril de 1964 atendia à estratégia política dos Estados Unidos para a América Latina com o objetivo de inviabilizar outras “Cubas” no Continente. Nessas condições, a ditadura que aqui se instalou com a derrubada do Presidente João Goulart esteve a serviço do grande capital, o que ocorreu com política econômica voltada aos seus interesses e subsidiada por forte compressão salarial. Para tanto, o Estado operou tremenda repressão política a qualquer manifestação de questionamento à dinâmica política da própria ditadura e à situação de pauperização que a classe trabalhadora passou a vivenciar ainda mais intensamente nesse contexto.

A política econômica empreendida pelos governos militares beneficiou de modo extraordinário as empresas estrangeiras, cujo faturamento em 1974, com dez anos de período autoritário, cresceu “[...] 42,8% do total, enquanto que as nacionais privadas chegaram a 32,0%, e as estatais atingiram apenas 25,2%” (IANNI, 1981, p. 46). Por sua vez, as empresas imperialistas, mesmo que em menor número quando comparadas às nacionais e estatais, tiveram vantagens adicionais por se concentrarem em áreas mais dinâmicas. Ademais, o grande ganho do capital imperialista foi com o crescente endividamento do Brasil e os serviços da dívida, um trunfo para se requisitar outras concessões. “Em 1979, por exemplo, os serviços da dívida teriam alcançado a taxa de 68,8% do valor das exportações. Tem sido elevadíssimo o esforço de exportar para pagar juros e prestações. Esse processo continua em 80” (IANNI, 1981, p. 51).

Ainda que a economia durante a ditadura instalada em 1964 tenha se sustentado no tripé capital estrangeiro (imperialista), nacional e estatal, não há

dúvidas do protagonismo do Estado na garantia e condições criadas para a acumulação monopolística, tornando-se núcleo do próprio capital financeiro.

A totalidade econômica e política formada pelos setores estatal, nacional e imperialista adquiriu, por sua vez, uma configuração muito especial. O modo pelo qual se deu o desenvolvimento dessa totalidade, principalmente desde a instalação da ditadura, transformou o Estado em poderoso núcleo do capital financeiro. Passou a ser tão grande o poder decisório e de atuação do Estado, que muitos tiveram a impressão de que o Estado se havia ‘deslocado’ da sociedade, ou se colocado ‘contra a nação, provavelmente, jamais tenha sido tão grande a capacidade e o poder do Estado de tomar decisões, atuar ou influenciar as condições de acumulação monopolística no Brasil (IANNI, 1981, p.53).

A ditadura estabelecida a partir de 1964 era uma necessidade para o capital em sua fase expansionista e monopólica comandada pelo imperialismo, muito bem qualificada por Ianni (1981) como “A ditadura do grande capital”. Nessa expansão, o Estado agiu a partir de aporte generoso de fundo público com serviços da dívida, como já mencionado, criando também grande estrutura de planejamento que funcionou como “força produtiva complementar”, e a decisiva economia política que teve no arrocho salarial o seu principal instrumento para aumentar a taxa e a massa de mais-valia absoluta e relativa. Essa política salarial se sustentou ideologicamente no argumento da necessidade de “combate à inflação”, e se viabilizou pela forte repressão aos sindicatos e no consequente controle dos acordos salariais que beneficiavam descaradamente ao capital.

A decorrência foi a superexploração da força de trabalho e aumento da produtividade – a contrapartida – de toda a ação estatal para a burguesia.

Foi assim que cresceu a ‘produtividade’ das empresas imperialistas, privadas nacionais e estatais. Entretanto, os reajustes salariais determinados pelos governantes não transferiam para os próprios operários sequer parte do aumento de produtividade. Em 1970-72, por exemplo, as empresas do setor automobilístico obtiveram índices de até 75% de aumento de produtividade [...] decrescia o índice do salário mínimo real médio. Isto é, ao lado do empobrecimento relativo, comparando-se os ganhos do operário com os das outras categorias sociais, ocorria também o empobrecimento absoluto, no sentido de que os ganhos dos operários se tornavam menores na sequência dos anos. Em 1961 [...] o índice de salário mínimo chegava a 132, ao passo que em 1976 havia baixado para 92,45 (IANNI, 1981, p. 85).

Essas condições extraordinárias para o capital não poderiam se realizar em contexto democrático e, no caso brasileiro, o Estado tomou a forma de Estado Fascista. Isto ocorreu reiterando “[...] o caráter oligárquico, autoritário, ditatorial do poder estatal” (IANNI, 1981, p. 174), aspecto a ser desenvolvido mais adiante. Neste ponto da reflexão, cabe reafirmar que o golpe de 1964 atendeu aos interesses imperialistas e fortaleceu o capital com esse caráter, bem como representou uma ação preventiva ao perigo comunista, uma contrarrevolução, cujos objetivos, para Netto (2014, p. 75), eram:

[...] 1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes vias socialistas.

Em uma relação íntima entre a economia e a política, tal condução foi alicerçada pela repressão sobre os trabalhadores urbanos e rurais, definindo, por consequência, a economia política do lema “segurança e desenvolvimento”.

Segurança, no sentido de ‘segurança interna’, envolve o controle e a repressão de toda organização e atividade política das classes assalariadas para que o capital monopolista tenha as mãos livres para desenvolver a acumulação. É desenvolvimento, no sentido do florescimento das ‘forças do mercado’, com a ‘predominância da livre empresa no sistema econômico’. Foi assim que se definiu e consolidou, ao longo de todos os governos da ditadura, o núcleo principal do planejamento econômico estatal: o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura (IANNI, 1981, p.78)

As condições para essa contrarrevolução remetem à forma inacabada da revolução burguesa no Brasil e de como esta assimilou o liberalismo de modo limitado. Assim, uma chave explicativa importante para a compreensão das duas décadas de ditadura pode ser encontrada nas raízes profundas de nossa formação peculiar, expressando uma sociedade com caráter autoritário e dependente, aspecto a ser desenvolvido no próximo item deste capítulo.

Se o golpe de 1964 esteve mediado pelos interesses imperialistas, o novo período autoritário que o Brasil viveu foi determinado pela dinâmica das lutas de classe no ambiente interno e se constituiu na forma de Ditadura empresarial militar.

O regime derivado do golpe de abril sempre haverá de contar ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constituiu um grave erro caracterizá-lo tão somente como uma ditadura-militar; se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo seus traços peculiares, é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada em 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital, por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda como ditadura do grande capital (conforme análise de Octávio Ianni). O golpe não foi puramente militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas (os pronunciamentos dos ‘gorilas’), foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores ‘gringos’ e brasileiros) (NETTO, 2014, p.74).

Do exposto até aqui, é evidente que o período da ditadura brasileira estabeleceu um regime alinhado politicamente aos centros do imperialismo e acarretou profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. Do ponto de vista da classe burguesa e conservadora, era uma necessidade em função do período de efervescência dos movimentos sociais, culturais e sindicais, o que justificaria o medo da “comunização” ou que, sob a batuta da mobilização popular, o presidente João Goulart viesse a fazer um giro à esquerda em seu projeto de reformas institucionais.

Na medida em que avançavam as pressões de diferentes setores sociais frente à crise econômica do período, com crescente inflação e queda no crescimento do produto interno bruto, abria-se uma crise política e institucional de grandes proporções que deixava poucas possibilidades para o governo de João Goulart. Da parte dos setores conservadores crescia a perspectiva de golpe que implicaria na destituição do governo sob alegação de que esse estaria criando uma “república sindical” (NETTO, 2014, p. 46). Da parte dos movimentos sindicais, ainda que diversos, as pressões eram para políticas que retomassem o desenvolvimento econômico, o que também era defendido por outros sujeitos coletivos como os estudantes. Por sua vez, os trabalhadores do campo estavam fortemente organizados e requeriam ações urgentes no sentido

de erradicar a concentração fundiária com reforma agrária radical. No curso dos acontecimentos, o presidente João Goulart foi firmando posição em torno desses últimos setores do campo democrático popular e realizou reformas parciais.

Em março, o presidente saiu às ruas: aceitou o convite, formulado pelo movimento sindical, para participar de um ato de massa em defesa das reformas de base – um grande comício que, realizado no Rio de Janeiro na noite de sexta-feira, 13 de março de 1964, reuniu cerca de 200 mil pessoas em frente à estação ferroviária da Central do Brasil. Em seu longo discurso (mais de uma hora), Jango passou à ofensiva: fez a crítica do caráter restrito da democracia política vigente, afirmou a necessidade de uma revisão constitucional que ampliasse e permitisse as reformas necessárias para um desenvolvimento econômico sem privilégios para as minorias e para os monopólios nacionais e internacionais. Informou que assinara dois decretos: um que, embora sem levar a uma reforma agrária efetiva, uma vez que respeitava os limites da Constituição, desapropriava as terras situadas às margens de rodovias federais e dos açudes para entrega-las aos trabalhadores rurais; e outro que, fortalecendo a Petrobras, encampava as refinarias de petróleo particulares. Responsabilizou as forças antidemocráticas e antinacionais pelas implicações que poderiam advir da sua resistência à emancipação do povo brasileiro. No dia seguinte, assinou outro decreto, tabelando os alugueis e preços de imóveis e desapropriando aqueles que estavam desocupados em nome da utilidade pública (NETTO, 2014, p. 65).

A tomada de posição do presidente no sentido de iniciar as “reformas de base”, requeridas pelo projeto desenvolvimentista e em consonância com os setores progressistas, enfureceu as forças golpistas. Estas estavam em processo de organização, desde 1961 preparando o golpe, até de forma acintosa pelos canais abertos na grande imprensa, inclusive com declarações de militares de alto escalão, enquanto fortaleciam todo o aparato para a tomada do poder. Por sua vez, os setores populares e nacionalistas apostavam nas manifestações democráticas e legais. Embora os dois setores não fossem homogêneos, articulando campos sociais diversos e interesses nem sempre em consonância, os golpistas se identificavam em uma única e decisiva bandeira: o anticomunismo. O governo de João Goulart foi identificado como risco de “comunização” do país e o preço foi sua derrubada na virada do mês de março para abril de 1964, tomando de surpresa os setores progressistas.

A AP cresceu no meio dos jovens, em todas as regiões do país, sobretudo nas capitais, mas o golpe militar de 1964 a encontrou em pleno movimento de crescimento e consolidação, mas despreparado para enfrentar dura repressão.

Madrugada de 30 de março, deflagrado o golpe militar, muitos de meus companheiros passam para a clandestinidade ou pedem asilo político em embaixadas e consulados. Penso que não sou conhecida e articulo as saídas dos companheiros, mas sou informada de que existe ordem de prisão contra mim. Entro na clandestinidade e começo a fugir em direção ao Uruguai, sou presa no Rio Grande do Sul, por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e trazida para a sede do Serviço Secreto na Praça Mauá, começa o meu périplo!

Fui demitida do MEC em 1º de abril de 1964, por meio de ação de IPM do cargo de membro da equipe de coordenação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA). Posteriormente presa no Rio de Janeiro entre maio de 1964 e março de 1965 [...] Após a prisão, fui para o exílio de novembro de 1965 a dezembro de 1977 [...] (Depoimento de Iza Guerra Labelle, membro do Comitê Central e Secretariado Nacional da Ação Popular (AP) (CFESS, 2017, p. 42).

Efetivado o golpe pelas forças militares comandadas por Castello Branco, os golpistas criaram condições políticas e institucionais para lhe dar legitimidade. Primeiro substituindo o presidente eleito pelo presidente do Congresso, Mazzili, mas estando o poder efetivo com uma junta militar formada pelos novos ministros militares. Depois, em 11 de abril, o Congresso Nacional, já expurgado de lideranças democráticas e nacionalistas, aprovou o nome do marechal Castelo Branco para a presidência, com a previsão de entrega do cargo em início de 1966. Seguiram-se manifestações de ruas de apoio aos golpistas e começaram as medidas “preventivas” de garantia do poder com forte repressão, o que incluía deposição de governadores afinados com o projeto democrático e nacionalista (Miguel Arraes, de Pernambuco; Seixas Dória, de Sergipe; e, em novembro, Mauro Borges, de Goiás) e a cassação de mandatos de inúmeros políticos alinhados e/ou simpatizantes do governo deposto. O expurgo seguiu com demissões de funcionários públicos, perda de direitos políticos e prisões de outras tantas lideranças políticas, intelectuais, militares, estudantes, além de forte repressão ao movimento sindical e uso de outras violências, como o incêndio das sedes da União Nacional dos Estudantes e vandalismo a outras instituições democráticas e nacionalistas.

[...] de abril a dezembro, o novo regime interveio em 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações de trabalhadores urbanos; membros das Ligas Camponesas foram perseguidos e encarcerados; assassinatos foram cometidos (oficialmente, apenas 7 civis – nenhum militar – foram

mortos no dia 1º de abril; ao longo do ano, morreram mais 13 pessoas); centenas de brasileiros escaparam do terror saindo pelas fronteiras do sul e levados de exilados refugiaram-se em embaixadas estrangeiras (NETTO, 2014, p. 70).

Nos anos seguintes, especialmente depois do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, a repressão política e a violência de Estado se ampliaram largamente, atingindo diferentes setores sociais, em especial os que ensaiaram certa resistência à ditadura. De modo geral, esse contexto expressou de maneira cabal a exclusão política do conjunto dos trabalhadores – negando seus direitos enquanto classe – bem como as soluções pelo alto, também históricas no Brasil.

Assumo a militância política a partir de 1969, período que se segue à decretação do Ato Institucional nº 5 – o AI-5 (de 13 de dezembro de 1968), momento em que a ditadura institucionaliza a repressão e violência policial-militar em todo seu alcance e poros do Estado, estendendo-se para a sociedade [...] Como se sabe, as greves de 1968, em Contagem e Osasco (SP), marcaram o protagonismo da classe operária, que saía da defensiva em que foi posta desde o golpe, com a luta contra o arrocho salarial, sustentação da política econômica da ditadura. Foram manifestações abertas e diretas contra o regime, com ocupação de fábricas, piquetes de autodefesa e comissões, cujo desfecho foi [o de] invasões policiais nas fábricas e sindicatos, as intervenções sindicais, cassações e prisões de suas lideranças (CFESS, 2017, p. 69).

Como alertou Florestan Fernandes (2006), a Ditadura empresarial militar implicou uma contrarrevolução em duplo sentido: um golpe de Estado contra os operários e camponeses, que se transformavam em classes políticas enquanto categoria organizada, consciente e ativa; e uma contrarrevolução “autocrático burguesa” que se voltou contra a democracia e para a destruição das prerrogativas de cidadania conquistadas limitadamente entre 1946-1964. Uma das entrevistadas recupera bem esta formulação:

O professor Octavio Ianni tem uma análise que eu gosto muito, a ditadura do grande capital. Ele disse o seguinte: foi uma contrarrevolução, uma dupla contrarrevolução, foi uma contrarrevolução contra o avanço do movimento agrário, sindical, das ligas, dos sindicatos, da luta pelas reformas de base, contra os trabalhadores rurais; e foi uma contrarrevolução, que Florestan chama de autocracia burguesa, contra o Estado de direito e as conquistas democráticas, ainda que precárias, que tivemos de 1946 até 1964. Porque o que move a ditadura, pra mim, na minha análise

se, que eu consigo entender desse processo, foi a abertura do Brasil ao grande capital, a ditadura do grande capital, e, pra isso, você teve que obter ordem e progresso, ou seja, segurança e desenvolvimento, e daí cercar... Calar a oposição (CFESS, 2017, p. 88).

Nestes termos, a ditadura implantada a partir de abril de 1964 foi movimento de continuidade da revolução burguesa aqui realizada de forma limitada, mesmo na dimensão econômica, pela sempre dependência ao capital internacional, e enquanto política restritiva e parcial. A ditadura brasileira representou também uma contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial, como já exposto, contra tendências democratizantes e progressistas, claramente instigadas pela vitoriosa revolução anticapitalista cubana.

Em novas condições da luta política, a partir de novo ciclo autocrático, desencadeou-se um modelo de transformação pautado pela aceleração econômica, pela dependência associada ao capital externo e por uma dinâmica societária que limitou os benefícios do desenvolvimento capitalista aos variados estratos burgueses, em detrimento das massas populares e, em especial, dos trabalhadores.

O Estado convergente com esse processo aperfeiçoou suas feições autocráticas e sincréticas, herdadas do “antigo regime” (FERNANDES, 2006) absorvendo formas políticas variadas, num amálgama de democracia restrita, oligarquia e fascismo que favoreciam a interlocução política dos estratos burgueses com o Estado. Em outros termos, ao mesmo tempo em que reduzia direitos, a ação estatal contribuía com o silêncio e destinava aos opositores políticos a submissão ou mais repressão.

A Ditadura empresarial militar não vacilaria em impedir a reorganização da classe trabalhadora e a mobilização dos movimentos sociais contra os históricos mecanismos de exploração do trabalho, de desigualdades de renda e de propriedade. Ao mesmo tempo, significava a “[...] liquidação da possibilidade de reverter a dependência da economia aos interesses imperialistas de valorização do capital e de democratizar a sociedade brasileira” (NETTO, 2014, p. 77). Assim, do ponto de vista das classes dominantes, a Ditadura empresarial militar foi a resposta necessária para assegurar que nem mesmo o menor de seus privilégios fossem frontalmente questionados.

Entre 1964 e 1985 a ditadura interferiu na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira, em alguns poucos momentos de forma velada e em outros tantos de forma brutal. A ditadura não nasceu pronta e acabada, se modificou ao longo dos vinte e um anos, expressando várias fases.

Esse contexto social, que se iniciou com o golpe civil-militar, reforçou o papel do mercado, procurou autonomizar a economia da política, aprofundou a dependência externa e deixou profundas marcas de autoritarismo, tortura e

várias outras formas de violências. Uma expressão desse período, sob a forma cinematográfica, encontra-se no clássico documentário “Cidadão Boilesem”, de Chaim Litewski⁶.

Para Netto (2014, p. 41), a queda do presidente João Goulart, com o golpe civil-militar de 1964, pode ser explicada pela conjugação de causalidades e forças políticas articuladas numa “autocracia burguesa”, dada a dinâmica interna que “[...] exigia uma reestruturação geral dos mecanismos e instituições necessárias a um novo padrão de acumulação”. Por sua vez, aquele governo não reunia “as condições políticas necessárias para levar adiante o seu projeto de reformas de base”. Essa vitória política das pessoas responsáveis pela construção da Ditadura empresarial militar aconteceu pelas condições geradas pela conspiração patrocinada pelo grande empresariado e latifúndio. Portanto, a Ditadura empresarial militar de 1964–1985 foi consequência de uma desigual correlação de forças políticas naquele contexto histórico, seja no plano interno como também no mundial, bem como foi impulsionada pela reestruturação do capital nas condições particulares do Brasil.

Ao derrubarem o presidente legitimamente eleito e tomarem o seu lugar, na verdade, estavam dando uma sequência à longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores de nossa história particular como país. “Ainda antes da proclamação da República e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares” (NETTO, 2014, p. 51).

De fato, esse segmento social instrumentalizava, dada sua condição no interior do aparato repressivo do Estado burguês, as demandas postas pelo desenvolvimento do próprio poder político em termos autoritários, e do capitalismo em sua forma particular no Brasil, ampliando a histórica concentração social e gerando novos espaços ao capital internacional. Embora protagonistas no processo ditatorial, os militares cumpriam as ações de

⁶ “Albert Hening Boilesen foi um empresário dinamarquês nacionalizado brasileiro. Sua história foi relatada no documentário Cidadão Boilesen, de Chaim Litewski, de 2009. Ele era presidente do grupo Ultra, que tinha a Ultrazag como uma de suas empresas. Durante a ditadura, foi um dos grandes entusiastas da Operação Bandeirante (Oban), inaugurada em São Paulo em 1969. A Oban, criada pelo Exército para investigar e reprimir grupos da esquerda armada, foi financiada por empresários vinculados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo o documentário, Boilesen não era o que fazia os maiores aportes financeiros, mas tinha um importante papel de articulador, convocando novos empresários para participar do financiamento. No documentário, o empresário José Mindlin conta como foi abordado pelo presidente do Grupo Ultra. Mas Boilesen teria ido além. Diversas fontes afirmam que o empresário participava de sessões de tortura e que inclusive teria importado dos Estados Unidos um instrumento de tortura que soltava descargas elétricas crescentes. O instrumento teria sido apelidado de ‘pianola Boilesen’. ‘Ele pessoalmente frequentava a Operação Bandeirante, ia ver os presos e assistia a sessões de tortura’, afirma no filme o historiador Jacob Gorender” (ALBERT..., [2009]).

interesse dos segmentos da classe burguesa. Como resultado da história política brasileira, a “autocracia burguesa” se baseou na conciliação entre as novas e as antigas classes dominantes, e dessas com o imperialismo, desenvolvendo-se, organicamente, como um movimento autodefensivo e contrarrevolucionário que se reproduziu historicamente.

1.2 Atualização das raízes coloniais: autocracia e violência

A Ditadura empresarial militar expressa os traços do capitalismo brasileiro em sua forma violenta, encontrando nessas características a sua própria essência sob a forma de autocracia burguesa. “A ditadura do grande capital”, nos termos de Ianni (1981, p. 194),

[...] desenvolve-se como uma contrarrevolução: uma resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da Igreja, militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos e frações de classe) à ascensão política da classe operária e do campesinato.

Entende-se como contrarrevolução a forma pela qual a burguesia nacional e internacional, juntamente com setores da classe média (pequena burguesia), planejou e materializou o golpe de 1964 e como perseguiu e barrou as lutas camponesas e a organização dos operários.

Como já apontado anteriormente, a caracterização da ditadura brasileira como uma contrarrevolução, nos termos de Florestan Fernandes (2011), se faz duplamente, pois se evidencia, de um lado, pelo golpe de Estado contra operários e camponeses que se organizam como classes políticas e nas lutas por ampliação da cidadania. De outro lado, foi uma contrarrevolução, no sentido de uma autocracia burguesa que se volta contra a democracia e a ainda incipiente cidadania conquistada no período de 1946-1964.

Esse contexto aprofundou o modelo de desenvolvimento dependente (IANNI, 1981) e, em consequência, a secular tradição heteronômica que marca a nossa formação social. De fato, como já expressara Caio Prado Junior (1991), o sentido da colonização brasileira foi dado pela forma mercantil em sua expansão mundial, e, portanto, envolve complexa articulação da dinâmica do mercado externo com os movimentos internos da economia e sociedade brasileira.

Desde sua gênese – da descoberta à colonização e à estruturação econômica -, dialeticamente integrada, em sua processualidade histórica, ao capitalismo: inicialmente ao capitalismo mercantil, depois ao capitalismo industrial concorrencial e, em seguida, subalternamente, à

cadeia imperialista, sendo, portanto, parte integrante e constitutiva de seu desenvolvimento – quer dizer, da totalidade capitalista. (PRADO JR, 1991, p. 21).

O contexto brasileiro desde a fase do Império, da República, e dos dias atuais, não modifica o significado dessa capacidade de subordinação e dependência ao mercado mundial. Os traços particulares da formação social, econômica e política brasileira tiveram consequências marcantes na cultura política. Coutinho (1988) analisa que esses fatores são decorrentes: do caráter historicamente dependente e subordinado do país, voltado para a produção de excedente para o mercado internacional e que, posteriormente, residiu na internacionalização do mercado interno; do pouco dinamismo e capacidade de expansão do mercado interno, obstaculizado pelo não desenvolvimento pleno das forças produtivas; do caráter hipertardio, para Chasin (2000), da industrialização do país; das dificuldades de universalização do trabalho assalariado, que não foi capaz de generalizar-se nem tampouco de incorporar amplos segmentos da força de trabalho que se inseriram em atividades não reguladas pela relação capital-trabalho; das relações entre as classes sociais, Estado/Sociedade, caracterizadas pelo autoritarismo, paternalismo; pelo elitismo das classes dominantes; e pela exclusão das classes populares dos processos decisórios nacionais.

Assim, o Estado brasileiro se estabeleceu e vai se modernizando, limitando a sociedade civil e a reconhecendo apenas nos estratos burgueses e seus movimentos políticos e sociais, excluindo politicamente a enorme massa popular e reprimindo a ascensão dos trabalhadores. Antes de tudo, ele é o resultado histórico da incapacidade burguesa de enfrentar, a contento, a pressão externa do imperialismo das nações capitalistas centrais e a pressão interna movida pelos estratos proletários urbanos e rurais cada vez mais socializados e ampliados em razão do próprio desenvolvimento capitalista.

Segundo Florestan Fernandes (2006) tal configuração estatal é própria de sociedades de capitalismo periférico e dependente, onde uma repetição da revolução burguesa clássica tornou-se impossível. Estabelece-se, assim, uma associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia, ou uma dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia. Em consonância com esse autor, pode-se dizer que o Brasil é um país agrário que se transforma em industrial, mas sem perder a cara agrícola. Tudo se urbaniza, aos poucos ou de modo abrupto, sem perder o jeito rural. Há frequentes irrupções do povo no cenário da história com soluções de compromisso, conciliação ou paz social tecidas pelos partidos, formuladas por intelectuais, impostas por grupos e classes dominantes com a colaboração da alta hierarquia militar e eclesiástica: todos na sombra do imperialismo.

Assim, desde a sua constituição no final do século XIX, o Estado em sua forma burguesa assumiu no Brasil um caráter autocrático, quer dizer, prevalência de soluções autoritárias por parte da burguesia brasileira em seu movimento de respostas às crises econômicas, sociais e políticas. Como também foi explicitado no tópico anterior, para Fernandes, a autocracia burguesa é um traço peculiar, uma estrutura histórica do capitalismo brasileiro:

A autocracia burguesa baseou-se na conciliação entre as novas e as antigas classes dominantes, e destas com o imperialismo, desenvolvendo-se organicamente como um movimento autodefensivo e contrarrevolucionário que se reproduziu historicamente tanto nos períodos de 'ditadura aberta', como no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura empresarial militar (1964-1985), quanto nos períodos de 'ditadura dissimulada', como durante o período chamado de 'República Populista' (1945-64). (1987, p.105).

O autoritarismo político é tomado como a forma de governo da herança escravista e patriarcal acomodado ao capitalismo industrial do século XX. Para Chauí (2001), a categoria autoritarismo, configurada como concentração de poder pelo Estado e de uso corrente na ciência política, apresenta-se em contraposição à democracia. Nessa perspectiva, a ideia de autoritarismo é remetida à relação estabelecida entre Estado e sociedade, sendo materializada por dada forma de governo que é adotada em determinado contexto e em contraposição à democracia.

A desigualdade social crescente na sociedade brasileira apresenta-se estruturada hierarquicamente, chegando a caracterizar o autoritarismo no contexto brasileiro em dois sentidos: nos âmbitos político e social. Portanto, além do autoritarismo como fenômeno político, que periodicamente afeta o Estado, não se deve esquecer que a sociedade brasileira é autoritária, e dela provêm diversas manifestações de autoritarismo social. Como afirma Marilena Chauí (2001), esse autoritarismo tem como substrato as desigualdades sociais que se apresentam de forma hierarquizada, acentuadas pelo capitalismo selvagem, tendo como base a matriz senhorial e escravista.

Se vários momentos da história brasileira são de muito autoritarismo, são também de resistência frente à concentração de poder e à busca por democracia, o que resulta da própria luta de classes em suas construções históricas, quer dizer, dentro de dadas condições sociais e políticas.

Quando em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da proclamação da República e durante a

época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação de militares na repressão contra as lutas populares. A imagem do brasileiro conformado, acomodado, submisso, que sempre se procurou vender, não corresponde ao registro da história. Já no período monárquico ocorreram inúmeros episódios de levantes populares em defesa da soberania nacional e contra a opressão política, a Confederação do Equador, movimento iniciado em Pernambuco em 1824, liderada pelo Frei Caneca, que terminou executado, a Cabanagem, no Pará de 1835-1840, onde a repressão acarretou a morte de metade da população da província, a Guerra dos Farrapos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul em 1835 e só sufocada dez anos depois, a sabinada, na Bahia, em 1837-1938; a Balaiada no Maranhão, de 1838-1941 e também a Revolução Praieira, de Pernambuco, em 1848. Para combatê-las foi criada, em 1831, a Guarda Nacional, uma força auxiliar do exército que ficou muito ligada aos grandes proprietários de terra. À guarda Nacional competia a repressão a opositores internos, enquanto ao Exército deveria caber a defesa contra agressões externas (ARNS, 2014, p. 53).

Essas características em fases ou momentos diversos têm traços bem parecidos, antes de tudo marcados pela repressão às lutas populares e que deixaram marcas profundas na sociedade brasileira. Todavia, há que se considerar suas particularidades no contexto da Ditadura empresarial militar de 1964–1985, quando

Impôs-se abertamente pela força das armas, valeu-se diretamente da coerção e da violência, restringiu aos direitos políticos mais elementares, impediu a alternância no poder e no governo, criminalizou a atividade oposicionista, tornou o terror uma política de Estado, feriu os direitos humanos fundamentais e renegou tanto as instituições jurídicas reconhecidas consensualmente como democráticas e legítimas quanto a sua própria retórica (suas promessas e seus compromissos públicos). Foi na sua forma e no seu conteúdo, a mais longa e a mais brutal das ditaduras brasileiras: uma ditadura, que nos seus procedimentos operativos e nas suas finalidades, serviu a burguesia brasileira e aos seus sócios, as empresas imperialistas e os grandes proprietários fundiários (NETTO, 2014, p. 83).

Essa forma e conteúdo mais brutal da história brasileira tem uma concepção ideológica da tutela militar que acompanhou a Ditadura empresarial militar do seu início ao fim. O direcionamento dos atos de violência e de “estabilidade política” foi dado pela Doutrina de Segurança Nacional constituída ideologicamente nos centros de formação militar e que se irradiou pelos atos e estruturas dos governos militares.

Para a Doutrina de Segurança Nacional, a questão central é a garantia de segurança interna que exige duas condições: a criação de um aparato repressivo, formado por uma rede de informações que permitia detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”) e ser capaz de neutralizá-lo/eliminá-lo; ademais da implementação de uma política de desenvolvimento econômico, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar.

Nesse sentido, expandiu-se a doutrina da Ditadura empresarial militar baseada na “segurança nacional” e tendo como centro irradiador a Escola Superior de Guerra (ESG). Essa fora fundada em 1949 – à época da II Guerra Mundial –, e desde seu início esposou o anticomunismo, sendo fundamental para o avanço e o desenvolvimento de diferentes órgãos repressivos. A estreita vinculação surgida entre oficiais brasileiros que estavam na ESG, como Castello Branco, Golbery do Couto e Silva e outros, e seus colegas norte-americanos chegou, até mesmo, a fazer com que compartilhassem a expectativa de continuação da guerra ou início de uma:

Terceira – opondo desta vez União Soviética e os aliados ocidentais [...]. Terminada a guerra, toda essa geração de oficiais, em fluxo maciço, passou a frequentar cursos militares americanos [...]. Quando começam a retornar ao Brasil já estavam profundamente influenciados por uma nova concepção a respeito de como entender a Defesa Nacional. Nas escolas americanas tinham aprendido que não se tratava mais de fortalecer o Poder Nacional contra eventuais ataques externos, e sim contra um ‘inimigo interno’, que procurava solapar as instituições (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 53–54).

Foi dentro da Escola Superior de Guerra (ESG)⁷ que se formularam os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns dos seus subprodutos, como, por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Essa doutrina transformou-se em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68, que tinha como objetivos principais identificar e eliminar os ‘inimigos internos’, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que ‘inimigo interno’ era, antes de tudo, comunista. O anticomunismo foi assim e, sempre, o caminho para a ditadura (SODRÉ, 1984, p. 91).

⁷ “Na fase inicial da ditadura, o setor militar que prevaleceu na disputa interna para comandar o aparato estatal foi o proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), que tinha como principal líder o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente do regime” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 35).

Entre 1964 e 1970, a ditadura brasileira criou um sistema que abrigou o vasto dispositivo de coleta e análise de informações e de execução da repressão no Brasil. O centro desse sistema era o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão de coleta de informações e de inteligência que funcionava de duas maneiras: como um organismo de formulação de diretrizes para elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República; e como o núcleo principal de uma rede de informações, atuando dentro da sociedade e em todos os níveis dos empregos e da administração pública.

A estrutura do SNI fornecia ao sistema de espionagem e repressão uma capilaridade sem precedentes, ramificando-se através das agências regionais; das Divisões de Segurança e Informações (DSI) instaladas em cada ministério civil; e das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) criadas em cada órgão público e autarquia federal. Até 1967, a ditadura se utilizou da estrutura de repressão já existente nos estados, mobilizando os Departamentos de Ordem Política e Social, subordinados às Secretarias de Segurança Pública, e os policiais civis lotados nas Delegacias de Furtos e Roubos, famosos pelo uso da violência e a prática da corrupção, conforme foi possível verificar, também, nos documentos pesquisados junto ao Arquivo Nacional.

O aparato estatal repressivo se expande com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1967. O CIE atuava simultaneamente na coleta de informações e na repressão direta e foi, provavelmente, a peça mais letal de todo o aparato da ditadura. Tão temidos quanto o CIE eram o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1957, e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), montado em 1970. Foram organizados ainda os Inquéritos Policiais Militares (IPM), cujos objetivos eram processar e criminalizar militantes e políticos que lutavam contra Ditadura empresarial militar. Somente o projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) conseguiu reunir cópias de 717 IPM, em que foram processadas mais de 20 mil pessoas (ARNS, 2014). Com todo esse aparato, o governo passou a considerar como “inimigo interno” todos os que discordavam do regime.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava impri-

mir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 2014, p. 43).

Os atos institucionais foram criados nesse período para dar caráter de lei e regra à repressão e violência. Com o Ato Institucional n. 1 (AI-1) muitos perderam os seus direitos políticos⁸. Em outubro de 1965 surge o AI-2, que deu poder ao Executivo para fechar o Congresso quando julgasse necessário. Em fevereiro de 1966, o AI-3 restringiu ainda mais o direito ao voto popular e ampliou o poder repressivo dos militares. E em 1968⁹, o AI-5 surgiu para dar todo o poder que o presidente precisava para aumentar a repressão e tornar impossível qualquer oposição ao governo. Nessas condições, pouco tempo depois, a presidência fechou também o Congresso por tempo indeterminado. Destaca-se o relato a seguir como ilustrativo:

Fui levada para a sala de torturas, aos tapas e berros, e colocada na ‘cadeira do dragão’, na qual fui interrogada. Durante muito tempo, levei choques na orelha, nos dedos dos pés, fui amordaçada com um pano imundo para não gritar [...] (CFESS, 2017, p. 13).

⁸ “O primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, determinou a cassação de mandatos, a suspensão dos direitos políticos, a demissão de servidores públicos, o expurgo de militares, as aposentadorias compulsórias, a intervenção em sindicatos e a prisão de milhares de brasileiros. Em 1967, como tentativa de legalizar o novo sistema, Castello Branco promulgou uma nova Constituição. No mesmo ano, o general Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência como representante da chamada ‘linha dura’ militar” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 35).

⁹ “[...] em 1968, teve início uma escalada repressiva, especialmente contra os estudantes, que ficou marcada pela morte de Edson Luís Lima Souto, em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro; pelo assassinato de quatro pessoas na chamada ‘sexta-feira sangrenta’, em 21 de junho, também no Rio; pela morte de José Guimarães durante enfrentamento entre estudantes da USP e policiais e alunos da Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 3 de outubro; e pela invasão, em 12 de outubro, do 30o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, no interior paulista. Em 13 de dezembro, o governo militar decretou o Ato Institucional nº 5, AI-5, considerado um verdadeiro ‘golpe dentro do golpe’. O Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada e foram suspensos os direitos individuais. A chamada ‘linha dura’ assumia o controle completo no interior do regime.

Ações de guerrilha urbana ganharam volume. Com o afastamento de Costa e Silva, em agosto de 1969 [...], uma junta militar ocupou de forma provisória o poder e, no mês seguinte, editou uma nova Lei de Segurança Nacional, com elevação drástica de seu conteúdo repressivo e introdução da pena de morte” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 35).

Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, Médici deu início em 30 de novembro de 1969 ao governo que representa o período mais violento, de grande repressão e suspensão das liberdades civis de nossa história¹⁰. Nesse contexto, foi desenvolvido um aparato de “órgãos de segurança nacional” com características de poder autônomo, que, a partir daí, levou ao cárcere milhares de homens e mulheres, transformando a tortura, a violência e o assassinato em algo cotidiano¹¹. Essa dinâmica de violência do Estado durou mais de uma década, sendo só abalada com o processo de reação de parte da sociedade civil. Quando essa resistência avançou é que o AI-5 foi revogado.

Em 01 de abril de 1979, é revogado o AI 5, a face mais ostensiva da Ditadura militar, embora parte de seus dispositivos passem a estar embutidos na Constituição, como o estado de emergência, que o Executivo poderia decretar em momentos de crise, atribuindo-se poderes excepcionais e suspendendo as garantias dos cidadãos por um prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Ao terminar o último ano do governo Geisel, a estatística do regime militar de 1964 registrava aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do Decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa de três centenas (ARNS, 2014, p. 66).

O Brasil seguiu crescendo como um país de torturas, perseguições, exílios e cassações. É possível dizer que a tortura foi o instrumento extremo de coerção e de extermínio. Como diz Gaspari: “o último recurso da repressão política que o Ato institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade” (GASPARI, 2003, p 187).

Eu fui presa no dia 02 de dezembro de 1971 e fiquei presa no DOI-CODI, DOPS DOI-CODI, até 04 de fevereiro de 1972, ou seja, dois meses e dois dias.[...] Então, foi o seguinte, nesse período, no terceiro, quarto dia começaram as torturas físicas e começaram com muita

¹⁰ “[Ainda em 1969], o general Emílio Garrastazu Médici tomou posse e abriu a fase de maior repressão dos 21 anos de regime. A Constituição de 1967 foi trocada, por decreto, pela de 1969, que desdobrou as imposições contidas no AI-5. A partir de então, a ditadura lançou uma ofensiva fulminante contra as organizações armadas de oposição. Em 1974, já havia derrotado os grupos de guerrilha urbana e completava a última campanha militar de aniquilamento da Guerrilha do Araguaia. A repressão não poupou as organizações clandestinas que não haviam aderido à luta armada, como o PCB, e nem mesmo os religiosos que se opuseram ao regime sem ter filiação com qualquer organização” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 35).

¹¹ “[...] as denúncias sobre torturas já vinham se acumulando desde 1969 e geravam forte desgaste da imagem do Brasil no exterior. Além disso, com o evidente esgotamento do chamado ‘milagre econômico’, os grupos militares de origem castelista conseguiram recuperar força, impondo Ernesto Geisel como próximo Presidente da República” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 35).

pressão, me tiraram dum quarto mediante agressões físicas, tapas no rosto, telefone, me jogaram numa sala com a máquina de choque, aplicaram choque nos dois dedos[...]E rodava a máquina de choque, eu sei que eu pulava que nem uma bola, assim, literalmente. Então, a partir desse momento foi um período de, não sei, uns 15, 20 dias subsequentes de todo tipo de agressão. Foi choque nos dedos, nas mãos, acareações e a questão apertou, assim, do ponto de vista da agressão [...] Eu passei uma noite, por exemplo, com o pau-de-arara armado pra escolher, o que eu preferia, choque ou pau-de-arara? Eu sofri muitas agressões [...] (CFESS, 2017, p. 78).

Mortes, torturas, prisões em massa: várias violências foram realizadas em nome da segurança nacional e do “desenvolvimento do país”. De fato, a tortura se manifesta intensamente no período da Ditadura empresarial militar. O Estado se contrapõe aos direitos dos cidadãos, incorporando a tortura, na medida em que ocorria o endurecimento do regime. Sua institucionalização no país acabou por lhe conferir o status de um “método científico”, envolvendo um típico processo de “formação”, com aulas a seu respeito, sendo que aqueles que eram dela objeto eram vistos como verdadeiras “cobaias”, em um cruel processo de experimentação (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2001, p. 51).

No que se refere à conceitualização de violência recorre-se à socióloga Alba Zaluar por apresentar uma leitura ampla sobre a violência, mesmo que a questão fundante desta tese seja a da violência contra a mulher, a qual será analisada, com maior profundidade, no próximo capítulo.

Violência vem do latim *violentia* que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violenta quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica (ZALUAR, 1999, p. 28).

A assistente social Cândida Moreira Magalhães narra sobre os processos ditatoriais, de torturas e de muitas violências que ela mesma vivenciou e que, ainda, marcam a sociedade brasileira:

Foi acusada de incitar a população contra a Ditadura, quando trabalhava com famílias em comunidades pobres. Quando se mudou para Brasília, para tentar uma nova vida, foi sequestrada. Ficou noventa dias presas. Noventa dias sob todo tipo de tortura: afogamento, pau de arara, choque elétrico. ‘Todos os dias saía inconsciente das sessões’, contou. Tudo isso porque a polícia a acusava de participar de uma organização que assaltava bancos. ‘No entusiasmo da luta, nunca nos preparamos para uma situação como essa. Uma situação de desmonte. Passei anos da vida com

medo de sair sozinha. Nosso país ainda tem processos de autoritarismo, a ditadura não acabou. A suprema imposição à vida é a luta' (CFESS, 2017, p. 27).

Engels (2016), no livro “O papel da violência na história”, em argumentação histórico-antropológica, demonstra que não foi um ato político que engendrou a violência. É preciso que haja, antes, a apropriação privada, alguma diferenciação social, para que a violência seja instrumentalizada por determinada elite a seu favor. A violência não vem antes. O que haverá será uma violência que, a cada passo, vai se estruturando como elemento mais definitivamente relacionado à desigualdade, às classes sociais.

A Ditadura empresarial militar de 1964, tendo esses elementos da violência como marca, materializou-se na repressão, tortura e, barbaramente, matou militantes e políticos que lutavam por reformas profundas que eliminassem as desigualdades econômicas e sociais.

Uma forma cruel de tortura, afeta tanto o físico quanto o psicológico. Esses abusos eram somados aos espancamentos, xingamentos e muita submissão, muitas vezes além do estupro, homens e mulheres tinham objetos introduzidos em seus corpos. (Entrevistada Ana Rita)

Desde suas origens, a sociedade brasileira vivencia o uso da contra violência – segundo Sanchez Vásquez (1990), a única forma legítima para a violência se manifestar – como um procedimento necessário para impedir que o círculo da violência se perpetue. Para Chauí (1999) toda violência age contra a liberdade, contra a vontade e contra a espontaneidade do ser violentado, uma vez que brutaliza, coage, constrange e viola sua natureza, tratando seres racionais e sensíveis como objetos a serem manipulados pela intimidação, pelo medo e pelo terror. No caso das torturas, perseguições, mortes, enfim as várias violências institucionais ocorridas na ditadura, expressa-se uma determinada forma de poder, e, embora possa não ser legitimada, em determinadas situações, como a daquele período, aparenta ser legítima para parcela da sociedade.

Durante a Ditadura empresarial militar, as mulheres se dispuseram a abandonar seus familiares, seus sonhos e, cotidianamente, lutaram de diversas formas – fosse contra a própria existência dessa ditadura, seja por serem vitimadas pelo autoritarismo na forma de prisões, torturas e outras formas de violência. Mesmo nessas condições, boa parte da sociedade civil estava alheia à dinâmica política nesse período de extremo autoritarismo ou negava a preservação dos direitos daquelas pessoas consideradas subversivas, o que ocorria para algumas delas por parte mesmo de alguns de seus.

[...] por volta das 7 horas, foram trazidos sequestrados, também para a Oban, meus dois filhos, Janaína, de 5 anos, e Edson, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas [...]. Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados [...] que, inclusive, ameaçaram de tortura seus dois filhos; que torturaram seu marido também; que seu marido foi obrigado a assistir todas as torturas que fizeram consigo; que também sua irmã foi obrigada a assistir suas torturas (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2001, p. 41-45).

Procura-se demonstrar a partir desse depoimento que a tortura expõe uma dor muito forte na alma e no corpo e, algumas vezes, tinha um cunho eminentemente sexual, pois eram vistas pelos agentes da repressão apenas como “mulher-objeto” – ou seja, além da dor física, há uma quebra moral, quando a maternidade e a feminilidade são atingidas.

Nesse sentido, compreende-se que a herança de uma sociedade racista, hetero-patriarcal, racista, capitalista e oligárquica, que é a sociedade brasileira, associada com outros aspectos apresentados ao longo do texto, especialmente aqueles relacionados a determinantes econômico-políticos e/ou socioculturais relacionados ao conservadorismo explicam as dimensões da violência tão forte nesse período. Aliás, essa violência deixou profundas marcas em nossa história e, principalmente, para quem vivenciou aquele período de inúmeras violações de direitos. Essas marcas ainda são muito presentes, tornando possível traçar uma linha de continuidade ao longo da história da sociedade brasileira. E, hoje em dia, especialmente verificada nas ações do aparato policial, quando, cotidianamente e exemplarmente, constringe e mata pretos e pobres nesse país.

O desenho que foi sendo construído da violência faz parte da velha política, fundamentada pela ideia de poder e força, tendo como substrato o monopólio estatal da violência. A partir de 1964, o uso frequente da violência esteve fortemente associado à ideologia militar, especialmente apoiada pela Doutrina de Segurança Nacional, e se tornou instrumento fundamental para a consolidação e continuidade da Ditadura empresarial militar.

Apesar de tanto os homens quanto as mulheres terem sido submetidos às mais bárbaras formas de tortura e/ou de violências, as mulheres foram atingidas de forma particular, uma vez que se encontravam sempre nas mãos de agentes da repressão do sexo masculino, ou seja, sofreram todos os tipos de constrangimentos e sofrimentos sob o olhar de alguém que lhes era diferente.

Este processo é melhor qualificado quando se caracteriza suas diferenciadas formas relacionadas à vida das mulheres nos âmbitos pessoal e familiar, profissional e/ou de organização e participação na vida política, mas também encontra respostas nas próprias ações das mulheres, que, de distintas formas, também a elas reagiram, organizando-se e se inserindo na esfera

pública. Dessa forma, trata-se aqui de uma leitura do período da Ditadura empresarial militar, de 1964–1985, abordando as violências e resistências das mulheres – assim, no plural, uma vez que se considera que tais experiências são múltiplas, é sobre o que se detém a exposição a seguir.

Este capítulo tem o objetivo de explicitar a participação política das mulheres no período de ditadura civil-militar, analisando a história do feminismo e do movimento de mulheres. Trata-se do histórico do feminismo, bem como utiliza categorias consideradas fundantes para este estudo, tais como: patriarcado, relações patriarcais, divisão sexual do trabalho no capitalismo e violência contra a mulher.

No segundo tópico deste capítulo, são abordadas as violências experimentadas pelas mulheres, em sua ocorrência no período da Ditadura empresarial militar de 1964–1985, marcado por intensa repressão e que fez muitas vítimas na forma de prisões, torturas, mortes, desaparecimento e perda de direitos. De fato, a violência contra a mulher perpassa toda esta tese – embora neste capítulo receba seu tratamento mais específico – e se expressa nas relações de poder, dominação e exploração dos homens frente às mulheres. A violência contra a mulher é problematizada, considerando-a como estruturante e alicerçada na chave de leitura que articula patriarcado-racismo-capitalismo. A perspectiva adotada é a de que este alicerce patriarcado-racismo-capitalismo demarca um sistema de opressão e exploração sobre a vida das mulheres fundamentado na desigualdade, no privilégio, na discriminação, e, enfim, no controle sobre corpo, na participação política.

Finalmente, no terceiro tópico deste capítulo, é realizado um recorte específico e voltado para a contribuição e formas de participação das mulheres junto ao Movimento da Anistia Internacional e ao processo de redemocratização do país. Estes são abordados em sua contribuição para a análise das violências e resistências experimentadas pelas mulheres na Ditadura empresarial militar de 1964–1985.

CAPÍTULO 2

QUE BOM TE VER VIVA!¹²: AS VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR

Este capítulo tem o objetivo de explicitar a participação política das mulheres no período de ditadura civil-militar, analisando a história do feminismo e do movimento de mulheres. Trata-se do histórico do feminismo, utilizando categorias consideradas fundantes para este estudo, tais como: patriarcado, relações patriarcais, divisão sexual do trabalho no capitalismo e violência contra a mulher.

No segundo tópico deste capítulo, são abordadas as violências experimentadas pelas mulheres, em sua ocorrência no período da Ditadura empresarial militar de 1964–1985, marcado por intensa repressão, e que fez muitas vítimas na forma de prisões, torturas, mortes, desaparecimento e perda de direitos. De fato, a violência contra a mulher perpassa toda esta tese – embora neste capítulo receba seu tratamento mais específico – e se expressa nas relações de poder, dominação e exploração dos homens frente às mulheres. A violência contra a mulher é problematizada, considerando-a como estruturante e alicerçada na chave de leitura que articula patriarcado-racismo-capitalismo. A perspectiva adotada é a de que este alicerce patriarcado-racismo-capitalismo demarca um sistema de opressão e exploração sobre a vida das mulheres fundamentado na desigualdade, no privilégio, na discriminação, e, enfim, no controle sobre corpo, na participação política.

Finalmente, no terceiro tópico deste capítulo, é realizado um recorte específico e voltado para a contribuição e formas de participação das mulheres junto ao Movimento da Anistia Internacional e ao processo de redemocratização do país. Estes são abordados em sua contribuição para a análise das violências e resistências experimentadas pelas mulheres na Ditadura empresarial militar de 1964–1985.

2.1 A história das mulheres na Ditadura empresarial militar

No percurso da história da Ditadura empresarial militar as mulheres sempre estiveram presentes, nos movimentos de contestação e mobilizações contra aquele contexto de perda de direito e violência. Por sua vez, também se registram mulheres que saíram às ruas para pedir a deposição de Jango

¹² Murat, que foi torturada no período da ditadura militar, narra a vida de algumas mulheres brasileiras que pegaram em armas contra o regime militar. Há uma série de depoimentos de guerrilheiras e cenas do cotidiano dessas mulheres que recuperaram, cada uma à sua própria maneira, os vários sentidos de viver. Que Bom Te Ver Viva- Lúcia Murat.1989.

(presidente à época) – movimento constituído basicamente por mulheres de classe média que tiveram papel estratégico na instalação do governo autoritário através do famoso evento a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹³. No campo da resistência, outras atuaram de muitas formas: se organizaram em partidos e movimentos de esquerda (como ligas camponesas, clubes de mães, associações, movimento estudantil e Comunidades Eclesiais de Base) contra o custo de vida e por creche, entre outras questões.

Nós nos organizávamos nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, lutamos no movimento estudantil e lutava junto com as classes populares. (Entrevistada Jô Moraes).

O movimento feminista¹⁴, com as bandeiras de lutas das mulheres, tem uma peculiaridade, que deve ser tomada em consideração no sentido de compreender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. A concepção utilizada neste trabalho é a da perspectiva marxista do feminismo, reconhecendo as especificidades do debate teórico.

Tem sido pauta constante no feminismo a apreensão e elaboração de categorias teóricas que possam contribuir para a compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que marcam a vida das mulheres, como de se instrumentalizar para intervir politicamente na reversão dessa condição. O movimento feminista, entretanto, possui, em seu seio, uma diversidade de perspectivas, tanto no que diz a dimensão teórica como política. (CISNE, 2014a, p.59).

¹³ “A Marcha da Família com Deus pela liberdade foi um movimento urbano ocorrido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações ou “marchas”, organizadas por setores conservadores do clero articulados com as elites hegemônicas. Congregou segmentos da classe média que temia o perigo comunista. Eram favoráveis à deposição do Presidente da República”

¹⁴ Existem vários feminismos, assim como de movimento de mulheres, nem todas as organizações do movimento de mulheres definem-se como parte do movimento feminista. Sabemos que há mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos eles os movimentos sociais enfrentam os problemas da situação das mulheres. Também nem todas as mulheres refletem sobre a situação de dominação e exploração em que se vive e. Por isto, nem todas apoiam as causas feministas. São feministas aquelas mulheres e organizações que se definiram-se assim. Em relação ao feminismo, existem várias concepções e vertentes teóricas que direcionam as reflexões e ações no âmbito da atuação feminista, como as liberais, teoria “queer”, estruturalistas, pós-coloniais, pós-modernas, feminismo negro, feminismo marxismo, feminismo comunitário, eco feminismo etc. A este respeito, ver, especialmente, Beltran (2008) e Silva e Camurça (2010). Neste sentido, explicita-se que o enfrentamento à sociedade patriarcal, racista e capitalista não faz parte dos princípios de todo o movimento feminista ou do conjunto do movimento de mulheres.

Compreende-se o movimento feminista como um movimento social, uma práxis que é tanto teórica quanto política, que se propõe à superação da dominação/exploração patriarcal-racista-capitalista. Sua pauta propõe a igualdade, a liberdade para mulheres, enfim, a emancipação humana.

As mulheres, para a sociedade patriarcal, têm sido importantes no processo da reprodução social, cujo formato subjetivo e organizador do cotidiano as transformam nas principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Já os homens, por sua vez, são considerados a ‘mola mestra do processo produtivo’ e, portanto, ‘provedores’ econômicos da família (ALVES; VIANA, 2008, p. 18).

Trata-se de uma repetição incessante e que não deixa dúvidas das perversas formas de exploração/dominação e opressão. Isto porque há uma fundamentação fundada sobre uma dicotomia de um mundo público, como privilégio e domínio masculinos, e a manutenção de uma esfera privada, que se delega às mulheres.

Paola Tabet (2014) tece observações referentes a como a divisão sexual do trabalho se expressou historicamente, em período anterior à sociedade capitalista, sob a forma de apropriação dos instrumentos de trabalho pelos homens. Observa como tal controle dos instrumentos teve um papel central na configuração da divisão sexual do trabalho.

Essa estratégia e representação são impostas ideologicamente pela sociedade como se constituíssem um estado “natural”, mas não o são. A condição das mulheres lhes parece, muitas vezes, naturais/normais ou imutáveis, por isso o processo de naturalização da subalternidade. Para Betânia Ávila:

[A] Separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo instala-se com a chegada da ordem social capitalista. Do ponto de vista histórico, segundo Kergoat (2002), é possível observar que a ‘estruturação atual da divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo’ [...] e que a relação do trabalho assalariado não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Mesmo partindo do pressuposto de que houve, anteriores ao capitalismo, outras formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres, essa divisão estava marcada por outra relação entre produção e reprodução, pois a divisão que se expressa nesse sistema está diretamente relacionada à formação social capitalista, na qual a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva (ÁVILA, 2015, p. 19).

A divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres está diretamente ligada a formação capitalista, visto que este modo de produção cria várias formas de exploração e subordinação do trabalho doméstico, em geral não o reconhecendo como trabalho. Vale destacar que o trabalho se configura, na sociedade capitalista, em sua interligação com o patriarcado¹⁵, expressando-se, principalmente, por meio da divisão social e sexual do trabalho.

Na tentativa de contribuir com esse debate, as feministas materialistas afirmam que uma das bases de sustentação do modo capitalista de produção está na exploração do trabalho da mulher. Tal processo se dá na esfera produtiva – ocupando cargos desvalorizados e recebendo baixos salários –, como também na esfera reprodutiva — materializada na família, através do trabalho doméstico, das tarefas reprodutivas e de cuidado não remuneradas (CISNE, 2014b).

A divisão sexual do trabalho se apresenta como determinante para a compreensão de como se organizam as hierarquias dos homens em relação às mulheres. Observam-se as relações de exploração, opressão e autoridade que produzem a subordinação das mulheres e como são tecidas pela divisão sexual do trabalho: a opressão moral e sexual; a tolerância à violência que as atinge por serem mulheres; e os limites para o controle autônomo da sua capacidade reprodutiva são alguns deles.

Nesse sentido se dialoga com Pateman (1993), quando estabelece três grandes momentos do debate sobre o patriarcado: o primeiro no século XVII, com o desenvolvimento de elaborações teóricas modernas do patriarcado; o segundo, iniciado em 1861 até o século XX; e o terceiro, com o denominado renascimento do movimento feminista organizado e que ainda está em curso.

A fim de simplificar várias complexidades dos debates e desfazer algumas confusões, seria útil distinguir três formas de argumentação patriarcal não excludentes entre si: Chamarei a primeira de pensamento patriarcal tradicional. [...]. A argumentação patriarcal tradicional incorpora todas as relações de poder ao regime paterno. [...] Filmer justificava a monarquia absoluta com o argumento de que os reis eram pais e os pais eram reis. [...]. Chamarei a argumentação de Filmer de patriarcalismo clássico. A teoria clássica – a segunda das três formas de argumentação patriarcal – foi a primeira que desenvolveu extensivamente uma teoria do direito e da obediência políticos [...]. A teoria patriarcal, que se extinguiu no final do século XVII, foi a clássica, a de Filmer. O argumento patriarcal clássi-

¹⁵ Um dos primeiros trabalhos que abordam a problemática do patriarcado é a obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels, no século XIX. (ENGELS, 2002).

co era de que os filhos nasciam submetidos aos pais e estavam, portanto, a eles submetidos politicamente. [...] a teoria clássica foi transformada pelos teóricos do contrato numa terceira forma, o patriarcado moderno. O patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista (PATEMAN, 1993, p. 44-45).

Compreende-se que o patriarcado está presente em várias sociedades e na sociedade capitalista os poderes se entrelaçam. Portanto, tais “poderes” passam a ser observados não mais apenas nos limites do espaço doméstico, mas no espaço de trabalho das mulheres, como uma reprodução das relações de opressão vivenciadas pelas mesmas no âmbito familiar, nas diferentes formas de violência e opressão vivenciadas pelas mulheres tanto no espaço urbano, quanto no rural, no público e no privado.

Reportando-se às entrevistas realizadas, no estudo sobre a Ditadura empresarial militar, um exemplo claro e demonstrativo se dá na prisão das estudantes no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna/SP, em 1968, quando as forças policiais mostravam caixas de pílulas apreendidas.

Nós mulheres éramos chamadas de ‘putas feministas’ por termos pílulas anticoncepcionais conosco. Lutávamos contra a ditadura, direito a sexualidade e decisão do nosso corpo. Naquela época já lutávamos por várias questões relacionadas aos direitos das mulheres (CFESS, 2017, p. 58).

Essa forma de violência expressa, pela polícia, no julgamento valorativo das militantes estudantis, também, está registrada por Ventura (1988, p. 35): “A polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis.” Na época, os militares e o governo sempre fizeram questão de aliar as questões morais à política, principalmente com quem lhe fazia oposição.

De fato, observa-se que, em vários momentos da história, as questões morais são atreladas à política, no sentido da preservação de valores patriarcais. Dessa forma, o conceito de patriarcado é atual e está presente na sociedade conservadora.

No que se refere a especificidade do patriarcado, Saffioti (1992), analisando a abordagem weberiana da categoria, faz uma crítica à forma como o autor apresenta o patriarcado apenas como uma relação de dominação centrada na família e acrescenta, de forma interligada, o conceito de exploração. Para a autora, a dominação-exploração do sistema patriarcal inscreve-se tanto no espaço familiar quanto na esfera política. Esse sistema de dominação é tão intrínseco às relações sociais que “nem sequer a presença do patriarca é

imprescindível para mover a máquina do patriarcado. A legitimidade atribui sua naturalização” (SAFFIOTI, 2004, p. 101) e pode ser acionado, inclusive, por mulheres. Ainda se referindo ao sistema patriarcal, a autora elenca alguns elementos fundamentais em sua caracterização. São eles: não se trata de uma relação apenas privada, mas civil (i); há uma base material (ii); corporifica-se (iii); e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência (iv).

Camurça (2007) reitera o pensamento de Saffioti (2004), apontando para a emergência dos mecanismos que dão sustentabilidade a esse sistema de dominação, e através dos quais ele está, sistematicamente, reinventando-se, reproduzindo-se e perdurando. Assim, ela apresenta quatro mecanismos:

A prática da violência contra a mulher para subjugar-las; o controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres; a manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e a manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdição à participação política das mulheres (CAMURÇA, 2007, p. 20).

O primeiro deles é a violência contra a mulher, compreendida como uma das práticas mais antigas e usuais da dominação patriarcal e que se caracteriza como uma ameaça constante na vida de milhares de mulheres. A autora acrescenta, ainda, que a violência se dá quando as mulheres ousam contrariar o padrão de comportamento feminino delas esperado, sendo, portanto, recorrente, tanto nos espaços públicos, quanto nos privados (CAMURÇA, 2007). Ressalta-se a contribuição da autora, mas se compreende que a violência contra a mulher não é só quando elas ousam contrariar o padrão construído, mas há uma relação de opressão, exploração e dominação que atinge todas as mulheres, principalmente as pobres e negras.

Segundo dados do estudo sobre feminicídio no Brasil, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), entre as mulheres assassinadas no período de 2001 a 2011, 61% eram negras, sendo que as mortes de mulheres se concentraram, principalmente, nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). Isso significa que, em mais um espaço de violações de direitos, as mulheres negras encontram-se no topo das estatísticas.

O segundo mecanismo diz respeito à dominação sobre o corpo das mulheres, expressa fundamentalmente, no contexto de ditadura, na forma como os militares tratavam as mulheres na prisão. A violência psicológica e sexual eram marcas de poder, dominação e violência em relação às mulheres. O terceiro mecanismo se fundamenta na manutenção da dependência econômica das mulheres, que é fundante para o patriarcado, capitalismo e racismo. E se articula e tem como base a divisão sexual do trabalho.

Por último, a autora aponta para o problema que é, também, estrutural para a análise desta tese, qual seja: a *participação das mulheres nos espaços de poder, na política*, permanecendo ainda desproporcional a participação político-institucional, como em partidos políticos, em sindicatos, bem como na direção de movimentos sociais diversos. Este foi muito presente na Ditadura empresarial militar, tanto por parte das organizações de esquerda, quando pela visão da sociedade, à época, sobre o papel da mulher naquele período.

A conceituação das relações que estruturam a sociedade é importante, no sentido de que é a partir delas que se conhece como se desenvolve a interferência destas bases estruturadoras nas relações sociais entre as pessoas. Esta constatação é válida, no que se refere à participação política das mulheres, tanto naquele contexto quanto atualmente.

Sendo assim, é importante resgatar o marco do surgimento do feminismo¹⁶, que foi a Revolução Francesa, de 1789, revelando sua importância quando as mulheres participaram massivamente das lutas, questionaram a ordem vigente, se inseriram nos movimentos populares, lutaram contra a Igreja e a monarquia. O faziam reivindicando, principalmente, direitos políticos. Em outros termos, além de lutarem pela materialização do poder popular, em contraponto ao poder burguês, as mulheres começaram um movimento histórico em torno do direito de participar ativamente da vida pública, considerando os aspectos do trabalho, da educação e da representatividade política.

As mulheres assumiram na comuna, como em outros momentos da história, um claro compromisso de classe com a luta socialista. A participação decisiva das mulheres em 1871, na Comuna de Paris, foi uma grande experiência histórica de luta pela liberdade da mulher e de toda a humanidade, mesmo que não tenha alcançado a importância histórica da experiência da Revolução Russa (GURGEL, 2011, p. 33).

A luta das mulheres, nesse período, teve muitos desafios, expressando reivindicações quanto aos direitos civis e políticos, como também no tocante às organizações de trabalhadores/as. Com isto, buscavam apoio para as suas próprias reivindicações que, acima de tudo, implicavam igualdade e liberdade para todos e todas. Como ressalta Gurgel:

¹⁶Cabe relembrar a concepção que aqui se tem do feminismo, reconhecendo que o seu conceito parte do princípio de que o “feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. E, dessa forma, tem como proposta que as mulheres estejam engajadas “em transformar a si mesmas e ao mundo” (SOARES, 1998, p. 33).

Daquele momento em diante, em diferentes conjunturas, o feminismo ocupa a cena pública, com suas bandeiras e estratégias em direção ao questionamento e superação das bases da exploração-dominação que demarcam a experiência das mulheres ao longo da história patriarcal. [...] o feminismo trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas ao interesse das mulheres, mas também confrontavam diretamente os mecanismos de exploração do capital (GURGEL,2011, p. 126).

A partir da segunda metade do século XIX surge o “movimento sufragista”, que se convencionou denominar como “primeira onda” do feminismo¹⁷:

De acordo com Pinto, ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e, muitas vezes, pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis. A chamada ‘primeira onda’ do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto (PINTO, 2003, p. 16).

Várias manifestações da luta sufragista deram lugar a um movimento de mulheres, de forma mais orgânica, presente em vários países do mundo. Tinham como reivindicação central a luta pelos direitos políticos das mulheres, principalmente o direito de votarem e serem votadas. Este não foi um processo fácil, uma vez que muitos obstáculos foram enfrentados por parte das mulheres.

Com o movimento sufragista se espalhando pela Europa na segunda metade do século XIX, os direitos femininos começaram a ser reivindicados separados das outras classes. Tiveram que se organizar isoladamente formando um movimento de sufrágio feminino (PINTO, 2003, p. 13).

Nesse período, é importante destacar a forma como as mulheres se organizavam, que era na luta pelos direitos políticos, nos vários espaços de atuação. Ademais, não se pode, contudo, desconsiderar a importância dessa organização, pois as mulheres, historicamente, foram impedidas de participar de qualquer decisão política.

¹⁷ Ver nota 15

A reivindicação pelo direito ao sufrágio mobilizou as mulheres por sete décadas em diferentes países e regiões do mundo. O primeiro país que garantiu o sufrágio feminino, isto é, o direito das mulheres votarem e serem votadas, foi a Nova Zelândia, em 1893 [...] enquanto que no Brasil, o sufrágio feminino foi garantido quase 40 anos depois. Vale destacar que essa conquista só foi concedida à população feminina depois de grandes lutas e greves. Sendo assim o feminismo do século XIX corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos – voto, trabalho etc. A luta pela emancipação e movimento sufragista são as marcas mais fortes desse período (PINTO, 2003, p. 10).

No caso brasileiro, algumas conquistas foram limitadas ao campo do direito à igualdade e em conquistas para as mulheres, no sentido de suas lutas políticas, podendo-se destacar o direito ao voto. De fato, em 1932, após longos anos, o voto feminino passou a ser um direito no Brasil, mas a participação da mulher na política, até nossos dias, ainda é muito limitada.

Para Nalu Faria (2014), o modelo patriarcal encara as mulheres como cuidadoras da família, e ainda não as considera como sujeitos políticos plenos. A sociedade tem que mudar esta concepção e deixar de achar natural, por exemplo, que apenas 9% dos parlamentares do Congresso Nacional brasileiro sejam de mulheres.

Ressalta-se a importância desse debate, seus avanços e desafios no sentido de um projeto coletivo, ainda que não seja necessário aprofundar aqui todo o histórico do feminismo. Isto é, aqui, apenas são destacados marcos da trajetória histórica do feminismo que contribuam ao objeto desta tese.

Assim diferentes das sufragistas, as anarquistas e as comunistas não se restringiam a luta pelos direitos políticos e percebiam a questão da mulher como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho. [...] ao perceber que a dominação dos homens possui como base a exploração das mulheres, esse feminismo passa a confrontar o patriarcado e, também, o capitalismo, pois a centralidade da luta em torno da questão do trabalho levou muitas mulheres anarquistas e comunistas a deflagrarem a luta contra a jornada intensa e extensa de trabalho, a desigualdade salarial e a exploração capitalista de uma maneira geral (CISNE, 2014b, p. 134).

O período chamado de feminismo de “segunda onda”¹⁸ corresponde a

¹⁸ A “segunda onda” feminista é reconhecida por estar compreendida no período que se estende da década de 1960 até a de 1980. Já marcada pela conquista anterior de direitos, as feministas ganharam espaço, mais uma vez, e conseguiram ser ouvidas pela sociedade. Esse segundo movimento recebeu o slogan “O pessoal é político” e teve várias contribuições, como a

um processo mundial bastante intempestivo. De fato, os anos 1960 foram de uma intensidade profunda de processos, seja no plano político, seja no âmbito cultural, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Essa década é particularmente importante para o mundo ocidental: os Estados Unidos entravam com todo o seu poderio na Guerra do Vietnã, envolvendo um grande número de jovens.

No contexto nacional, a primeira autora a sistematizar os estudos feministas de gênero foi Saffioti, no final da década de 1960, com a obra intitulada *A mulher na sociedade de classes*, de 1969, em que tratou das condições de vida e de trabalho das operárias têxteis da cidade de São Paulo (SP).

Na Europa aconteceu o “Maio de 68”, com maior destaque em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos:

Durante [aquela] década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. [...] no Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. O país, nos primeiros anos da década, teve grande efervescência. Já no ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador (PINTO, 2003, p. 16).

A participação política das mulheres nos anos de 1960 e 1970, no Brasil, foi diferenciada. Aquela conjuntura foi marcada pela participação política diversa, desde grupos de mulheres conservadoras, que aderiram e contribuíram para o fortalecimento da ditadura-civil-militar, como de outras mulheres que

da feminista **Carol Hanisch**. A nova fase identificava o problema da desigualdade, integrando as dimensões culturais e políticas, encorajando as mulheres a serem politizadas e a combaterem as estruturas sexistas de poder (PINTO, 2003).

militaram e se organizaram contra a Ditadura empresarial militar no campo e na cidade.

Solange de Deus Simões demonstrou em “Deus, Pátria e Família” (1995), o papel das mulheres conservadoras, a exemplo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Em 1964, Igreja, latifundiários, empresários e militantes manipularam milhares de mulheres de camadas pobres para fazerem a Marcha com Deus pela Liberdade, com manifestações em diversas capitais brasileiras que visavam influenciar a população, recurso utilizado pelos golpistas para ‘mostrar que tinha apoio popular’ (TELES, 1993, p. 53).

No Brasil, a história da participação das mulheres na resistência à ditadura não aconteceu por um viés explicitamente feminista: muitas vezes as mulheres, militantes, se engajaram em oposição ao regime. Todavia, embora pudessem sonhar com um mundo socialista, não necessariamente lutavam pelos direitos das mulheres e por igualdade nas relações entre homens e mulheres.

As mulheres assumiram a condição de militantes das organizações de esquerda mais pela convicção política do que pelo fato de serem mulheres. [...] poucas mulheres ocupavam postos de direção nas organizações de esquerda. Outro fator importante é que a condição da mulher não tinha relevância na vida das organizações de esquerda, pois não era tratada política ou teoricamente. Somente após a reorganização da esquerda brasileira, no final dos anos 1970, a questão da mulher passa a ser debatida (COLLING, 1997, p. 67).

O surgimento do movimento feminista foi complexo e bastante turbulento. Articulou-se, também naquele momento, um movimento de mulheres de massa, com enraizamento popular, caracterizando, de forma bastante apropriada, nas palavras de Sarti (1998), uma “trajetória particular do feminismo”. Isto é, o movimento de mulheres, no Brasil, neste período, formou-se a partir de duas vertentes principais que se cruzaram: militantes feministas vinculadas ou originárias das organizações e partidos de esquerda; e mulheres organizadas nos movimentos populares, em Comunidades Eclesiais de Base, nos Clubes de Mães, em movimentos reivindicativos, de saúde, de creches etc. Tais vertentes, por sua vez, comportavam uma multiplicidade de inserções, de níveis de organização, de priorização de áreas de luta e reivindicações e, obviamente, de visões do que é, ou deveria ser, o movimento de mulheres.

As feministas que se organizaram no país, vinculadas, em sua maioria, às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente articuladas ao conjunto das mobilizações femininas, dando à sua atuação um tom próprio. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, reportando-se também a mudanças em várias lutas no sentido da garantia dos direitos das mulheres.

As mulheres lutaram pela desconstrução, tanto do sistema político opressor, como da sociedade que oprimia e, ainda, oprime mulheres, negros, homossexuais e pobres. Eu não tinha muito consciência do debate teórico sobre gênero, feminismo, mas desde cedo rompi com muitos valores colocados para as mulheres. Sai da casa dos meus pais cedo, participei de muitos debates...naquela época a gente já fazia algumas discussões. (Entrevistada Deputada Erundina).

Em meio à Ditadura empresarial militar, esse movimento chegou a ser considerado como um desvio pequeno-burguês por parte de segmentos da esquerda. Como afirma Ventura (1988, p. 36), “eram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam para aquele movimento com a impaciência”.

As bandeiras consideradas “específicas das mulheres”, tais como a de violência contra a mulher, as creches e/ou a própria participação feminina nas organizações representavam um risco para a luta central que, naquele momento, era, na concepção de alguns homens dirigentes de partidos e organizações, exclusivamente contra a Ditadura empresarial militar.

As mulheres representavam 12% dos militantes de esquerda no período de transição. Em geral, elas atuavam na conscientização política dos operários e, inclusive, na luta armada. Apesar das organizações lutarem por ideais democráticos, essas mulheres eram discriminadas pelos militantes do sexo masculino. ‘O ambiente era machista. (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

Como observa Pateman (1993), a posição de igualdade entre homens e mulheres tem que ser aceita como uma expressão de liberdade das mulheres, enquanto mulheres, e não ser tratada como um sinal de que as mulheres têm que ser iguais aos homens.

As mulheres assumiram a militância nas organizações de esquerda negando a sua condição de mulher. As organizações eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de

gênero na luta política mais geral. Os homens militantes tinham posições diferentes porque viam as militantes também como mulheres (COLLING, 1997, p. 75).

Muitas barreiras começaram a ser rompidas na metade dos anos de 1970 e marcariam, todavia, uma reviravolta do movimento feminista, vários debates sobre feminismo. A produção teórica sobre a condição feminista aparece com força neste período.

Em 1971, em plena vigência do AI5, a feminista Betty Friedan, foi convidada para o lançamento de seu livro da mística feminina, Betty e um grupo de feministas americanas haviam escandalizado o mundo inteiro com a queima do sutiã em praça pública, simbolizando a liberdade da mulher (COLLING, 1997, p. 42).

Debates feministas, como as lutas pela anistia, pelas creches e/ou pelas liberdades democráticas – todas como símbolos da oposição contra o regime no período da Ditadura empresarial militar – antes tímidos, passaram a ser mais explícitos. Além disso, eles incluíam matérias específicas, tais como violência doméstica, condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto, racismo e sexualidade. A título de exemplo, nessa época, dois veículos de caráter militante foram criados: *Jornais Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*¹⁹.

É importante salientar que essas mulheres contribuíram para várias mudanças, no período de Ditadura empresarial militar, e que, infelizmente, o debate sobre o feminismo ainda era muito incipiente. O movimento feminista brasileiro, em consonância com o feminismo latino-americano, apenas se consolidou na qualidade de um movimento mais amplo em meados da década de 1970, no contexto da luta contra o regime empresarial-militar de 1964–1985. Cabe lembrar que aquele contexto era, também, marcado por uma aguda crise econômica que resultou em elevação das taxas de desemprego e subemprego, bem como arrocho salarial e corte de gastos sociais. Muitas mulheres participaram de algumas dessas lutas, destacando-se entre aqueles movimentos, marcados pela participação das mulheres, o Movimento contra a Carestia:

Nós assistentes sociais, que atuávamos junto à população pobre da periferia das grandes cidades, fomos vítimas de desconfiança e de perseguição dos agentes da ditadura, que os vigiavam no ambiente de trabalho e, em alguns casos, foram punidos com demissão. Os ‘olheiros’

¹⁹ Estes jornais representaram a imprensa feminista alternativa, que surgiu no estado de São Paulo, Brasil, na segunda metade dos anos 1970. “Essa imprensa se tornou um espaço de expressão de uma linha política intimamente vinculada ao despertar das mulheres para as ideias feministas do período posterior à luta armada contra a ditadura no Brasil” (LEITE, 2003).

do regime militar sabiam da influência e da força desses profissionais junto ao povo, conscientizando-o sobre seus direitos e estimulando-o a lutar por eles. Diversos movimentos populares foram surgindo para reivindicar políticas públicas destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, entre outros, o movimento contra a carestia; a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos e pela posse da terra que ocupavam; o movimento das mulheres por creches públicas; e tantas outras lutas [...]. (Entrevistada Deputada Erundina).

Nesse contexto de ebulição política, social e cultural, de efervescência em torno das liberdades civis e de igualdade de direitos, muitas mulheres assumiram um papel importante. É possível ressaltar sua participação tanto no campo da política em geral quanto, especificamente, no que se refere às relações patriarcais de gênero, pois romperam com códigos e imposições sedimentados na época.

Eu não tinha experiência de vida no movimento feminista, não tenho... acho que foi uma certa influência da igreja e partido também, que passei a lutar na ditadura minha concepção era que a causa era maior. (Entrevistada Ana Rita).

Como se observa, nem todas as mulheres tinham concepção do sentido do feminismo e das lutas por direitos das mulheres. Todavia, compreende-se que, naquele contexto, foi fundamental a participação e rompimento do que se estabelece, historicamente, na divisão sexual do trabalho no que se refere aos papéis para as mulheres no mundo do trabalho e política.

O movimento feminista surge e se fortalece no Brasil, portanto, durante os anos de 1970 e 1980, em contexto específico da América Latina. Isto é, a partir da resistência e luta das mulheres contra o autoritarismo de Estado, as violências e a ausência de direitos, característicos das ditaduras, como também se tornou mais forte no processo de redemocratização do país.

No país, conforme já exposto, a história da participação das mulheres na cena política e social, naquele período, nem sempre esteve marcada pelo viés explicitamente feminista, ou seja, pelas lutas e discussão de seus próprios direitos como mulheres e pela igualdade nas relações patriarcais de gênero.

Durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime de Ditadura empresarial militar, as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização. O movimento

operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário. Os movimentos de mulheres constituem a novidade (SOUZA-LOBO, 1991, p. 269).

No final dos anos 1970, diversos setores sociais liderados pelas mulheres se uniram em torno da campanha contra a intensificação das torturas e das medidas ditatoriais. Muitas mulheres tiveram um papel fundamental na luta pelo movimento da anistia política e, nos anos 1980, uniram esforços em torno da campanha pelas “Diretas-Já”

Enfim, as mulheres tiveram um papel de extrema importância no combate ao regime militar implantado no Brasil, saíram às ruas, muitas vezes, em passeatas exclusivamente femininas, esconderam armas, foram à luta armada, abrigaram militantes, traduziram jornais comunistas estrangeiros e organizaram sequestros. Além de romperem com estereótipos do ser mulher em relação à vida pública e privada (CARVALHO, 1992, p. 53).

Enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, as exiladas, principalmente em Paris/França, entravam em contato com o feminismo europeu e começavam a se reunir. Tal processo se deu apesar da grande oposição dos homens exilados, seus companheiros, na maioria, que viam o feminismo como um “desvio” na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo.

Vale destacar uma carta política lançada pelo Círculo da Mulher²⁰ em Paris/França, em 1976, o que dá uma boa medida da difícil situação em que estas mulheres se encontravam:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas

²⁰ O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, em abril de 1976, era constituído por vinte mulheres, embora tivessem publicado um boletim, desde 1975, que durou até 1979. A sede das reuniões era a Maison Du Brésil e, segundo Anette Goldberg, uma de suas integrantes, tiveram forte influência do feminismo francês. O Círculo chegou a contar com cem mulheres, a maioria na faixa dos 30 anos, que iam se repartindo em subgrupos, segundo suas amizades e/ou preferências por temas de discussão e/ou práticas desenvolvidas. Uma coordenação, composta por uma representante de cada subgrupo designada em sistema de rodízio, deveria agilizar a circulação de informações no interior do Círculo, e uma Assembleia Geral se reunia, mensalmente, para debater temas considerados mais importantes e tomar decisões (GOLDENBERG, 1997, p. 150).

das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (PINTO, 2003, p. 54).

Trata-se, de fato, de análise sobre o pensamento político de mulheres que romperam laços autoritários de dominação e que, de várias formas, contribuíram para mudar a história do Brasil. E isso, por mais que essa história, a história das mulheres, a importância desse movimento, não tenha sido contada e nem, muitas vezes, registrada pela esquerda brasileira. O slogan do Movimento Feminista dos anos 1970, “Nosso corpo nos pertence”, alerta para a problemática da autonomia das mulheres em relação a decidir sobre seu próprio corpo. Afirma-se, assim, o corpo, pois é através dele que se expressa a vivência da sexualidade, não podendo, desta forma, ser considerado como um simples invólucro de reprodução dos seres humanos, por meio da maternidade.

O movimento feminista, naquele momento de repressão, traduz a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e de ausência de igualdade. Procuraram construir uma proposta ideológica que revertesse esta desigualdade e opressão, e que se concretizasse a partir da construção de um fazer político que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência, como seres autônomos, e que supere esse processo de negação da participação das mulheres na vida pública e privada.

As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central e, a partir dessa realidade, articulam-se com as outras vertentes do movimento de mulheres, pois a luta era por liberdade, democracia e justiça social. Pode-se afirmar, portanto, que a presença das mulheres na cena social brasileira nas últimas décadas tem sido inquestionável.

A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político, além disso, mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações de sociedade civil e partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80 (ALVAREZ, 1998, p. 45).

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil se inicia, e há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – debate e lutas sobre aborto, violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, orientação sexual, dentre outros. Esses grupos se organizavam, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas,

lutando por educação, saneamento, habitação e saúde – movimentos esses fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

Outras mulheres tiveram militância no espaço do partido político onde foram se construindo e se desenvolvendo no campo da esquerda. O feminismo enfrentava o tensionamento e os limites da relação com a própria esquerda e a convivência exigia uma visão crítica dessa relação.

Nós rompemos com isso de forma diferente das mulheres da geração anterior, nós iniciamos no movimento estudantil e participamos ativamente na luta armada, A esquerda brasileira continua sendo machista. A esquerda não é diferente da sociedade brasileira, que ainda mantém costumes muito conservadores. (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

De fato, é possível afirmar que a resistência política na luta específica das mulheres desafiou e continua a desafiar as organizações de feministas no interior dos partidos de esquerda, isto é, na construção de um programa estratégico que considere não apenas a classe, mas também as relações patriarcais, divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, a raça/etnia, a participação da mulher na política como importantes porque são, em realidade, constitutivas das lutas mais amplas pela igualdade e liberdade.

[...] O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês (PINTO, 2003, p. 45).

Abordar essa questão requer entender a categoria patriarcado, reconhecendo-a como histórica e em relação ao qual se pode estabelecer, também, uma periodização. Além disto, este conceito é importante para compreender as relações de opressão dos homens em relação às mulheres em várias sociedades e em períodos diferentes. Segundo Saffioti, o patriarcado é um sistema de dominação anterior ao capitalismo e “[...] refere-se a milênios da história mais próxima, período no qual se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (2004, p. 136).

No sistema capitalista, esta hierarquia é mantida e estruturada a partir da coexistência entre capitalismo-patriarcado-racismo e por meio da relação exploração/dominação das mulheres. Esses elementos se modificam em diferentes processos do desenvolvimento deste sistema, mas permanecem como fundantes à sua reprodução e, em relação às desigualdades entre homens e mulheres, contribuem cotidianamente para a opressão das mulheres nessa sociedade.

Para compreender os efeitos conjugados dessas categorias sociais, Kergoat (2010) propõe a utilização dos conceitos de consubstancialidade e coextensividade para envolver, de maneira não mecânica, as práticas sociais de homens e mulheres. As relações sociais de classe, patriarcais e de raça são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica. Essas também são coextensivas, pois, ao se desenvolverem, as relações sociais se reproduzem e se coproduzem mutuamente.

[...] na realidade concreta, essas variáveis são inseparáveis, pois se transformaram, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado: patriarcado-racismo-capitalismo (SAFIOTTI, 1987, p. 60).

De fato, o processo de exploração-dominação legitima a hierarquização masculina na sociedade, ao estabelecer a liberdade para os homens e a submissão, às mulheres. Ao entender esse sistema de poder masculino, observam-se as múltiplas faces da dominação-opressão e exploração sobre as mulheres: econômica, política, racial e sexual. Este processo se evidencia, principalmente, no período de Ditadura empresarial militar e nas várias violações enfrentadas por essas mulheres: “nessa direção, é possível utilizar a categoria patriarcado como foi empregada pelo feminismo dos anos de 1970. Isto é, [...] indica uma formação social onde os homens detêm o poder, ou ainda, simplesmente: o poder dos homens” (DELPHY, 2000, p. 141).

É importante lembrar aqui, também, a expressão crítica de Elizabeth Souza-Lobo, “a classe operária tem dois sexos”, que dá título ao seu livro (1991), no qual desenvolve uma crítica aos clássicos da teoria crítica e ao discurso sindical, que, segundo ela, sugerem a existência de apenas um sexo como constituinte da classe trabalhadora. Cabe, no entanto, ampliar a análise da autora, conferindo sua expressão crítica não só ao discurso sindical, mas às organizações políticas da esquerda: às profissões, família, igreja, partidos. Essa relação ainda é muito contemporânea em nossa sociedade, quando, historicamente, foram construídas diferenças e hierarquias entre mulheres e homens, com base no chamado sistema hetero patriarcal-racista e capitalista.

Isso significa que os processos históricos travados pela classe trabalhadora – processos em que homens e mulheres almejam a transformação radical das relações de opressão, lutam pela liberdade e justiça – devem se atentar para o enfrentamento e combate ao patriarcado enquanto modo de vida que subalterniza as mulheres, ou seja, enquanto modo de vida que supervaloriza o papel do homem, dando poder a este sobre a vida das mulheres. De acordo com Kreuz (2014):

Desde que era menina eu era muito rebelde com meu pai, eu brigava muito por causa dessa história (papéis desenhados para os filhos homens e para as filhas mulheres. (Depoimento de Gilse Avelar concedido ao trabalho da entrevistadora Débora Strieder, Porto Alegre, 11/05/2012).

Gilse mostra sua rebeldia em várias situações específicas que justificam sua posterior participação política, militância das organizações: suas questões relacionadas à convivência com companheiros e ao fato de ser mulher em tal contexto são percebidas de formas diferentes. De fato, o processo de exploração-dominação legitima a hierarquização masculina na sociedade, ao estabelecer a liberdade para os homens e a submissão às mulheres.

O contexto do governo dos militares era feito para homens, comandados por homens, e quando as mulheres apareciam, era como “objeto decorativo” em jornais, inaugurações: mulheres e crianças que apoiavam a figura do patriarca. A sociedade civil à época, e hoje ainda, tem a concepção da mulher como figura ligada ao espaço doméstico, ao cuidado da casa, à maternidade.

Quando penso o que vivemos naquele período, todos militantes de esquerda eram identificados como ‘comunistas’ e nós, mulheres, nos chamavam de vagabundas. que podiam estar em casa cuidando dos filhos. [mas que] estão aqui, na rua, sendo criminosas. Essas palavras eu escutei de maneira pejorativa pelos militares na minha prisão. Eu grávida sofri muita violência. (Entrevistada Ana Rita).

Através desse depoimento é possível falar sobre a família como instituição chave para entender “[...] o histórico da exploração e da opressão das mulheres” (CISNE, 2014a, p. 81). Nela encontramos o reforço da divisão sexual do trabalho, que penaliza as mulheres, responsabilizando-as pelo cuidado com os demais membros da estrutura familiar, o cuidado que oculta o trabalho doméstico não remunerado e a reprodução social das desigualdades sociais imposta ao feminino.

Cabe, neste sentido, recorrer às contribuições de Safiotti (2004), referência singular nos estudos que articulam feminismo, patriarcado e capitalismo. A autora considera o patriarcado um regime atual, que orienta as relações homem/mulher, por ser uma expressão de poder político que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Isso se configura como um tipo de hierarquia que contamina todos os espaços da sociedade, possuindo uma base material que representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência. De fato, o processo de exploração-dominação legitima a hierarquização masculina na sociedade, ao estabelecer a liberdade para os homens e a submissão às mulheres.

Segundo relato de Heleieth Saffioti no documentário *Um X na questão*, o Estado brasileiro e seus aparelhos de repressão viam as mulheres como tolas, bobas, incapazes de se incorporar à luta política naquele momento. Esse preconceito acabou por fazer com que elas pudessem transitar mais facilmente na cena política, atuando na transmissão de informações e absorvendo tarefas que os homens tinham mais dificuldade de realizar. Isso, no entanto, não significou que tenham ficado dentro dos ‘aparelhos’, varrendo o chão ou fazendo café. Elas estiveram em todas as frentes da resistência. Foram muitas as que optaram pela luta armada e, sem que se julgue aqui o mérito de suas escolhas ideológicas e políticas, empunharam armas e foram literalmente à luta. Outras muitas, ainda que sem armas, colocaram em risco suas vidas e as de seus filhos e maridos ao estabelecerem também as suas estratégias de luta. Outras tantas já não estão entre nós para contar suas histórias. Ousadas demais, foram silenciadas (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 16).

Nesse sentido, o desafio para explicitar as violências e resistências vivenciadas pelas mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes é pensar esse sujeito político mulher, em um período no qual a política de repressão é praticada e levada ao extremo pelo poder do Estado – poder político, policial e militar. Tal processo despótico resultou em se outorgar, ao Estado, o direito sobre o corpo, a mente, a vida e a morte das pessoas e, em particular, dessas mulheres, em contexto de violência extrema, autoritarismo e violação de direitos das mesmas.

2.2 Violências contra as mulheres na Ditadura empresarial militar: resistência e dor

O golpe civil-militar de 1964–1985 institucionalizou a detenção, a prisão e o sequestro, o banimento, a tortura, o assassinato e o desaparecimento. Deixou um legado sinistro: mortos/as e desaparecidos/as políticos, uma legião incontável de militantes – homens e mulheres – presos/as e torturados/as e histórias de vida marcadas pelo autoritarismo e pela repressão.

A decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) se dobrou nos chamados ‘anos de chumbo’, quando a repressão atingiu seu mais alto grau. Com base na Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura militar brasileira decretou sucessivas Leis de Segurança Nacional sob a forma de Decretos-Leis (DL) – uma em 1967 (DL 314) e duas em 1969 (DL 510 e DL 898) – de conteúdo draconiano, que funcionaram como pretenso marco legal para dar cobertura jurídica à escalada repressiva. (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 49).

É evidente que muitas violências foram cometidas nesse período de Ditadura empresarial militar, tanto em relação aos homens quanto às mulheres, mas, como já exposto, a análise, nesta tese, se detém nas várias faces da violência contra as mulheres. E isto, especificamente, nesse contexto de muita repressão e autoritarismo, na perspectiva aqui adotada, tem como base o patriarcado. Considera-se a violência contra as mulheres como um componente estrutural do patriarcado.

Passei por todos os tipos de tortura pelos quais passavam os presos políticos. Cheguei a perder 36 quilos em 50 dias. Lembro de torturas psicológicas, que eram piores do que o pau de arara. Eu pedia que me matassem, mas eles negavam, dizendo que, antes, iriam me cortar [viva] em pedacinhos. Era colocada nua em uma geladeira com tudo escuro. Ouvia ruídos assustadores. Era uma sensação de impotência; de solidão. (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

A violência contra a mulher é expressa em múltiplas violações de direitos, que se iniciam e se desenvolvem nas dimensões psicológica, moral, física, sexual e patrimonial e se materializa nos espaços público e privado, através das manifestações de poder, dominação, opressão e controle do corpo, tendo como raízes fundantes o patriarcado-racismo-capitalismo. Afinal, são múltiplas as manifestações e situações de violência contra as mulheres:

A categoria ‘violência contra a mulher’ embora revestida de complexidade conceitual, além de ser polissêmica e multicausal, é tomada como um instrumento de controle viril sobre os corpos femininos, que abriga um repertório de práticas diversas em intensidade e extensão (BANDEIRA, 2009, p. 8).

A tortura tem sido historicamente utilizada como mecanismo de controle dos indivíduos e de manutenção dos sistemas de organização social vigentes (MERLINO; OJEDA, 2010). Existem relatos dessa prática em quase todas as sociedades, independentemente de sua origem étnica, localização geográfica ou matrizes religiosas. Entretanto, para dar conta de realizar sua tarefa, o algoz precisa desconstruir qualquer identidade ou laço entre si e a sua vítima, convencendo-se de que aquele corpo que ele torturará não contém um “ser humano”, mas um animal, uma “coisa”. Talvez por isso se explique o fato de que é contra as mulheres que essa prática adquire seu formato mais cruel e, como precisa ser, sua forma mais desumana. Para fazer de uma mulher uma vítima de tortura, é preciso não apenas que seu algoz retire dela toda a sua dignidade como ser humano, mas que estraçalhe a sua “humanidade feminina”, que retire do corpo a ser supliciado qualquer traço de relação com os outros

corpos femininos que o remetem ao aconchego e ao afeto maternal. Por exemplo: “Fui vítima de abortamento forçado sob tortura. Depois que souberam que eu poderia estar grávida, me davam murro e ponta pé na barriga até que sangrei, e eles disseram: ‘Está vendo? Comunista não vai ter filho!’” (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

Tal como relatado pela entrevistada, registram-se os atos de violência física e sexual que algumas dessas mulheres sofreram nos porões da Ditadura empresarial militar. Destaque particular é feito, nos relatos extraídos das fontes documentais, às investidas sobre seus corpos, no que se refere à sexualidade feminina, bem como à própria possibilidade e exercício da maternidade.

Um dos exemplos registra as torturas sofridas por assistente social, de 25 anos que trabalhava na General Electric, presa em 1969, acusada de participar, com a Juventude Católica Trabalhadora, de atividades em uma favela. Além da descrição de submissão a várias torturas físicas e psicológicas, pode se observar no documento relato de abuso sexual no momento de sua prisão: “como resultado das torturas, ela sofreu severa hemorragia interna, entre outras lesões. ‘Seu estado de saúde é sério’”²¹. A título de ilustração, em outro registro dos procedimentos de tortura infringidos investindo sobre o corpo de diferentes formas, também é relatado que, ocasionalmente, era interrompido o espancamento para a realização de violências sexuais. Nesse caso, deve ser complementada a informação de que a violência se dava, também, em relação à maternidade, pois eram realizadas “ameaças contra sua filha, que na época tinha três meses de idade”. Este registro, do mesmo documento citado anteriormente, refere-se a outra assistente social, identificada como servidora do Estado²².

De forma adicional e complementando estas ilustrações pode se citar mais um dos casos de torturas, que, também, evidencia sua incidência nas questões sexual, familiar e da maternidade, sendo que, neste exemplo, trata-se de ocorrência com uma estudante de Serviço Social, de 22 anos:

Choques elétricos, torturas sexuais. Ela foi obrigada a balançar descalça, com um único sapato, em uma lata de salsicha. Para colocar pressão nela, eles a prenderam e a torturaram na presença de seu noivo e de sua mãe, e mais tarde, quando esteve grávida, sofreu aborto espontâneo como resultado da pressão psicológica, a que ela foi submetida.

Em meio a gritos e observações vulgares, ela foi obrigada a se despir

²¹DOCUMENTO de código **MCP PRO-0432**. Assunto: Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, datado de 11 de julho de 1975. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). Acervo do Arquivo Nacional. Trata-se de documento relacionado à investigação realizada, sobre mulheres torturadas, pela organização internacional *Women's International Democratic Federations*

²² Referência da fonte documental mencionada conforme nota de rodapé anterior, de nº 26.

totalmente. Por aproximadamente 1 hora, ela foi brutalmente espancada com um cassetete perfurando no estômago, intestino, rins e nádegas. Também foi chutada violentamente nos tornozelos. O capitão Pedro Ivo, levou-a a outro cômodo e bateu no rosto dela até seus lábios comecem a sangrar, e com a violência dos golpes, ela caiu várias vezes e foi obrigada a se levantar pelo Capitão, que colocou um cigarro na pele do seu estomago. Ela foi levada para a sede de G2 na Praça de Liberdade, onde sofreu outros tipos de tortura²³.

A realidade das mulheres brasileiras, em relação ao período investigado nesta pesquisa, expressa sua grande contribuição para a luta e organização política coletiva contra a Ditadura empresarial militar, mas também para o feminismo, ao resistirem ao patriarcado que, por sua vez, aplicava repressão e torturas diferenciadas a elas, com destaque para as violências sexuais.

[...] é possível visualizar a presença feminina em diferentes dimensões ao longo dos anos de chumbo no Brasil. As mulheres protagonizavam ações muito mais perigosas que os homens durante o regime militar, justamente por serem menos visadas que os homens. Algumas delas desempenhavam ações ‘perigosíssimas’ na linha de frente nos movimentos de resistência, por serem mais jovens, mais ‘bonitinhas’ e menos propensas à desconfiança dos militares. Mas, se por um lado a atuação feminina poderia despistar os repressores na tentativa dos movimentos passarem por eles ilesos, por outro, quando não conseguiam escapar dos militares, as mulheres sofriam duras penas nas mãos de seus algozes, quando eram presas, a condição de mulher falava mais alto e a primeira coisa que faziam era chama-las de prostitutas, depois aplicavam choques em seus órgãos genitais com ameaças de que não poderiam mais ter filhos, era uma tortura diferente em relação à dos homens [...] (PINTO, 2003, p. 20).

Essa concepção autoritária, violenta e machista, dos militares em relação às mulheres, contribuiu para muitas violências, na forma de tortura, com teor bem diferenciado e expressando sua forma cruel para com as mulheres.

Não fui estuprada, mas tiraram minha roupa, me interrogaram, rasgaram minha blusa, me interrogaram seminua, essa coisa de ameaçar o choque no seio, na vagina, de escolher, aí nesse momento eu tive uma crise emocional muito forte. É um tratamento muito desrespeitoso da minha condição de mulher. (Entrevistada Ana Rita).

²³ Referência da fonte documental mencionada conforme nota de rodapé anterior, de n.º. 26.

Há significativos depoimentos de mulheres, nos documentos da Comissão Nacional da Verdade e, por exemplo, no livro *Luta, Substantivo Feminino*, que sinalizam o impacto das mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à Ditadura empresarial militar. A título de ilustração, é possível expor, por exemplo, o depoimento de Dulce Maia:

Muitos deles vinham assistir para aprender a torturar. E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: ‘Você vai parir eletricidade’. Depois disso, me estuprou ali mesmo. Levei muitos murros, pontapés, passei por um corredor polonês.

Em todas as vezes em que eu era pendurada, eu ficava nua, amarrada pelos pés, de cabeça para baixo, enquanto davam choques na minha vagina, boca, língua, olhos, narinas.

Tinha um bastão com dois pontinhos que eles punham muito nos seios. E jogavam água para o choque ficar mais forte, além de muita porrada. O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. Depois do estupro, houve uma pequena trégua, porque eu estava desfalecida. Eles tinham aplicado uma injeção de pentotal, que chamavam de ‘soro da verdade’, e eu estava muito zozza. Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 71)²⁴.

A transgressão das relações patriarcais de gênero teve, na repressão e na tortura, uma dimensão punitiva e de violência específica. Além dos choques, das pancadas e da violência psicológica, havia, sim, o sexismo e a violência sexual.

É importante destacar a violência sexual naquele período, como observa Colling (1997, p. 81):

²⁴ “DULCE MAIA, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era produtora cultural quando foi presa na madrugada de 26 de janeiro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje, vive em Cunha (SP), é ambientalista, dirige a ONG Ecosenso e é cogestora do Parque Nacional da Serra da Bocaina” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 71).

Foram várias as formas de tortura aplicadas às mulheres. A forma recorrente foi a ameaça de tortura física, de estupro, de prisão e tortura de familiares. Outras formas foram a humilhação, a tortura física e uma técnica utilizada pela repressão: a nudez e a vendagem dos olhos das mulheres. (Entrevista Rosalina Santos Cruz)

Quando nuas, levavam choques nos mamilos ou na genitália, ou eram amarradas, enquanto militares se masturbavam diante delas (ou em cima delas). Como se não bastasse, viam seus filhos apanhando dos militares para que pudessem “cooperar”. Quando grávidas, sofriam tanto que perdiam seus filhos. Quando não perdiam, os viam nascer para logo serem levados pelos militares, porque seriam usados para torturar as mães .

Para Guillaumin (2005), além do controle da sexualidade, há outros meios de apropriação da “classe das mulheres” e que as mantêm em situação de opressão, sendo eles: o mercado de trabalho por meio de pagamentos insuficientes para sua manutenção, postos pela desigualdade salarial; o confinamento no espaço, uma vez que o domicílio geralmente é fixado pelo marido em função do seu trabalho, o que, muitas vezes, distancia as mulheres de sua rede de confiança e apoio^{3p1}; e, ainda, o que a autora chama de adestramento positivo e negativo, quando se coloca a mulher como “rainha do lar” e quando se expressa os riscos a que estaria exposta se saísse de casa em determinados horários.

Destaca-se como meios de apropriação da “classe das mulheres”, segundo Guillaumin (2005), a demonstração de força por meio da violência física; a coação sexual posta pelo estupro, provocações e paqueras; e o arsenal jurídico consuetudinário.

Neste ponto, é significativo o depoimento de Gilse Consenza²⁵, ex-militante da Ação popular (AP) que esteve na Guerrilha do Araguaia. Ela era recém-formada em Serviço Social quando foi presa, em 17 de junho de 1969, em Belo Horizonte (MG), e até maio de 2017, quando faleceu, vivia na mesma cidade, onde era assistente social aposentada.

Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob tortura. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam

²⁵ Lembra-se a referência já feita, anteriormente nesta tese, a esta assistente social que estava agendada para contribuir com sua entrevista para a pesquisa, mas que veio a falecer, em maio de 2017.

falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar. Pau de arara até não conseguir respirar, choque elétrico, espancamento, manuseio sexual. Eles tinham um cassetete cheio de pontinhos que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto a gente estava naquela posição, de cabeça para baixo. Quando eu já estava muito arrebetada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da Polícia Militar. De madrugada, eu percebi que o sol estava nascendo e pensei: se eu aguentar até o sol nascer, vão começar a passar carros e vai ser a minha salvação. E realmente aconteceu isso. Voltei para a solitária muito machucada. A carcereira viu que eu estava muito mal e chamou a médica da penitenciária. Eu nunca mais vou esquecer que, na hora que a médica me viu jogada lá, ela disse: 'Poxa, menina, não podia ter inventado isso outro dia, não? Hoje é domingo e eu estava de saída com meus filhos para o sítio'. Depois disso, eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. 'Você é muito marruda, mas vamos ver se vai continuar assim quando ela chegar, nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada, marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstrinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstrinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci [...]. (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 49).

O depoimento da ex-ministra da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres também ilustra a forma como os militares agiam com as mulheres militantes.

Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. Fui presa e levada para a Oban. Sofri torturas no pau de arara, na cadeira do dragão, levei muito soco inglês, fui pisoteada por botas, tive três dentes quebrados.

Éramos torturadas completamente nuas. Com o choque, você evacua, urina, menstrua. Todos os seus excrementos saem. A tortura era feita

sob xingamentos como ‘vaca’, ‘puta’, ‘galinha’, ‘mãe puta’, ‘você dá para todo mundo’. Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 49).²⁶

Analisando esse e outros depoimentos, é possível perceber que a marca principal dos torturadores era desmoralizar as mulheres. Para os militares, a função das mulheres era cuidar de casa e das crianças e não aceitavam que uma mulher fosse para a militância e para a política. Para os representantes da Ditadura empresarial militar:

O homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas as mulheres cometiam dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino (COLLING, 1997, p. 80).

A violência voltada à esfera privada é, também, documentada nos registros pelas críticas dos censores, em termos da vida privada, a atos como o de utilização da própria moradia para reuniões clandestinas, tendo sido, portanto, objeto de intervenção do Estado ditatorial. Entretanto, destaca-se, aqui como esta violência sobre a vida privada se dava, também, no controle das pessoas, como, por exemplo, quando da caracterização dos dados de identificação pessoais nos registros: se eram casadas ou solteiras; nas referências à vida de solteira e após o casamento destas mulheres, identificando a participação ou não de ambos, marido e mulher, na vida política; e quando da referência a mulheres que partilhavam uma moradia comum e que, portanto, deveriam ser objeto de investigação e acompanhamento pelo regime.

Em especial, é possível citar um dos registros para realçar esta invasão da vida e das relações privadas. No registro de uma das investigadas pelo regime, ao considerar que ambos, marido e mulher, participavam da vida política, é realizada a seguinte observação: “pela divergência do pensamento de Maria Tereza com José Luiz pelas diferentes posturas ideológicas, a ditadura escreveu sobre a necessidade de acompanhar essa união”²⁷. Observa-se, neste

²⁶ Eleonora Menicucci de Oliveira, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC), era estudante de Sociologia e professora do ensino fundamental quando foi presa, em 11 de julho de 1971, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, onde é pró-reitora de extensão e cultura e professora titular de saúde coletiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) (MERILO; OJEDA, 2010, p. 49).

²⁷DOCUMENTO de código **AC - ACE 39189/84**, datado de 01 de dezembro de 1984. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional.

caso, como os órgãos de vigilância acompanharam esse processo que não diz respeito ao Estado, e sim ao âmbito da vida privada do casal.

O questionamento sobre a incidência dos atos do regime sobre a vida privada, consoante aos atos sobre os próprios corpos das militantes, é também mencionado por uma das entrevistadas para esta tese, em seu depoimento. Inclusive, a entrevistada menciona sobre como estes atos do regime perduraram no tempo, sendo que, até recentemente, ainda é chamada a responder:

Eu participava do movimento estudantil de serviço social, por ser uma das lideranças, na época eu era presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social. A minha vida em todos os aspectos foi revistada e considero uma violência por parte do Estado. Essa violência acredito que afetou até a doença da minha filha [...] até um dia desses eu recebia convocação para responder processo, o único fato era ser militante. (Entrevistada Helena Frota)

Essas leituras são numerosas porque, mesmo no campo político da esquerda, predominantemente, a percepção política é guiada por visões masculinas e todo processo requer uma análise da sociedade orientada por uma cultura patriarcal em que se vive. Não é ocioso advertir sobre como essas questões das relações sociais de sexo não foram superadas, principalmente na política. Isto é, muitos movimentos, sindicatos e partidos reproduzem diferenciações e preconceitos em relação à participação da mulher na vida política e no partido.

[...] a forma de divisão sexual do trabalho social decorre das relações sociais de sexo; essa forma é modulada historicamente e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticos, militares etc.). (CISNE, 2014a, p.88).

A divisão entre as esferas produtiva e reprodutiva contribui para a hierarquia e a desigualdade na política e as fortalece no trabalho e em vários espaços, como vida profissional, política e nas atividades socioculturais entre homens e mulheres.

As queixas de ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito das de outras mulheres, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Por outro lado, levando-se em conta o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada também foi uma enorme ruptura em relação às lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens. Maria Amélia Teles

(1999, p. 72) também faz referência a tal problemática:

O amor e a maternidade eram vistos como peias que enfraqueciam os guerrilheiros. O ideal era a abstinência sexual. Como na prática isso era inviável, buscou-se negar a sexualidade, particularmente da mulher guerrilheira. Percebe-se, assim, o quão problemático era ser mulher e desejar posicionar-se enquanto isso em meio ao contexto machista e autoritário no qual se encontravam.

Muitos são os relatos e situações experimentadas, já tendo sido, inclusive, problematizados por vasta produção acadêmica, não cabendo sua enumeração exaustiva. Aqui, no entanto, a ilustração com estes exemplos, retirados das fontes documentais, se detém em evidenciar as particularidades da violência contra as mulheres. O que se quer, assim, é ressaltar como, nas torturas, a atuação dos aparelhos repressivos se especificava em relação à condição de mulheres, atuando sobre seus corpos e neles incidindo a partir, também, da sexualidade, da maternidade e mesmo do ideário conservador e patriarcal sobre as condições de fragilidade do feminino (afora a crueldade de que foram revestidos).

Deve ser ressaltado, todavia, que se compreende que a violência contra as mulheres é produto não apenas do patriarcado, mas do sistema patriarcal-racista-capitalista, que conforma as relações sociais nessa sociabilidade. Parte-se da perspectiva de que não há separação entre a exploração capitalista e a dominação patriarcal e racista, mas uma imbricação entre esses sistemas. Essas relações patriarcais, por sua vez, estão imbricadas dialeticamente com as relações sociais de raça, e ambas operam clivagens à fundante determinação de classe social, fundamentando o “nó” que compõe o sistema “patriarcal-racista-capitalista” (SAFFIOTI, 2004) que estrutura a sociedade brasileira, desigual e autoritária.

Ao abordar tal questão, Saffioti (1987) aponta a simbiose entre as três estruturas de dominação que perpassam a sociedade, quais sejam: o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Em seu trabalho, a autora afirma que o patriarcado é a mais antiga forma de dominação-exploração, sendo seguida pelo racismo. Assim, o sistema capitalista é o mais recente entre os eixos estruturantes. Uma das formas de perceber a materialidade dessa simbiose trata-se da violência constante a que estão submetidas às mulheres, principalmente as negras.

De fato, é importante ressaltar, através da pesquisa para esta tese, sobre a Ditadura empresarial militar de 1964–1985 a ausência das mulheres negras nos livros, assim como na bibliografia mais geral da ditadura. O incômodo não está em supor que as mulheres negras não estavam aliadas à resistência; ao contrário, por saber que, ao não ser feito o devido registro de suas experiências, há várias produções e limites que reproduzem os preconceitos estruturais da

sociedade, expressando-se também como setor social tão machista, racista e homofóbico quanto qualquer outro de caráter reacionário.

Uma das mortes que sofri até hoje [...] foi de uma grande liderança de fábrica que era da POLOP, uma mulher extraordinária, negra, e a gente morava juntas. Se destacava nas denúncias contra a exploração nas fábricas e falava muito bem. A morte foi um acidente. Até hoje, acho estranho esse acidente [...] o carro era de placa branca e ela vinha saindo de uma reunião do movimento operário (Entrevistada Rosângela Batistoni).

A manutenção da estrutura do regime, após a chamada redemocratização, garantiu a permanência, ainda hoje, de muitas arbitrariedades, abusos, violências, sequestros, torturas e assassinatos. Todos esses crimes eram especialmente brutais contra as mulheres: mães foram torturadas na frente de seus filhos, ou viram seus filhos violentados, levados à força e mortos; muitas tiveram seus filhos roubados, ainda quando recém-nascidos; ou foram forçadas ao aborto.

Diante desse contexto cabe reconhecer que pouco se fala sobre as mulheres que viveram um papel duplamente transgressor: primeiro, porque eram agentes políticas contra o regime militar, e segundo porque romperam com os padrões das relações patriarcais de gênero e raça da época.

De acordo com Marcelo Ridenti (1990), inicialmente, deve-se levar em consideração que aquela que escolhesse o caminho da luta contra a Ditadura empresarial militar já rompia um duplo paradigma – o da mulher, que deve ficar restrita ao lar e que se insere no espaço público masculino por excelência. Em segundo plano, ao estar em combate, muito pouco se discutiu acerca das especificidades das suas demandas, devido à luta contra o terrorismo de Estado, bem como sobre o foco principal de se concentrar na transformação do capitalismo.

Por fim, é importante salientar e concordar com Cristina Wolff quando esta menciona: “o fato é que mesmo com as ditaduras e com a filosofia da esquerda daquela época, colocando a luta de classes à frente e acima de qualquer outra luta ou transformação social, a revolução das mulheres já estava se fazendo” (WOLFF, 2010, p. 152).

No Brasil, a importância do feminismo se refletiu na grande recepção que suas teses tiveram para os movimentos sociais.

As mulheres já organizadas, combinaram a luta contra a ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres – sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. A ação política

das mulheres no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres (COLLING,1997, p. 43-44).

A discussão antecedente sobre as relações patriarcais subsidia e fundamenta o entendimento dos motivos que determinam a violência contra a mulher – ou seja, à explicitação do porquê de os homens se sentirem autorizados a cometerem tal prática. Entende-se que existia violência de todas as formas com homens e mulheres na ditadura, mas a forma da violência contra a mulher era diferenciada.

Conforme a década de 1970 se aproximava do fim, acontecia o processo de abertura política, quando a repressão passou a ser reduzida e, ao mesmo tempo, ocorria uma ampla mobilização social que culminou com a anistia, em 1979. As feministas usaram várias estratégias de atuação, naquele contexto, além do trabalho "junto às bases populares", no jargão político daquele momento. As feministas lutaram pela anistia, pelas liberdades democráticas e pelo fim da Ditadura empresarial militar, como se expõe a seguir.

2.3 Mulheres e participação política no Movimento da Anistia Internacional

O contexto da luta democrática se definiu após a derrota política e militar da experiência da luta armada, quando as esquerdas brasileiras se reorganizaram em torno de uma proposta de lutar pelas liberdades democráticas, ajudando a constituir e, em muitos casos, a liderar um amplo campo de oposição política à ditadura civil- militar. O governo Geisel começava a acenar com o seu projeto de “abertura lenta, gradual e segura”.

Conforme pesquisa de Araújo (2012), a articulação e organização de esquerda em torno da luta pelas liberdades democráticas permitiram que esta esquerda se somasse e, em muitos casos, liderasse o movimento civil contra a ditadura militar. Esse começava a ganhar expressão nos primeiros anos da década de 1970 e, a partir daí, começava a se delinear uma cena política legal, pública, que procurava romper os limites da clandestinidade e tornar visível a oposição à ditadura. Essa esquerda se juntava então a outros setores da sociedade que procuravam configurar uma luta política que aumentasse as margens da legalidade no país, tal como expresso por uma das entrevistadas nesta pesquisa: “[...] eu militei no movimento operário e ele emergiu em 1978, como uma força social e coletiva de massa, conquistando um espaço político próprio” (Entrevistada Rosângela Batistoni).

A luta pela Anistia, em meados da década de 1970, portanto, unificou e

mobilizou vários partidos, grupos políticos e movimentos sociais. Entre esses diversos atores estão o partido Movimento Democrático (MDB) – aquele de “oposição consentida” da Ditadura empresarial militar e que, aos poucos, se transformou, naquele contexto, num partido de oposição real por agrupar diferentes organizações políticas de resistência e democratas; a Igreja Católica; o Movimento Estudantil; movimentos de bairros e de favelas; de profissionais liberais (como advogados, jornalistas, professores) e alguns de novo tipo que estavam se (re)construindo, como os movimentos negro, operário-sindical e o de mulheres.

A aglutinação desses movimentos políticos estava em consonância com a reação da sociedade naquele momento, englobando, inclusive, setores da burguesia que passavam a divergir do regime ditatorial. É exatamente a luta pela anistia que consegue articular os diferentes setores sociais e se impor como uma decisão política, que se pronunciava pública e organizadamente contra a Ditadura empresarial militar. Isto ocorreu logo depois que a burguesia atingiu o auge de seu poder e dominação a partir das condições de exploração do trabalho geradas pela Ditadura empresarial militar, como foi exposto no capítulo anterior, gerando também as reações do novo segmento da classe operária da região do ABC paulista. Nesses termos nasceram as condições objetivas para a intensificação e o alastramento dos conflitos de classe e para a própria organização operária, nos locais de trabalho e moradia, na cidade e no campo (BATISTONI, 2001, p. 33).

Os movimentos e organizações sociais emergentes, a partir da segunda metade dos anos 1970, combatiam não apenas o autoritarismo institucional, mas construíam uma nova noção de “cidadania”, procurando superar também o “autoritarismo social”. É nessa conjuntura que uma das dimensões do feminismo no Brasil contribui para a construção de uma nova experiência de direitos, forjada na prática da reivindicação na arena política.

É notável ainda que esses movimentos por direitos políticos, civis e sociais, antiautoritários e populares, agregaram às suas reivindicações específicas a anistia e, dessa forma, contribuíram para o processo de ampliação do seu estatuto. Nessa ampliação e redefinição, explora-se aqui o exemplo das relações entre os “Movimentos de Anistia”, destacando-se a constituição do “Movimento Feminino pela Anistia” (MFPA), e os movimentos de mulheres. Neste sentido, “[...] o Movimento Feminino Pela Anistia foi importante no sentido de a gente focar na força das mulheres. E de não se conformar só com aquele objetivo limitado de conseguir a libertação dos presos políticos” (Entrevistada J).

Inicialmente organizada por mulheres – com o Movimento Feminino pela Anistia e, depois, pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) –, a campanha pela anistia foi fruto da indignação de vários setores da sociedade brasileira e do desejo de um basta à Ditadura empresarial militar.

No segundo semestre de 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia, com o propósito de mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar esposas, mães, filhas e companheiras saíram às ruas para denunciar as prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos/das atingidos/as pela repressão. (COLLING, 1997, p. 44).

Nesse sentido, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia.

Dialogando com Sarti (2004), observa-se que o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) se juntou a outros movimentos criados ou liderados por mulheres mobilizadas, entre as décadas de 1960 e 1980, na América Latina, especialmente na região do Cone Sul. Sob motivos semelhantes aos do MFPA, são registrados movimentos, naquelas décadas, no Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil, que enfrentaram ditaduras articuladas pela Operação Condor em sua aliança que interligava aparatos repressivos de países que passaram a agir além-fronteiras.

A Ditadura empresarial militar, como já suficientemente exposto, prendeu, torturou, matou e ocultou cadáveres, em estratégias de guerra que contaram com o patrocínio dos Estados e de setores da sociedade civil, com impactos diferentes na vida de homens e mulheres, diretamente relacionados às posições distintas nas relações patriarcais.

O programa mínimo dos comitês constituídos por esses movimentos exigia: libertação imediata de todos os presos políticos; volta de todos os exilados, banidos e cassados; reintegração política, social e profissional dos funcionários públicos ou privados demitidos por motivos políticos; fim radical e absoluto da tortura; revogação da Lei de Segurança Nacional, desmantelamento do aparato repressivo; esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos por motivação política; julgamento dos responsáveis.

Uma confluência de fatores contribuiu para a eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970. Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto que já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional. Essas circunstâncias se

somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960 [...], pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. (SARTI, 2004, p. 36-37)

O que se deseja afirmar, por sua relevância, é que muitas mulheres já lutavam por liberdade e justiça antes da declaração da Organização das Nações Unidas (ONU). E, de fato, foi através de organização e pressão do movimento de mulheres/feministas que esse organismo passou a fazer uma política com olhar mais atento para as mulheres.

Naquele mesmo ano de 1975, Terezinha Zerbiní lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que teria papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreria em 1979.

Terezinha Zerbiní foi uma mulher que se destacou por levar a bandeira da anistia para o mundo público, apesar das graves restrições impostas pela ditadura. Mas ela é, sem sombra de dúvida, uma mulher polêmica. Foi presa, em 1969, envolvida com o empréstimo de um sítio em Ibiúna, onde se realizou o famoso congresso da União Nacional de Estudantes-UNE (PORTO, 2009, p. 135).

A anistia de 1979 permitiu a volta das mulheres que estavam exiladas no começo dos anos 1980 – reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. Essas mulheres traziam em sua bagagem não apenas alguma elaboração de sua experiência política anterior, como também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo, na Europa.

Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto na vida pessoal quanto na atuação política dessas mulheres. O saldo do exílio, de umas, e a experiência de ter ficado no país nos anos 1970, de outras que construíram o feminismo local, fez deste encontro de aliadas um novo panorama.

O Movimento Feminino Pela Anistia não foi um fato isolado, foi consequência do afloramento do feminismo brasileiro duramente reprimido no período ditatorial. Assim como na Europa e na América do Norte, no Brasil também houve essa luta efervescente pela igualdade entre as pessoas (PORTO, 2009, p. 45).

As mulheres que lutavam por melhores condições de vida, ao mesmo tempo lutavam por aqueles que tinham seus direitos políticos cerceados pela repressão estatal. Desse modo, o Movimento Feminino pela Anistia foi ganhando força e se sustentando nacionalmente.

A luta pela anistia se impôs como uma decisão política que se pronunciava pública e organizadamente contra os civis e militares no poder. Inicialmente organizada por mulheres com o Movimento Feminino pela Anistia e, depois, pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), a campanha pela anistia foi fruto da indignação de vários setores da sociedade brasileira e do desejo de um basta à ditadura. O programa mínimo desses comitês exigia: libertação imediata de todos os presos políticos; volta de todos os exilados, banidos e cassados; reintegração política, social e profissional dos funcionários públicos ou privados demitidos por motivos políticos; fim radical e absoluto da tortura; revogação da Lei de Segurança Nacional do aparato repressivo; esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos por motivação política; julgamento dos responsáveis (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 31).

Assim, também, o Movimento Feminino pela Anistia foi se articulando e se consolidando.

Aos poucos, os núcleos do MFPA se expandiram pelo Brasil e, já nesse primeiro ano de atuação, suas militantes reuniram 16 mil assinaturas para o 'Manifesto da Mulher Brasileira', que reivindicava a anistia política. A partir desse momento, o tema da anistia política ganhava a cena pública como palavra de ordem agregadora da luta de diferentes setores de oposição ao regime militar (PORTO, 2009, p. 47).

De fato, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) surge quando, em 13 de abril de 1975, um grupo de seis mulheres de São Paulo, lideradas pela advogada Therezinha Zerbini, líder do movimento, foi presa durante o regime militar, por atuar a favor da anistia.

Depois que saí do Presídio Tiradentes e vi a situação dos outros presos, achei que devia fazer algo para eles e quando fui para a conferência [do ano Internacional da mulher, em 1975], no México, já fui com ideia, a de lançar o Movimento Feminino pela Anistia, e como sou muito e lutadora, já sabia que a coisa iria para a frente. Os núcleos de anistia alastraram pelo Brasil inteiro (PORTO, 2009, p. 136).

Dessa forma, o período da Ditadura empresarial militar foi tempo difícil para as famílias não só de Therezinha Zerbini e seu marido, mas também

o foi para todas as mães, filhas, esposas e mulheres militantes que, apesar do desgaste, não se deixaram enfraquecer na luta pela anistia.

O Movimento Feminino Pela Anistia ganha força nacional ao demonstrar para a população a importância de se conceder anistia aos exilados e presos políticos. Desde então, o país foi adquirindo abertura política, até que, em 1988, foi promulgada a primeira constituição democrática do Brasil. E assim foram definidos alguns objetivos pelo MFPA:

lutar pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, prestar solidariedade a todos os movimentos pelas liberdades democráticas, denunciar a tortura nas prisões, lutar pela liberdade de expressão. E por ser um movimento das mulheres, promover a participação política, cultural e social da mulher, mobilizando-a para os problemas da sociedade (OLIVEIRA, 1983, p. 20).

A campanha pela anistia foi a primeira campanha política nacional depois do AI-5. O ano de 1977 foi uma data importante nesse processo, marcando um momento de retomada das lutas e manifestações políticas públicas nas principais capitais do Brasil. E, segundo Porto (2009, p. 48), a partir de 1978, em todos os anos eram organizadas passeatas e manifestações pela anistia, assim várias conquistas foram tornando o Movimento Feminino pela Anistia ainda mais forte. A revogação do AI-5 e de decretos de banimento de 120 exilados são alguns dos exemplos dessas conquistas.

Em 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, ainda que não com a amplitude que o movimento queria que ela tivesse²⁸. Isto é, que abrangesse a todos os que foram presos, exilados, mortos e dados como desaparecidos. O texto da lei procurou atender a essa demanda, porém não foi algo satisfatório, já que deixou de fora cerca de 195 “terroristas” (PORTO, 2009, p. 50). A Lei da Anistia não foi a anistia desejada, foi uma anistia parcial, restrita e que, ainda por cima, permitia um certo entendimento de uma proteção para os militares e perpetradores da violência do Estado. Apesar disso, é inegável o que representou a promulgação de tal lei. A ditadura estava se afrouxando “lenta, segura e gradualmente”, como é conhecido e retratado historicamente e caracteristicamente o processo de “abertura”.

²⁸ “A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo, como insiste em dizer o próprio presidente da Comissão da Anistia, Sr. Paulo Abrão. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela ‘anistia geral e irrestrita’ (e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta); mas por outro lado, ela foi também uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime” (ARAÚJO, 2012, p. 61).

Nesse sentido, é possível supor que a abertura política não foi baseada em um projeto de redemocratização coerente e previamente articulado. Segundo Maria Celina D'Araújo, 'podemos caracterizar a abertura como um projeto, que se iniciou pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças'. Dessa maneira, Geisel assumiu a Presidência tendo que enfrentar não apenas a crise política e econômica herdada dos governos anteriores, mas também a crise interna deflagrada dentro do próprio regime por setores que viam na abertura política uma forte ameaça à sua permanência no poder. As Forças Armadas, como é possível supor, tinham em sua composição uma série de divergências de posturas, comportamentos e alinhamentos, sendo essa característica um dos maiores desafios enfrentados por Geisel durante seu mandato (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995, p. 39).

Depois de tantas atrocidades cometidas e da articulação de vários movimentos sociais, não havia como permanecer com aquele mesmo regime do auge de 1968. Retomando, contudo, o foco do desenvolvimento da exposição aqui realizada e dialogando com Porto (2009), é importante considerar que atuar no MFPA era fortalecer a ação dos grupos, lutar contra a ditadura e participar da reorganização de movimentos sociais. Encontram-se, assim, relatos de ex-militantes que consideram em suas ações ou trajetórias "mais politizadas" diferentes motivações e formas de explicação de ingresso no MFPA.

Por outro lado, é importante registrar a história dessas mulheres consideradas "transgressoras", como incentivadoras de novos comportamentos que repercutem ou são considerados importantes para narração de ingresso no movimento. Morar fora, participar de movimentos de protesto de caráter internacionalista, dar cobertura a militantes clandestinos, sair de forma mais independente, frequentar bares, fumar, ou agir clandestinamente em organizações políticas propriamente ditas são comportamentos que constroem perfis diferenciados no processo de "politizar-se" e/ou de tomar consciência da necessidade de participar e se inserir na realidade de seu país:

Ao terminar o curso eu me casei e depois fui acompanhar o meu marido num curso nos Estados Unidos. Ele foi fazer doutorado e eu aproveitei para fazer mestrado em Sociologia. [...]. E lá eu participei de muitos movimentos, luta contra o Golpe do Chile, contra a Guerra do Vietnã. Cheguei inclusive a participar de um show com a Joan Baez que era da estudantada, da universidade onde eu estudava que era a Universidade de Wandenbourg, uma região super-reacionária, chamada de cinturão da Bíblia pela quantidade de igrejas que tinha. [...]. Ao retornar de lá, houve coincidência histórica, pois foi o momento em que a Rosa saiu da prisão

e em que Jorge Paiva e Célia Zanetti, que estavam vivendo clandestinamente, chegaram ao Ceará. Nós nos encontramos aqui através do Messias Pontes. A Rosa²⁹ e o Messias eram do PC do B e eu não. E eles pediram pra gente dar guarida ao Jorge e à Célia. [...] E nós, a partir daí, recebemos um contato da Therezinha Zerbini, que mandava através de uma pessoa que estava vindo de São Paulo, a professora Sylvia Porto Alegre, uma carta pedindo para nós encontrarmos com a Nildes Alencar, irmã do Frei Tito Alencar e os demais familiares de presos, exilados. E assim começou nosso processo de encontro e de organização do Movimento Feminino pela Anistia (Maria Luíza Fontenele) (PORTO, 2009, p. 140).

No contexto da Ditadura empresarial militar, e da anistia no Brasil, foram múltiplas as experiências vivenciadas pelas mulheres, e a sua militância esteve relacionada não apenas à contestação do regime político da época, mas também à afirmação de sua presença no espaço público-político. Isto coloca em xeque valores e hierarquias estabelecidas no contexto social vigente e, ao abraçarem a causa coletiva da militância, romperam com o que era tradicionalmente esperado de uma mulher, adotando outras identificações, até então, a elas negadas.

Para o MFPA, às mulheres cabia a iniciativa para sensibilizar as autoridades a respeito da necessidade da anistia: o movimento Feminino é o movimento da mulher cristã, que luta pelos direitos de cidadania, não tem nada de feminista... (PORTO, 2009, p.138).

Assim, para além de sua militância de luta e resistência, percebe-se que, no bojo desse processo, essas mulheres quebraram normas, tabus e toda uma gama de valores que a sociedade impunha e que afetava de forma decisiva a vida delas.

Nos anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil passa a ser uma força política e social consolidada, com muitos desafios e várias demandas de lutas. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que passava por um momento de mudanças e um contexto de resistências por parte dos movimentos sociais, frente às diferentes dimensões das condições de vida e de trabalho que reclamavam por direitos. Os grupos de mulheres e feministas se alastraram pelo país.

²⁹ A Rosa a que se refere é a militante e ex-presa política Rosa da Fonseca que hoje integra o grupo Crítica Radical, ao qual Maria Luíza pertence junto aos militantes Jorge Paiva e Célia Zanetti (PORTO, 2009).

Dessa forma, é possível afirmar que a história de luta das mulheres já percorreu um longo caminho e, considerando que todo movimento é dialético, passou por avanços e recuos.

Não obstante, pode-se dizer que ‘a estratégia do feminismo de tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdade, foi vitoriosa. A formação de movimentos em que as mulheres reivindicam questões básicas – como saúde, água, esgoto, postos de saúde, ou seja, bens públicos – são diferentes daqueles que problematizam outras questões que, por serem específicas, constituem novos atores, os quais introduzem novas lentes e novas práticas sociais, formando novas identidades e novos sujeitos sociais e políticos (SOUZA-LOBO, 1991, p. 220).

No Brasil, como também em vários países da América Latina, as mulheres se fizeram e fazem visíveis por meio de uma multiplicidade de expressões organizativas – uma infinidade de reivindicações e formas de luta.

Se houvesse a possibilidade de se escrever uma história ‘completa’ das mulheres seria uma história milenar da opressão, tal como ela tem, desde tempos imemoriais, se inscrito na trama das relações sociais de classe, e de gênero, sociedades afora, atravessando a história da humanidade até os nossos dias. Seria também a história de resistência a esta opressão, ora por meios sutis ora por meios mais diretos e políticos. Seria, com certeza, uma história de dor, mas também de conquistas e desafios. Historicamente, a relação de subordinação das mulheres em relação aos homens foi e continua a ser sustentada por uma divisão sexual e desigual do trabalho (ALVES; VIANA, 2008, p. 18).

Em síntese, os movimentos de mulheres e o feminista que se organizaram no país, vinculados em sua maioria às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente articuladas ao conjunto das lutas pelos direitos das mulheres e, certamente que, em algumas mobilizações realizadas, dando à sua atuação um tom próprio. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, referidas também a mudanças em várias lutas no sentido da garantia dos direitos das mulheres.

Eu participei de todo processo, lutei, sofri, e no meu entendimento e formação a luta era por liberdade dos familiares, acabar com a ditadura, agora eu não sabia nem o que era feminismo, mas o importante é que o resultado das nossas lutas foi se materializando nos direitos das mulheres nos anos 1970 aos dias atuais. (Entrevistada Jô Morais)

As mulheres militaram contra a Ditadura empresarial militar, algumas não se consideraram e nem conheciam o feminismo, mas tiveram contribuições importantes naquele contexto de várias violações de direitos e violências.

O compromisso de algumas não provinha de conhecimentos ideológicos e nem de estratégias políticas antiditatoriais. A lógica, nesse primeiro momento, era fundamentalmente mulheres afetadas diretamente como mães, mulheres, avós, irmãs, sobrinhas, lutando pelos familiares. (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

Enfim, o Movimento Feminino pela Anistia teve muitos limites, mas foi importante na luta em torno da organização das mulheres. O mais importante foi como se tornou possível que as estratégias, as práticas e as ações, utilizadas naquele contexto, produzissem uma mobilização a ponto de tornar uma reivindicação pontual em algo que continuou movendo muitas mulheres em diversas organizações.

O contexto da época era difícil para as mulheres: sabe-se que nem todas tinham consciência do feminismo, mas foi importante por desmistificar a ideia de que a participação feminina na luta contra a ditadura empresarial militar foi secundária e aconteceu por influência de seus companheiros.

Várias mulheres, de forma similar aos homens, acreditavam em um país mais justo e lutaram para que isso pudesse acontecer. De acordo com Bastos (2007), as mulheres da geração de 1968 iniciaram a militância política por opção: isso aconteceu tanto na Universidade quanto na Igreja. Ainda de acordo com a autora: “o elemento novo trazido pela militância feminina era o fato de as mulheres romperem também com o padrão da moça bem-comportada, virgem, futura mãe de família” (BASTOS, 2007, p. 21).

A verdadeira anistia na minha opinião só realmente ocorrerá quando os torturadores forem condenados. As feridas não cicatrizaram e há um sentimento de revanchismo, de ressentimento, que mesmo com a Promulgação da Anistia Política não conseguiu superar. Eles têm que ser punidos. Eles continuam matando e violentando até hoje. (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

Percebe-se nitidamente, porém, que até hoje, no ano de 2018, a Lei da Anistia Política (BRASIL, 1979) deixa a desejar e recebe inúmeras críticas principalmente: no campo da punição dos torturadores e dos desaparecidos políticos; no tocante aos que foram comprovadamente mortos, mas que a família não teve a oportunidade de fazer o sepultamento; no tocante à falta de punição para os que, comprovadamente, foram torturadores durante a Ditadura empresarial militar. Ações como essas de forma imediata foram importantes,

mas deixam muitas brechas para a defesa de violações de direitos humanos.

Nesse sentido, a análise das resistências e as violências vivenciadas pelas assistentes sociais na Ditadura empresarial militar de 1964–1985, como realizada nesta tese, traz sua contribuição não só no sentido de resgatar a memória e deixá-la registrada, mas conhecer e explicar esse momento obscuro da história nacional, sendo aqui o recorte voltado para a contribuição das mulheres assistentes sociais para a luta por direitos, liberdade e pela democracia. Além do mais, é imprescindível que, neste processo de reconhecimento da história, esteja presente também a mulher militante, assistente social, como sujeito político, reconhecendo que contribuiu para algumas mudanças naquele contexto de Ditadura empresarial militar. Neste sentido: “[...] a maioria dentro do Movimento queria a anistia ampla, geral e irrestrita. Mas tinha também um núcleo que não queria só a anistia, queria derrubar, os militares, e derrubar também o capitalismo” (Entrevistada Deputada Erundina).

CAPÍTULO 3

ATRÁS DE PORTAS FECHADAS³⁰: AS LUTAS DAS MULHERES ESTUDANTES, ASSISTENTES SOCIAIS E/OU DOCENTES NA DITADURA BRASILEIRA

Este capítulo procura sintetizar as condições históricas particulares, no âmbito do serviço social, em que se inseriu a luta política das mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou professoras de Serviço Social e que se confrontaram e reagiram à Ditadura empresarial militar de 1964. De modo geral, suas lutas e contestações de caráter político-ideológico expressam reação ao histórico conservadorismo que marca a profissão desde sua gênese, em especial a feição mais crítica que buscava redirecionar a ação profissional em outras bases teórico-metodológicas a partir do conhecido Movimento de Reconceituação. Essa tendência mais crítica será travada imediatamente pelas condições gerais de falta de liberdade, restrição dos espaços de debate e de suspensão de alguns sujeitos políticos de seus ambientes de trabalho e de formação. Desse modo, o fundamental neste capítulo é expressar os aspectos relativos às lutas, perseguições no âmbito profissional e político dessas mulheres do serviço social diretamente atingidas pelo terrorismo estatal e explicitar o prejuízo imediato para a construção da vertente que Netto (1991) designou como “intenção de ruptura”.

Assim, a aproximação com esse processo histórico contribui para o debate sobre o desenvolvimento na profissão nas décadas seguintes, quando se analisa a participação direta de muitas dessa geração de mulheres na forma de resistências à Ditadura empresarial militar, contribuindo, posteriormente, para o avanço da vertente mais crítica do movimento de renovação da profissão e, da mesma forma, para a organização da categoria, cujo marco foi o Congresso da Virada em 1979.

3.1 Mulheres e Serviço Social na Ditadura empresarial militar: herança e resistência ao conservadorismo

Como é amplamente conhecido, a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho, está relacionada ao

³⁰ “O documentário é uma investigação sobre fatores determinantes na construção das convicções político-ideológicas de mulheres” durante a Ditadura Civil Militar no Brasil. Enquanto as mulheres das organizações de esquerda lutaram pela participação política contra a repressão, as mulheres da elite brasileira deixaram seus lares apenas provisoriamente para defendê-los da ‘ameaça comunista’. Esses eventos influenciaram o debate sobre o comportamento e a condição da mulher na sociedade brasileira” (ATRÁS..., 2014).

contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX (IAMAMOTO, 2011). É a partir desse período que se expressa de modo mais claro a “questão social”³¹, gerando debates e ações por parte do Estado, das frações dominantes e da Igreja Católica como instituição social importante nessas décadas.

As marcas de origem da profissão nos anos 1930 estão situadas no “bojo do reformismo conservador” da Igreja Católica e de seu movimento de Ação Católica que veio da Europa. No Brasil essas marcas renovam e preservam “compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2008, p. 17). Isto ocorreu em contexto de intensas transformações sociais e políticas que apontavam para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo monopolista sob o governo ditatorial e populista de Getúlio Vargas (1930–1945).

De acordo com Iamamoto (1992), o Serviço Social brasileiro nasceu sob a influência do conservadorismo europeu franco-belga e, na década de 1940, passou a receber influência da sociologia norte-americana de cunho conservador. “Na base desse conservadorismo, há um componente utópico assimilado pelo Serviço Social, fruto desse universo teórico, balizado pela filosofia humanista cristã” (IAMAMOTO, 1992, p. 27).

Sob influência da Igreja Católica, e da Ação Católica, que mobilizava militantes nos setores da recém-criada burguesia urbana, as mulheres ganham importância na formação da nova profissão e no reforço da identidade que foi construída a partir de relações patriarcais.

Neste cenário das primeiras décadas do século XX, portanto, a movimentação da Igreja Católica foi no sentido de reconquistar fiéis e poder no mundo, um poder que fora relegado, na particularidade da sociedade brasileira, quando da constituição da República, na passagem do século XIX para o XX. A partir dessas motivações, e no contexto específico do movimento Ação Católica, as mulheres das elites foram recrutadas para iniciar trabalho doutrinário e social com as famílias operárias, processo que logo depois deu origem ao Serviço Social com a criação das primeiras escolas em São Paulo e Rio de Janeiro. Desde a sua origem, a predominância do feminino no Serviço Social brasileiro está ligada às raízes culturais católicas e à inserção das alunas nas primeiras escolas, o que só ocorria caso atendessem alguns critérios, sendo

³¹ A questão social se funda na contradição entre capital e trabalho, sendo que se especifica, portanto, no seio do modo de produção capitalista. No âmbito do Serviço Social, esta formulação foi, inicialmente, por Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

que a primeira escola de Serviço Social, no Brasil, foi criada em 1936, em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo: deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação deve corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotada de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicativa, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc. Será, portanto, indispensável para o recrutamento dos futuros assistentes sociais, critérios bem definidos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 221).

Como já mencionado no capítulo anterior, a divisão sexual do trabalho destina às mulheres, quase sempre, os trabalhos subordinados, os menores salários, e contribui historicamente para sua ausência na vida política. Neste sentido, sendo o serviço social uma profissão com predominância feminina e configurações decorrentes da divisão sexual do trabalho, além dos traços originários da profissão, já comentados, suas particularidades contribuíram para os silêncios das violências nos anos difíceis da Ditadura empresarial militar, bem como certa ausência da memória coletiva sobre os sujeitos concretos que tiveram significativa participação política naquele momento histórico.

Como profissão feminina, seu desenho inicial voltou-se para os cuidados com os pobres, para realizar a vocação caridosa de mulheres da Igreja. No seu percurso histórico, contudo, as mulheres que construíram a profissão também trilharam outros caminhos e se inseriram em lutas mais gerais de transformação da sociedade, o que é refletido nas resistências a partir dos anos 1960. Esse foi um longo e variado caminho, sempre carregando limites em consonância com o contexto de cada época particular no século XX.

Nesse sentido, pensar a relação da participação das mulheres estudantes, profissionais e/ou docentes de serviço social no cenário das lutas dos anos 1960–1970 é buscar analisar o processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade e que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, do conflito, do conservador e da mudança.

O serviço social, além de inserido na divisão social e técnica do trabalho, também é marcado pela divisão sexual do trabalho. A lógica heteropatriarcal, racista contribui para rotular, estigmatizar e desvalorizar profissões que têm como maioria as mulheres, a exemplo do serviço social e outras

profissões que contam com a predominância feminina na sociedade capitalista. Assim, abordar o serviço social implica considerar o processo sócio-histórico que está na base da sua gênese e trajetória, sempre complexo, qualquer que seja a conjuntura social, econômica e política, sendo perceptível de forma imediata o significado que a sociedade atribui ao serviço social como profissão eminentemente feminina.

Eu estudei num colégio de freiras, e como as freiras tinham um trabalho catequético nas comunidades pobres em torno do colégio, eu me interessava e me sentia muito sensibilizada pela questão dos pobres. Isso me levou, depois, a participar de alguns grupos de Igreja, e foi isso que me levou para o serviço social. (Entrevistada Ana Rita).

De fato, Netto (2009) reitera que a profissão se gestou sob perspectiva conservadora com dois traços essenciais, entre outros. O primeiro demarca o serviço social como profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, voltada a dar respostas às expressões da questão social. De início, isto foi feito na perspectiva conservadora da Igreja Católica, como já referido, com ações destinadas a prestar bens e serviços para assegurar a integração da recém-criada classe trabalhadora quando da estruturação da economia mercantil, tendo por objetivo contribuir na manutenção da ordem do capital. Este traço, portanto, está presente desde os primeiros centros de formação e se manteve como elemento estruturante da formação profissional em várias fases de sua história.

O segundo traço de cunho conservador demarca o serviço social como profissão subalterna às Ciências Sociais, construindo-se como profissão técnico-operativa, pragmática, avessa às formulações teóricas e à produção de conhecimento e sustentada teoricamente nas produções daquela área do conhecimento e com ênfase no pensamento social mais conservador. Ao mesmo tempo, e de modo contraditório, os fortes laços dessa influência, quando da inserção dos cursos de serviço social nas universidades, desde a década de 1950, também permitiram o contato com vertentes mais críticas, incluso algumas interpretações ecléticas de Marx e os vários marxismos (NETTO, 2009, p. 147-148).

A passagem de uma formação de assistentes sociais em escolas isoladas, e sob influência da Igreja Católica, para as novas condições nas universidades – centros dinâmicos de produção e socialização de conhecimento científico – impactaram fortemente a profissão, tanto no sentido teórico-metodológico quanto político-ideológico. Nessas condições se pode compreender a inserção de setores da categoria profissional e do movimento estudantil em processos de resistência à Ditadura empresarial militar de 1964–1985, instigados pela presença naquele novo ambiente. Isto foi determinante

para a expressão mais crítica de movimento mais geral que levou ao repensar de suas bases profissionais e seu teor abertamente conservador. O Serviço Social tradicional foi posto em questão de modo diferente dos diversos países em âmbito mundial. Netto (2005, p.6) analisa que:

A segunda metade dos anos 1960 marcou, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais (e, compreensivelmente, dos discursos teóricos que as legitimavam). No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como Serviço Social tradicional: a prática empirista, reiterativa paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da questão social sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social teve força na América Latina em momento de grande efervescência política, inclusive como projeções de renovação na própria Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II e do desenvolvimento da Teologia da Libertação. Deflagrado em 1965, em meio aos movimentos por mudanças e a reação contrarrevolucionária, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina se constituiu como um marco histórico nessa profissão³².

O Serviço Social latino-americano é sensibilizado pelos desafios da prática social. Sua resposta mais significativa se consubstancia na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão, que tem aproximadamente seis décadas de existência. Essa resposta é o movimento de reconceituação. Este questionamento emerge no contexto das mudanças no continente, embasada pela efervescência das lutas sociais, demarcadas pelo capitalismo mundial. Atinge a Igreja Católica e Universidades culminando com movimentos estudantis nas mais diversas formas de expressão. Esse perfilou-se, como um movimento de denúncia, de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contra face um processo seletivo de busca da construção de um Serviço Social latino-americano saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociedade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos (IAMAMOTO, 2001, p.20).

³² Apesar do período de ditadura civil-militar, enfatiza-se a geração 1965 pela realização do Seminário Regional em Porto Alegre, tratando do Serviço Social e as mudanças na América Latina. Esse seminário salientou a inclusão do Serviço social no processo de desenvolvimento, analisando em especial a prática profissional.

De modo geral, o Movimento de Reconceituação na América Latina expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da questão social. Essa crítica ao chamado “Serviço Social tradicional” foi relativa à sua característica fundamental de “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal burguesa” (NETTO, 2005, p. 6). Também estavam presentes contestações sobre a suposta neutralidade da ação profissional e de não espaço para a diversidade político-ideológica.

Iamamoto (2015) analisa que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja e nos movimentos estudantis, dentre outros. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa.

Em contrapartida, no Brasil, devido ao cenário de Ditadura empresarial militar (1964–1985), o que tivemos foi uma Renovação do Serviço Social. Este foi um processo interno que externou tendências e possibilidades para a profissão no momento pré-1964. Netto (2004, p. 131) define Renovação como:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, segundo Netto (2001), abarca três perspectivas: a vertente modernizadora; a reatualização do conservadorismo; e a intenção de ruptura. A “vertente modernizadora” teve hegemonia até os anos 1970, iniciando-se no Seminário de Araxá, em 1967, e se consolidando no Seminário de Teresópolis, em 1970. Essa tendência buscou modernizar o Serviço Social a partir da mesma razão instrumental vigente na profissão (neopositivismo), revendo métodos e técnicas para adequar-se às novas exigências postas pelo contexto de modernização conservadora.

A segunda perspectiva, apresentada por Netto (2005), é a “reatualização do conservadorismo” que se manifesta na tentativa de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. Compreende-se que no processo de “reatualização do conservadorismo” se busca aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de

acordo com as novas exigências do perfil profissional: ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos plausíveis para adentrar a nova prática profissional. Essa perspectiva “supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção’” (NETTO, 2005, p. 203). Nesse contexto, cabe expor que o lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora – ela explorou particularmente o seu vetor reformista e subordinou a suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional (NETTO, 2005). O autor observa que, nessa perspectiva, “a demanda do aporte teórico do pensamento fenomenológico surge como a faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores”. Em suma, a “reatualização do conservadorismo” não impõe mudanças significativas no agir profissional pois mantém em seu seio práticas conservadoras.

Segundo Netto (1998, p. 157), “tratava-se de uma vertente que recuperava os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão”. Fundamentando-se na fenomenologia, essa vertente teve como polos dinamizadores as escolas vinculadas à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e as Pontifícias Universidades Católicas (PUC) do Rio de Janeiro e de São Paulo. Inicialmente, essa vertente buscou capitalizar um distanciamento aparente da ditadura militar, ao ter como um de seus pontos de sustentação a emergência de concepções irracionalistas, inspiradas no filósofo alemão Martin Heidegger (1889–1976). Fundamentada nessa base teórico-metodológica, essa vertente se considerava nova e negava, simultaneamente, tanto os fundamentos positivistas quanto aqueles que se ancoravam na raiz marxiana. Herdeira de uma visão de mundo que se origina no pensamento tradicional católico, essa perspectiva atribuiu a ela “as características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção” (NETTO, 1998, p. 157).

A partir de meados dos anos 1970, começaram a aparecer os primeiros sinais de um outro vetor que permanecia soterrado no solo da ditadura militar. A terceira vertente, com expressão nos anos 1980, foi de inspiração marxista e não ocorreu sem problemas, dada uma visão reducionista e equivocada do marxismo, sob influência das interpretações de Louis Althusser, que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão. As aproximações iniciais do Serviço Social com o pensamento de Marx ocorreram, porém, de forma enviesada, recorrendo-se a fontes secundárias, como afirma Quiroga (1991), sendo que

A vertente da intenção de ruptura, nascida na academia, referenciou-se, inicialmente, na experiência da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte-MG, em 1972. (Entrevistada Rosângela Batistoni).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, portanto, aponta para uma crítica às bases tradicionais da profissão e teve por objetivo a construção de outro perfil profissional, resguardadas as distintas direções teórico-metodológicas.

O Movimento de Reconceituação foi um marco histórico do Serviço Social, pois é através desse movimento que se pensou um novo modelo de atuação, porque anteriormente o Serviço Social era visto como assistencialista. Então nós como profissionais do Serviço Social precisamos valorizar a profissão, e realmente está divulgando o que é o Serviço Social, o que o profissional faz, porque hoje muitos não sabem o que é e qual a sua ação. E o Movimento de Reconceituação vem justamente para isso, ampliar realmente um conceito do que é o Serviço Social desse novo modelo da atuação do serviço social, que é viabilizar os direitos de todo ser humano. (Entrevistada Marilda Iamamoto).

Nesse sentido, compreende-se o movimento de reconceituação como um fenômeno político e sociocultural que ocorreu na América Latina e foi desenvolvido em um pequeno espaço de tempo (1965–1975), no bojo de uma crise estrutural nesse continente, gestada desde os meados da década de 1950, que afetou os padrões de dominação sociopolíticos vigentes.

De certa forma, os debates que marcaram o processo de renovação desde a década de 1960, mas principalmente nas seguintes (1980 e 1990), foram acompanhados pelos órgãos de espionagem da Ditadura empresarial militar, como foi possível identificar na pesquisa documental realizada no Arquivo Nacional (2015). Em geral, as interpretações desses órgãos eram de teor político, buscando vincular a participação em eventos ou atividades profissionais como ação subversiva, atribuindo e ampliando o caráter crítico das discussões, sempre encontrando ameaças à política de segurança nacional.

Relacionam-se entre as temáticas mencionadas, nos documentos do Arquivo Nacional pesquisados, os movimentos estudantil, sindical, docente, de moradores e contra a carestia, de partidos e aqueles relacionados à reforma agrária. Também naqueles documentos, nas décadas de 1980 e 1990, as temáticas que se sobressaem dizem respeito à mulher e ao Serviço Social, especificamente, vinculados à organização da categoria, nacionalmente, e ao Movimento de Reconceituação na América Latina. São mencionados, ainda, as inserções destas mulheres em atos vinculados à internacionalização de

movimentos e/ou organização política, seja em relação a organização política internacional, seja em solidariedade a outros povos, também sob o jugo de regimes ditatoriais, como, por exemplo, os da Nicarágua e El Salvador. Há vários registros sobre o movimento estudantil em Serviço Social, onde se destacam as referências às mulheres que integravam como docentes ou em cargos de gestão os cursos de Serviço Social no país. Quanto aos eventos, são citados, por exemplo: “Semana do Assistente Social”; “Ciclo de Debates”; “Seminário Sul-Americano sobre a Metodologia do Serviço Social”, em Lima/Peru³³.

Os documentos também descrevem os trabalhos, no Brasil, realizados pelo Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) e pela Associação Latinoamericana de Escolas de Trabalho Social (ALAEETS): “têm se dedicado a publicar alguns informativos, visando, principalmente, às Escolas de Assistência Social dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco”. Pela citação, vê-se que não faziam distinção entre Assistência Social e Serviço Social. Ainda, segundo o mesmo documento, “a finalidade da ALAEETS/CELATS é alargar sua influência entre as Escolas de Serviço Social na América Latina, para criar uma Federação Latino-Americana de Trabalhadores Sociais”³⁴.

De acordo com Nascimento e Stampa (2015), o Serviço Social brasileiro, portanto, foi marcado por uma ditadura, já que muitas/os assistentes sociais, que resistiram e investiram nessa luta, inclusive num momento em que o serviço social latino-americano vivia o processo de “reconceituação”, tiveram seus direitos violados – até mesmo o direito ao trabalho. Esta perspectiva é ilustrada, também, pelo extrato de depoimento de uma das entrevistadas por esta pesquisa, que assim observa:

³³ Respectivamente: DOCUMENTO de código AFZ - ACE 1568/82. Assunto: Atividades subversivas de elementos da Ação Popular Marxista Leninista, no Ceará, datado de 09 de agosto de 1982. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional; DOCUMENTO de código ASP ACE 12514/82. Assunto: Ciclo de Debates sobre Serviço Social, datado de 20 de agosto de 1982. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional; DOCUMENTO de código AC - ACE 68035/7, Assunto: Instituto de Solidariedade Internacional (ISI), datado de 11 de setembro de 1973. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional. Este último documento trata de curso para trabalhadores sociais, correspondendo ao Seminário Sul-Americano sobre a Metodologia do Serviço Social, que aconteceu em Lima/Peru. Era logicamente ligado a Reconceituação do Serviço Social na América Latina, porém, não há menção a respeito no documento. [Ir aos documentos originais (e não na sistematização feita pelas estagiárias) e ver se há mesmo este tópico “assunto” e se estão sob este título. Se estiver manter; se não, alterar para ser fiel]

³⁴ DOCUMENTO de código ASV ACE 195781. Assunto: Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAEETS) - Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), datado de 23 de julho de 1981. Sistema Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional.

Vínhamos de um processo de organização, de luta, de formação, desde o final dos anos 60 do século passado. Desse ponto de vista, quero demarcar, sim, o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. Há que destacar a dificuldade que o pensamento crítico norteador desse movimento teve de se introduzir no Brasil, exatamente porque fomos presas, vivemos a clandestinidade, fomos apanhadas em 1964 pelo golpe, pela Ditadura Militar, mas estávamos com os elementos postos, apontando para aquilo que viria a ser a direção que assumimos no III Congresso de Serviço Social. (Entrevistada Marilda Yamamoto).

A forma como a Ditadura empresarial militar atuou no sentido de cercar a liberdade de setores críticos da sociedade pautou-se em estratégias de controle; violência em relação aos movimentos sociais, estudantes, universidades; destruiu sonhos; reprimiu e impediu as manifestações de grupos de esquerda e organizações políticas; construiu estigmas sobre militância e partidos de esquerda; deturpou o conceito de comunismo, ao tempo em que desqualificou pessoas de perfil ideológico de esquerda. Em consequência, ainda hoje, reaparecem equívocos e senso comum sobre falas de personagens da política brasileira, além do caráter conservador dessas observações. Antes de tudo, a Ditadura empresarial militar travou o debate político-ideológico e teórico-metodológico de perspectiva mais crítica, na medida em que prendia, isolava e intimidava personagens importantes da história do serviço social brasileiro.

Nesses termos, e de imediato, há um contato enviesado com a teoria crítica social no âmbito das universidades, ou ficando, muitas vezes, restrito aos espaços da própria militância político-partidária. Ainda assim, a inspiração em Marx fortaleceu compromissos ético-políticos com a transformação na sociedade, ou mesmo expressaram um humanismo cristão que instigava às ações políticas. Isto, sem dúvida, se refletiu em construções teórico-metodológicas de outro caráter que o tradicional conservadorismo, a exemplo da construção da proposta conhecida como o “Método BH”. Importa aqui destacar que é desse movimento de aproximação com Marx e seus variados intérpretes que surgem lideranças e se organizam os setores estudantis e profissionais que fizeram resistência à Ditadura empresarial militar.

Batistoni (2017) compreende que entre os antecedentes e as bases sociopolíticas da ESS/UCMG³⁵ situa-se a dinâmica da *política* e da *cultura* no

³⁵ Segundo Batistoni (2017), a experiência da Escola de Serviço Social de BH se desenvolveu de 1969 a 1975, mas se reporta a ampla pesquisa coletiva, na qual está vinculada, que vem sendo desenvolvida e que compreenderá um período mais amplo a fim de incorporar seus antecedentes, desdobramentos e influências posteriores.

período de 1964–1968, período em que, passada a violenta repressão que se seguiu ao golpe, as lideranças democráticas, comprometidas com as forças populares e de esquerda, buscaram estratégias de rearticulação para confrontar o regime. Ao mesmo tempo, o “modelo econômico”, assentado no fim da estabilidade do emprego e numa política salarial depressiva (o arrocho salarial), atingiu os trabalhadores em suas condições imediatas de trabalho e de vida, desdobrando-se, ainda, em insatisfação na pequena burguesia urbana, que teve no movimento estudantil universitário sua manifestação mais visível.

Com essas determinações, e nas condições históricas das décadas da Ditadura empresarial militar, constituiu-se o processo de renovação do Serviço Social, gestando um novo perfil profissional através da consolidação de um mercado de trabalho nacional para os/as assistentes sociais, bem como o crescimento do contingente profissional; ampliação e inserção da formação no circuito universitário, sujeito às exigências do ensino, pesquisa e extensão; criação da pós-graduação *stricto sensu* com produção científica; interlocução acadêmica com áreas afins; renovação dos quadros docentes e mercado editorial; e reconhecimento pelas agências de fomento, entre outros aspectos (IAMAMOTO, 1998; NETTO, 1992). Portanto, esse contexto expressa o processo gradativo de mudanças no âmbito do Serviço Social.

Minha formação foi em colégio católico e tive participação em trabalhos de caridade e catequese promovidos por freiras beneditinas do colégio. Me envolvi com a Juventude Estudantil Católica (JEC) e depois ingresso na Escola de Serviço Social e envolvimento com a Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963 e acredito que foram essas as razões para a opção pelo Serviço Social. Também tive influência de Paulo Freire e utilização de seus métodos para a educação de adultos. No endurecimento do regime militar após 1968, participei de debates políticos na faculdade e me filiei na Ação Popular (AP) e a tive muita professora conservadora, mas a Escola de Serviço Social foi meu local de questionamento e resistência ao regime militar. (Entrevistada Bia Abramides).

Claro, a grande maioria da profissão cumpria bem o que historicamente era determinante para o ser mulher e homem nas relações patriarcais em sociedade capitalista e racista. A maioria da profissão seguia a imagem social que era majoritária.

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do serviço social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao

último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país (IAMAMOTO, 1998, p. 105).

A entrada do Serviço Social no âmbito universitário, na ditadura brasileira, possibilitou a formação de espaços de reflexão gestando uma massa crítica. A ditadura conseguiu o seu objetivo de produzir profissionais aptos para atender suas demandas modernizadoras, mas o meio acadêmico também formou profissionais cujo seguimento não era favorável à Ditadura empresarial militar. De acordo com Netto (1998), a tradição marxista ganhou forte legitimidade em um dos segmentos de assistentes sociais, na década de 1980, quando a produção de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social*, foi publicada, em 1982. A obra fundamenta-se no pensamento de Marx, e é resultado de pesquisa sobre o Serviço Social brasileiro, apoiada pelo CELATS.

3.2 Ditadura, repressão e perseguições: as estudantes, assistentes sociais e/ou docentes no enfrentamento às violações de direitos

No contexto da Ditadura empresarial militar, as relações entre capitalismo e patriarcado evidenciam-se pelas restrições, impedimentos e repressão à vida das mulheres. Este processo se expressa tanto objetiva quanto subjetivamente, colocando limites e barreiras à liberdade na vida pública e privada para as mulheres. Afinal, foram duas décadas em que políticas de Estado, baseadas na violência e violação de direitos, passam de exceção à regra, numa batalha desproporcional com as mulheres e homens que contestavam e resistiam ao autoritarismo da Ditadura empresarial militar.

Marcadas pela participação na militância em oposição à Ditadura empresarial militar e pela condição de serem mulheres, elas viveram nesse período não só momentos de perseguições e violações de direitos, mas também preconceitos. Nessas condições, lutaram para organizar suas vidas profissionais e, também, contribuíram para mudanças na profissão. E mesmo com muita repressão, violência e distintos recursos usados pela Ditadura empresarial militar para fazê-las calar, a oposição resistia e falou. No início sussurrou, procurando, muitas vezes na clandestinidade, rearticular a luta e, aos poucos, as vozes foram de novo sendo ouvidas. Aqui, é pertinente resgatar Mészáros (2002, p. 273) quando argumenta que “[...] é preciso enfrentar a questão do *tipo de igualdade* viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital”. Afinal, “Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam seus princípios e seu modo de distribuição”.

Voltando-se aos dados colhidos nas entrevistas, constata-se que 80% por cento dessas mulheres foram perseguidas antes e depois da ditadura, como assistentes sociais (e, também, uma que era estudante e não conseguiu formar-se devido à perseguição). Essas mulheres foram vítimas de perseguição profissional e política, sofreram violências diretas como a prisão e tortura e outras tiveram fortes impactos na vida profissional e pessoal.

Algumas dessas militantes, no período de pós-ditadura, puderam ser identificadas por esta e outras pesquisas e seus registros apontam que de forma direta e indireta frente às agruras de viver naquele contexto de violência e perda das liberdades. Como a ditadura interferiu, ora de forma velada, ora de forma brutal, na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira, de um modo ou de outro, impactou os vários segmentos profissionais. Isto ocorreu, embora a maior parte tenha se acomodado e/ou se integrado ao novo contexto, ficando imune às violências e perseguições que atingiram os setores críticos e de vanguarda que estavam na organização política embrionária da profissão.

A contribuição de Netto o corrobora, quando argumenta que:

Ao longo de todo o ciclo ditatorial incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventuários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática. Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. [...] (NETTO, 2009, p. 29).

Destaca-se, dessa forma, neste período da história da profissão, a neutralidade das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional, o que se revelava nas formas de silêncio ou comprometimento com o regime instaurado em 1964.

Também importa registrar que durante o período ditatorial muitos/as assistentes sociais foram capturados/as pelo ardil de transformar a ciência em técnica social. Subordinando-se à razão instrumental: seja pelo silêncio, seja pela convivência ativa com os poderes da ditadura, buscavam o aperfeiçoamento técnico para a implementação de um conjunto de programas sociais compensatórios da repressão – do arrocho salarial à desmobilização política das

classes e grupos profissionais (IAMAMOTO, 2009, p. 123). Por outro lado, como esta tese tem demonstrado, alguns segmentos profissionais expressavam sua resistência a essas respostas conservadoras, mesmo que perseguidos pelo regime ditatorial.

O SNI tinha informações sobre algumas professoras do curso de Serviço Social, eu organizava grupos de estudo para que as alunas desenvolvessem visão político-social e isso era incompatível ao posicionamento da Escola de Serviço Social;
Os órgãos de segurança me impediram de dar aula na Universidade Federal [...]; fui embora [do estado] com uma dor, saudades, me cobrando que eu estava abandonando a luta, pensava nos estudantes, minha família e nas ligas camponesas, depois percebi que a luta e compromisso era em qualquer lugar que eu estivesse. Mudei de estado e tive novas perseguições políticas [no novo estado para onde me dirigi] [1971] por causa do meu trabalho como assistente social nas favelas [...] e a luta por melhorias sociais. (Entrevistada Deputada Erundina).

À medida que esses setores profissionais de resistência político-formativa e de inserção profissional se manifestavam, passava a ocorrer verdadeira “caça às bruxas”, com conivência ou envolvimento direto de setores profissionais. Com isto, as militantes que ficaram no Brasil durante o período da Ditadura empresarial militar tornam-se, quase todas, clandestinas como única possibilidade de prosseguir na luta de resistência e mesmo sobreviver como indivíduos.

A clandestinidade na busca da sobrevivência implicava abandonar seus estados, seus nomes, suas famílias, os empregos ou vagas de estudantes nas universidades. Com outros documentos de identidade, essas mulheres fizeram-se anônimas na profissão, personagens sem passado, sem nome e sobrenome. Todavia, a condição de clandestinidade ou inserção política e/ou profissional, em novos estados e cidades, não significou necessariamente estar a salvo da repressão ditatorial. O mesmo ocorreu com profissionais que se mantiveram em resistência em suas instituições e com suas identidades, ou com registros públicos da militância anterior.

De modo geral, constata-se grande violência por parte dos agentes do Estado, o que foi utilizado contra todos e todas que se contrapunham à própria ditadura e seu projeto político-econômico. Ou seja, em relação aos segmentos críticos da sociedade em geral e no âmbito da profissão de serviço social.

Eu trabalhava no BNH e fui demitida. É lógico. Eles me demitiram por abandono de emprego. Aí eu voltei lá. Logo que eu me senti... eu voltei lá, me apresentei ao general, falei: ‘olha, eu não abandonei o emprego, eu

estava presa'. O general falou: 'Não, não pode'. Então, eles fizeram um processo, me deram demissão, colocando – eu pedi que colocassem – os motivos. Porque o motivo é que eu estava presa. Porque o motivo é que eu estava presa. Isso até me ajudou, mais tarde, para a anistia. (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

Na análise realizada junto às fontes documentais identificadas no Acervo do Arquivo Nacional, percebe-se que os atos e/ou ações praticados e registrados como “clandestinos” e/ou “subversivos” se relacionam, principalmente, a: realização e/ou participação em reuniões de organização, estudo e mobilização popular e/ou política; criação de células, comitês e organismos; atividades de “doutrinação” e/ou de preparação de panfletos e outros materiais de divulgação; formação de organismos de base e de planejamento de ações; inserção em movimentos, sindicatos e/ou partidos políticos; assumir gestão e/ou direção de movimentos ou organismos; e panfletagem de material “subversivo”.

[..] A Doutrina de Segurança Nacional se assentava na tese de que o inimigo da Pátria não era mais externo, e sim interno. Não se tratava mais de preparar o Brasil para uma guerra tradicional, de um Estado contra outro. O inimigo poderia estar em qualquer parte, dentro do próprio país, ser um nacional. Para enfrentar esse novo desafio, era urgente estruturar um novo aparato repressivo. Diferentes conceituações de guerra – guerra psicológica adversa, guerra interna, guerra subversiva – foram utilizadas para a submissão dos presos políticos a julgamentos pela Justiça Militar (COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2007, p. 22).

Há um padrão nas acusações e política de guerra do aparelho repressivo contra as organizações e militantes. Em geral, essa participação era ampliada como modo de comprometimento dessas militantes, tal qual o exposto no extrato de depoimento de uma das entrevistadas, que se expõe em sequência. Isto ajuda a refletir sobre a intencionalidade das acusações por parte do aparelho repressor, com base nos dados do SNI, e que decorriam da espionagem de seus agentes, podendo estar carregados de exageros ou de mentiras com fins políticos ou mera subjetividade, em meio ao ambiente construído pela Doutrina de Segurança Nacional. Ao mesmo tempo, esses dados obscurecem a real participação política dos sujeitos envolvidos, o que só pode ser captado a partir de outros recursos de pesquisa, como, por exemplo, as entrevistas realizadas para a construção desta tese, evidenciando-se a importância de triangulação das informações.

Fui acusada de subversiva pelo Regime Militar, na minha ficha disseram que eu cometi atos contra a Segurança Nacional, porque eu estava distribuindo panfletos ‘subversivos’ à população camponesa. Ser da esquerda era crime. A partir daí fui presa, depois consegui um *habeas corpus* e tive que me refugiar e viver na clandestinidade por 11 anos. Passei anos na clandestinidade por distribuir panfletos que esclareciam a população de seus direitos. (Entrevistada Jó Morais).

A Doutrina de Segurança Nacional foi uma forma de fundamentar, jurídica e ideologicamente, a suspensão das garantias constitucionais, a limitação das liberdades individuais, a introdução da censura aos meios de comunicação e a repressão total aos que se opunham por meio de atividades consideradas clandestinas, ou classificadas com tal, a partir do exagero dos agentes repressivos, como já referido. A meta, baseada nessa doutrina de segurança, era eliminar e/ou destruir o potencial político revolucionário do inimigo interno, que poderia ser qualquer pessoa ou grupo de pessoas que se encontrassem no meio do povo. Invertia-se assim o princípio do Estado de direito.

Fui presa em abril de 74 e meu irmão tinha desaparecido em fevereiro de 74. Aí, esse momento foi um momento muito difícil na minha vida. Eu estava trabalhando já, na prefeitura; eu fiquei trabalhando em 73, passei toda minha gravidez trabalhando. Estava com um filho pequeno e tinha sido presa pela segunda vez, passado por muita tortura. Então eu estava com muito medo que eu pudesse ser, a qualquer momento, assassinada; e, ao mesmo tempo, me sentindo responsável. Eu não podia sair do Brasil porque eu tinha que achar o meu irmão, que dependia do nosso esforço, da nossa luta a vida dele. Ele podia estar vivo, estar em algum lugar [...] então, dei muito, muito disso, isso passou a ser central na minha vida. Eu me sentia muito culpada de qualquer prazer, de qualquer alegria que pudesse ter, porque tinha que estar envolvida, constante, na busca do meu irmão que até hoje não encontramos. A minha vida familiar e profissional ficou muito abalada. (Entrevistada Rosalina Santa Cruz).

As perseguições políticas, tal como exposto nesse e em outros depoimentos, representam uma forma particular de violência que essa mulher e toda sua família vivenciaram, não só naquele período, mas durante todo o regime. Como de outras pessoas e famílias; no caso desta entrevistada, até hoje, por não ter encontrado seu irmão. Esse era um jovem universitário que lutava pela democracia e liberdade no período de muita repressão. As marcas desse período, obviamente, ainda, estão presentes – especialmente em casos como dessa entrevistada e sua entrevistada.

Esse processo teve repercussões claras assim na minha vida profissional, eu me casei e fui morar em um município em Santa Catarina, Criciúma. Na prefeitura, quando eu chego lá, eles todos sabiam da minha ficha policial... Isso foi depois da prisão, depois de cumprir pena (CFESS, 2017, p. 85).

Dessa forma, a violência estatal de privação de direitos civis e políticos e de perseguições trabalhistas, profissionais e estudantis, são marcadas, ainda, por caçadas anônimas, antes e depois da Ditadura empresarial militar. Essas mulheres já tinham passado por inúmeras violências e, mesmo depois, ainda tinham que se deparar com as informações erradas, produzidas pelos órgãos de repressão, que buscavam induzir os/as denominados/as “subversivos/as” a erros e/ou a fatos que lhes imputassem má reputação.

De fato, em relação à pesquisa documental, realizada junto ao Arquivo Nacional em fontes do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi possível sistematizar informações que caracterizam os principais movimentos em que se inseriam as estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social naquele contexto, como já exposto anteriormente. Cabe aqui, no entanto, problematizar como este processo se deu, de acordo com sua inserção nesses movimentos e/ou em sua relação específica, como mulheres estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social. Afinal, além da inserção nos movimentos estudantil e/ou docente:

Ser da esquerda era crime. A partir daí, tive que se refugiar e viver na clandestinidade por 11 anos. Passei a viver em vários estados, não pude me formar. E perdi amigos, amores, empregos e familiares (não pude ver minha mãe quando faleceu). (Entrevistada Jó Morais).

Essas mulheres sofreram várias perseguições também no âmbito do trabalho, na medida em que a maioria das entrevistadas (8 – 80%) indicaram ter perdido empregos e encontrarem dificuldades em conseguir outros. Mesmas já formadas, e depois que passaram a reconstruir suas vidas, também sofreram duras perseguições e estigmas por estarem fichadas na Lei de Segurança Nacional. Após a ditadura, suas vidas continuavam marcadas pela violência do Estado e sem as devidas reparações da perseguição sofrida.

Decorrente da repressão da ditadura militar, não conseguíamos trabalhar, porque éramos delatadas/os por estarmos na Lei de Segurança Nacional. Em 1972, no comecinho, eu fiz uma seleção interna, quando eu me formei, [em] [...] e eu fui selecionada. Não era concurso público, era uma seleção interna. Fui selecionada, comecei a trabalhar no [hospital], trabalhei durante três meses, eles fizeram uma avaliação comigo, que eu era... enfim, que eu tinha sido avaliada tecnicamente, profissionalmente,

num sei o quê, passei pela avaliação e de repente, do nada eu fui chamada e eles me demitiram [...] eu fui atrás de um advogado trabalhista e ele falou ‘Eu imagino que é uma delação pelo fato de você estar na Lei de Segurança Nacional’. Aí ele foi ao DOPS e pegou um texto dizendo que para fins civis, para efeito profissional eu poderia desenvolver minha atividade, eu não poderia sair do país, eu não podia isso, eu não podia aquilo, mas poderia exercer a profissão. Só que muitas vezes eram as próprias colegas de profissão que nos entregavam (Entrevistada Bia Abramides).

As suas vidas foram marcadas pela repressão e a opressão, dificultando ainda mais a continuidade da sua militância política. Todavia, “perdemos os nossos empregos, mas em nenhum momento nos acovardamos na luta, convictas que estávamos naquilo que acreditávamos” (Entrevista Marilda Yamamoto).

Outro extrato de depoimento evidencia este processo e suas repercussões profissionais para as mulheres do Serviço Social que se opuseram ao regime e resistiram, lutando pelo projeto de uma outra sociedade, democrática e menos desigual. Por vezes, a incidência destes processos arbitrários esperou várias décadas para encontrar reparação por parte do Estado brasileiro.

A inserção profissional das mulheres do Serviço Social, que foram objeto destes registros, era, conforme as fontes documentais do SNI pesquisadas que integram o Acervo do Arquivo Nacional, principalmente das áreas de Previdência Social e de Habitação. Nos registros documentais, encontram-se referências mais genéricas sobre sua inserção profissional, mencionando apenas que eram servidoras públicas e/ou de sua atuação na área assistencial. São identificados, ainda, registros de atuação nas áreas empresarial, de Saúde e de Assistência Social.

Eu era assistente social do INSS e eles me demitiram. Por abandono de serviço porque eu falti mais de 15 dias e estava nas mãos do Estado brasileiro. Isso foi promulgado, a minha demissão por abandono de serviço por ter faltado mais de 15 dias [...] (CFESS, 2017, p. 84).

O período marcado pela ditadura brasileira foi, portanto, palco de resistências, lutas e transformações em amplos aspectos para as assistentes sociais militantes.

De acordo com Silva (2009), nas condições da repressão impostas pela Ditadura empresarial militar, os movimentos políticos emergentes durante o período populista foram desmobilizados, o que mudou o rumo de suas lutas. Alguns segmentos da categoria dos assistentes sociais atuavam junto a estes

movimentos, com a intenção de construir um compromisso explícito com os interesses dos setores populares. Como foi apresentado no primeiro capítulo, dentre as entrevistadas: 9 (90%) foram do movimento estudantil, 8 (80%) foram da Ação Popular (AP) e todas as entrevistadas tinham uma relação com a Igreja Católica, direta ou indiretamente.

[...] queria fazer algo maior, lutar contra a fome e a miséria. Entro na Ação Católica, com uma grande visão social. Descubro o Serviço Social, uma nova profissão, por meio do reitor do seminário de João Pessoa, assistente da Ação Católica. Opto pela profissão, para desencanto da minha família e dos professores, por ter escolhido “ uma profissão menor, trabalhando numa coisa que ninguém sabe o que é [...] Em 1959 passo no vestibular, entro na Juventude Universitária Católica-, JUC, sou eleita vice-presidente da UEE e depois entrei na Ação Popular-AP, onde a AP cresceu no meio dos jovens de todo o país (CFESS, 2017 p. 41).

Observa-se e confirma-se, assim, a influência da igreja na vida das mulheres entrevistadas logo após o golpe de 1964 – seja através da participação na Juventude Universitária Católica (JUC) ou da Ação Popular (AP). Como já exposto, a militância nessas organizações se fez de modo articulado à de outros grupos de ação política no movimento estudantil, operário e camponês e, por vezes, em nível nacional.

Como foi visto, até aqui, a Ditadura empresarial militar (1964–1985) deixou profundas marcas para as mulheres que lutaram nesse período, tais como o medo, a perda de empregos, os resquícios e lembranças das violências sofridas. Não por acaso, as entrevistadas ainda expressaram dificuldades de falar, durante a coleta de seus depoimentos, no trabalho de campo para esta tese. Embora as militantes tenham participado da luta contra a Ditadura empresarial militar, sendo pioneiras na quebra de tradições e ocupação de novos espaços, Ridente (1990) e Goldenberg (1997) salientam que na história desse período pouco se escutou falar sobre a atuação das mulheres e assistentes sociais na militância política de oposição ao regime, embora estivessem nos diferentes movimentos sociais, em organizações de esquerda, nas guerrilhas urbanas e armadas.

Recuperar suas experiências de violências sofridas e de resistências nas quais se engajaram é, portanto, uma forma de resgatar este momento histórico da realidade brasileira, com o esforço analítico e crítico, na direção de contribuir para a história da profissão, das mulheres e suas lutas, bem como, em algum sentido, também de fazer justiça às suas trajetórias.

3.3 O “Congresso da Virada”: resultado de organização e resistência na história das assistentes sociais

A ruptura [que] consiste [n]a crítica marx-engelsiana estrutura então as bases de uma teoria social que desborda os quadros do estoque de conhecimentos existente, everte as modalidades de apreensão do movimento social real e subverte a função social conhecimento na exata medida em que se constitui, enquanto teoria, a partir do ponto de vista de classe proletária. Os supostos sócio-políticos para esta ruptura estavam postos pela efetividade do movimento operário; mas se a adesão aos interesses deste movimento é a *conditio sine qua non* para a articulação da perspectiva de classe, esta articulação demanda um complexo de determinantes teórica (NETTO, 1998, p. XXVII).

Iamamoto, em entrevista para a revista *Em Pauta* (2015), avalia que o processo de renovação crítica do Serviço Social no Brasil é tributário de amplo movimento pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da Ditadura Militar: a ditadura do grande capital, nos termos de Ianni (1981). Foi no processo de ascensão dos movimentos políticos das classes trabalhadoras, das lutas em torno da defesa do Estado de Direito e da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e mostrou-se sensível aos clamores da história.

No processo das grandes mobilizações operárias e das demandas pela anistia, a partir de 1978, avançou-se muito na luta política e intensificaram-se as demandas por democratização, e, no interior da categoria profissional, os debates que explicitavam as diversas posições teórico-metodológicas e político-ideológicas. Esse é o terreno histórico que desafia a sociedade brasileira, e, em particular, os/as assistentes sociais, impulsionando ao processo da “Virada”, simbolizado pelo Congresso de 1979.

O III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, o conhecido congresso da virada, é a referência coletiva e pública do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, definindo sua direção sociopolítica estratégica voltada ao compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. (Entrevistada Marilda Iamamoto).

O ano de 1979 foi, portanto, um ano decisivo para a oposição ao regime autoritário como um todo. No período anterior, diversos sujeitos exercem um papel decisivo na criação de forças de resistência à Ditadura empresarial militar, impulsionando o processo de reconstrução da democracia.

A classe trabalhadora havia descoberto o seu poder, com fortes vínculos entre lideranças e base (IAMAMATO, 2009). Uma rede de alianças integra organizações populares e a Igreja Católica, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Somasse, às lutas gerais pela redemocratização, os Sindicatos de trabalhadores urbanos, a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e outras organizações da sociedade civil que dão sustentação à oposição partidária: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as associações de moradores de favelas e associações comunitárias que alimentam o movimento popular.

A ditadura militar continuava viva, embora pressionada por forte resistência de amplos setores da sociedade brasileira. Companheiros e companheiras estavam voltando do exílio, outros saindo das prisões e se juntavam aos/às que saíam da clandestinidade e a todos/ as os/as que lutavam pela democracia. Essa conjuntura certamente favoreceu a emergência do movimento que levou à ‘Virada’. (Entrevistada Bia Abramides).

Não podemos pensar o Congresso da Virada, como ficou conhecido o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), como uma somatória de ações de lideranças, um movimento espontâneo. O “Congresso da Virada” foi fruto de uma organização articulada com direção política de parte dos assistentes sociais. E é nessa ambiência sócio-histórica e política, da efervescência da luta de classes neste país e da articulação dos movimentos sociais que se criam as condições objetivas e subjetivas para que aquele congresso assumisse o caráter de Congresso da Virada. Tendo por referência as entrevistas realizadas, são destacados alguns estratos de depoimentos, que alimentam e ilustram este processo histórico, sobre as estratégias e as lutas das assistentes sociais e que resultou nos encaminhamentos daquele Congresso e de suas contribuições para o Serviço Social. De fato, há que se ressaltar as condições com as quais se deparavam essas mulheres do Serviço Social, constituindo os desafios para a “virada”:

A direção nacional do CFAS-CRAS era feita por indicação dos/as que já compunham as direções estaduais ou profissionais por eles/as indicados/as, sem processo de eleição. Nos coibia, não nos possibilitava informações a respeito dos/as assistentes sociais, sua direção estava com o setor conservador e tecnicista da profissão. A direção nacional era feita por indicação dos/as que já compunham as direções estaduais ou

profissionais por eles/as indicados/as, sem processo de eleição. (Entrevistada Regina Marconi).

De fato, tanto do ponto de vista da organização política, especificamente no seio do Serviço Social, quanto das lutas mais amplas por um outro projeto de sociedade democrática, tratava-se de construir alternativas. Segundo Yamamoto (1992, p. 37), assistia-se no cenário brasileiro a reorganização da classe trabalhadora, o que também contribuía para o processo de politização dos setores médios dos quais faziam parte as assistentes sociais. Essa organização, iniciada como um movimento inexpressivo, foi fortalecido pelo apoio de uma esquerda cristã que tinha considerável influência sobre um contingente maior de assistentes sociais inseridos, sobretudo, nas escolas e no movimento estudantil. O bloco católico adquiriu uma maior expressão no final da década de 1970 e na seguinte, quando a organização da sociedade civil se fortalecia, de um lado, e a ditadura civil -militar se exauria, de outro.

Foi esse o contexto de luta de um segmento de assistentes sociais por um Serviço Social voltado para os interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido 'ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocarse, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las' (YAMAMOTO, 1992, p. 37).

No mesmo sentido, Netto resume que o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial, torna-a inteiramente visível no final dos anos 1970 e a conduz a seu momento terminal: compele a oposição burguesa a avançar, inviabiliza a reprodução do regime ditatorial e cria condições para projeções societárias diferentes ao Brasil (NETTO, 2009, p. 663).

Anteriormente já foi comentado o papel que tiveram as lutas pela anistia, no sentido de congregar a organização política na sociedade e, em especial, a inserção das mulheres neste processo. Também, especificamente no âmbito do Serviço Social, esta experiência contribuiu no processo organizativo e como mobilização. Como observa uma das entrevistadas em seu depoimento.

O III CBAS foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos/as assistentes sociais contra a ditadura militar e o poder de classe em que se sustentou. Mas ela é antecedida do compromisso de grupos de profissionais com a organização política dos/as trabalhadores/as contra a opressão e o arbítrio, que moveu a luta pela anistia ampla, geral e restrita, a qual se encontra ainda hoje inconclusa. (Entrevistada Marilda Yamamoto).

Na década de 1980, essa experiência transpôs os muros da academia, atingiu o meio profissional, e fortaleceu-se no processo organizativo da categoria dos assistentes sociais, tendo como um de seus marcos o acontecimento político ocorrido – o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também denominado como Congresso da Virada, realizado em 1979, na cidade de São Paulo. Naquele congresso, os assistentes sociais, sob a direção política do segmento que compunha a vertente de “intenção de ruptura”, fizeram intervenções articuladas, mudaram a direção política do congresso compondo outra mesa de abertura representada por sindicalistas – o que ocorreu na pessoa do líder das greves do ABC paulista, Luís Inácio Lula da Silva – em substituição à anterior, prevista para ser formada pelas autoridades governamentais da época. A intervenção da Coordenação Nacional de Entidades dos Assistentes Sociais (Ceneas) naquele congresso contou, em sua fase preparatória, com o apoio do Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats) que, à época, 1979, era dirigido por Leila Lima Santos.

A Ceneas nasceu de uma articulação nacional que se iniciou com cinco entidades de assistentes sociais (dois sindicatos e três associações profissionais) que tinham como elementos de articulação e de unidade do movimento a luta pelo salário mínimo profissional e uma jornada de trabalho de trinta horas semanais. Ao referir-se à contribuição do Celats ao processo de organização dos assistentes sociais e preparação para intervir no III Congresso, assim expressa Lopes (2003, p. 65, grifo da autora): os organismos latino-americanos, particularmente o CELATS, estão na base do Congresso da Virada. [...] ela foi organizada a partir dos encontros nacionais realizados pela Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais (CENEAS), com apoio financeiro e político do CELATS, como o encontro do Rio de Janeiro que contou com a presença ativa da diretora à época. Também, se organizaram e confrontaram com o Estado, lançando mão da greve, apesar de proibida pela Constituição Federal do Brasil, de 1967 (WERKEMA, 2014, s.p.).

Esse acontecimento, de grande importância para a história do Serviço Social, ocorreu quando a autocracia burguesa, como a denomina Fernandes (1975), tal como exposto no segundo capítulo desta tese, avançava rumo à sua

exaustão: processo esse que avançava pela redemocratização da sociedade brasileira em curso, pela organização da sociedade civil e pela resistência dos trabalhadores no confronto com o capital.

A relação entre as classes, nesse momento histórico, envolveu os espaços privado e público/estatal, mas teve sua maior expressão nas greves do ABC paulista que atingiu seu ápice na década de 1980. Na esteira dessa resistência, expressão do antagonismo de classes, os trabalhadores do serviço público, dentre eles, um dos segmentos dos assistentes sociais, líderes da Pastoral Operária, sob a inspiração da Teologia da Libertação e militantes dos movimentos populares.

Chegamos para o III Congresso com o Manifesto das entidades sindicais, sob a direção da CENEAS, e também nos dividimos para uma intervenção nos grupos. Fomos bem articuladas: O clima naquele congresso era de efervescência e insatisfação, além do ânimo guerreiro que se manifestava naquele plenário, incutindo força e coragem para resistirmos às ameaças das autoridades do regime de intervir no Congresso. Certamente, não foi fácil conduzir aquele processo, mas tomamos a direção do Congresso, e propus a moção para substituir a Comissão de Honra, composta pelo General Figueiredo; Paulo Maluf, governador de São Paulo; Jair Soares, Ministro da Previdência; Murilo Macedo, Ministro do Trabalho, que cassou a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Lula; e Antônio Salim Curiati, prefeito biônico da Capital. Como se vê, a Comissão de Honra escolhida pela direção do Congresso era formada pelas principais figuras da ditadura militar dos níveis federal, estadual e municipal. Aprovamos a moção, eles foram afastados e substituídos pelos sindicalistas cassados; os/as trabalhadores/as demitidos/as e perseguidos/as pelo regime; a Comissão pela Anistia e o Movimento Contra a Carestia. (Entrevistada Deputada Erundina).

A despeito do conservadorismo que imperava entre as assistentes sociais, muitas outras, que sofreram demissões, prisões e clandestinidade, continuaram na luta e organização na perspectiva de ruptura com o serviço social conservador.

Nossa profissão era, em sua maioria, constituída de pessoas que não tinham um posicionamento crítico, não tinham uma militância política, mas um grupo de assistentes sociais que já vinha se organizando criaram condições para a organização do caldo cultural e político do Congresso da ‘virada’ que caracterizou aquele momento da história do país. (Entrevistada Marilda Iamamoto).

De acordo com Leila Escorsim (2011) a noção de pensamento conservador, numa primeira aproximação, está associada ao verbo conservar. O que expressa o ato ou o efeito de preservar algo, manter, seja no campo dos valores, das ideias, das concepções de mundo como vincula-se ao cotidiano e ao imaginário dos sujeitos ao algo natural, e, dessa forma, é importante que seja preservado. Por outro lado, o termo e o tema conservadorismo podem ser encontrados, inicialmente, como um movimento de “reação ao Iluminismo e, em particular, às consequências da Revolução Francesa, apresentando inúmeras e polimórficas faces”. Dialogando com Santos (2018, p. 44), temos que o pensamento conservador não se constitui algo inato à formação dos indivíduos.

O pensamento conservador, tal como entendemos aqui, distancia-se, portanto, da mera noção semântica. A discordância é explícita: nem somos todos conservadores nem existe uma essência humana própria e aprisionada em cada indivíduo singular. Diferente disso, a essência humana se forma, se deforma e se transforma nas relações sociais e, somente a partir deste parâmetro, pode ser pensada e entendida. Uma das primeiras lições que aprendemos ao refletir sobre o conservadorismo é sua capacidade de provocar confusão sobre sua própria natureza e sobre a natureza dos fenômenos com os quais interage. Essa confusão dificulta o discernimento teórico-ético-político que os indivíduos precisam ter, no processo de formação da consciência de classe, contra tudo que explora e oprime.

O conservadorismo, por mais estranho que possa parecer, tem enorme capacidade de se atualizar e permanecer presente na vida social. Em relação à história da profissão, como já apontado anteriormente, o conservadorismo nunca esteve ausente na história da profissão, mas não impediu que ocorressem resistência e lutas no sentido progressista e crítico. É importante registrar as lutas de uma parcela dessas mulheres que participaram em forma, espaços e temporalidades distintas, mas que mostra que estiveram presentes em várias organizações.

O extrato de depoimento de uma das entrevistadas ilustra, também e claramente, esta concepção, ao observar que:

Em primeiro lugar, dizer que o ano de 1979 não começa em 1979, nem tampouco acaba em 1979. Tivemos várias articulações, congressos para chegarmos e fazermos a Virada. Quero ressaltar o papel do Sindicato dos/as Assistentes Sociais, longe da perspectiva corporativista, logo, inteiramente acoplado à luta dos/as trabalhadores/as. Naquele momento, a classe trabalhadora retomava um sindicalismo, autônomo, de massas, livre, de base, de ação direta com as grandes mobilizações e greves sob a direção da classe operária, configurando-se em um

sindicalismo classista. Este forte e combativo movimento sindical impulsionou, de norte a sul deste país, que trabalhadores/as de outras categorias de profissionais se somassem às lutas operárias e às lutas populares. (Entrevistada Bia Abramides).

Registrar as resistências das mulheres do Serviço Social, de forma geral, no período da ditadura, como um movimento de luta contra as desigualdades e de compromisso com a luta da classe trabalhadora, é destacar a perspectiva de tentarem romper, também, com o esquema de formação profissional conservador da época. Nesse âmbito, tem-se a importante contribuição de Leila Lima Santos que registra a importância do CELATS para a dimensão política do Serviço Social.

Existia apoio aos processos de mobilização e de identidades da categoria em todo o continente; queríamos romper esquemas, reposicionar a profissão no contexto político e nas ciências sociais, preparar e capacitar profissionais comprometidos. A proposta da Escola de SS de MG (PUC-MG, 1972/75) respondeu aos mutantes ventos do momento e, inspirados nos movimentos continentais de radicalização daquele período, quisemos romper com o esquema de formação profissional. Alinhamo-nos a um novo marco teórico-metodológico, conhecido como Método BH, que se referia basicamente à relação entre conhecimento, processo de intervenção direta com instituições e grupos de população, por meio do que chamamos de aproximações sucessivas entre teoria e prática, entre indivíduo e sociedade. Foi esta também uma experiência coletiva que reuniu profissionais de Serviço Social altamente qualificados/as e cientistas sociais de ponta em Belo Horizonte (MG). Uma das principais contribuições desta experiência foi sem dúvida haver tentado uma reinterpretação da profissão e sua inserção na sociedade, desvelando ângulos políticos da ação profissional. Cultivávamos um espírito de afiliação e identidade a uma dimensão continental, e sentíamos que consolidávamos nossas ousadas ideias de um projeto de formação profissional alternativo em plena vigência da ditadura militar, que terminou por abortar este fascinante e coletivo processo entre professores/as e estudantes. Como é conhecido, o CELATS impulsionou programas de estudos, formação, treinamento e debates teóricos, junto a várias experiências inscritas na linha renovadora do SS latino-americano, que se constituíram num dos afluentes do Congresso da Virada. Ali nos empenhamos basicamente em buscar uma nova prática profissional continental, a partir do estímulo a estudos e pesquisas sobre a natureza política e projeção do SS. Evocam-se também aqui os seminários, ‘talleres’, estudos, Produção da revista ‘Acción Crítica’ (WERKEMA, 2014, s.p.).

Beatriz Abramides (2017) ressalta e analisa, ainda, nesse movimento de organização, o papel do Sindicato dos/as Assistentes Sociais, longe da perspectiva corporativista e inteiramente acoplado à luta dos/as trabalhadores/as. Naquele momento, a classe trabalhadora retomava um sindicalismo, autônomo, de massas, livre, de base, de ação direta com as grandes mobilizações e greves sob a direção da classe operária, configurando-se em um sindicalismo classista. Este forte e combativo movimento sindical impulsionou, de norte a sul deste país, que trabalhadores/as de outras categorias de profissionais se somassem às lutas operárias e às lutas populares.

O Congresso da Virada explodiu e soltou a proposta para o país todo, mas não foi ele que a solidificou. Esta proposta é solidificada nos momentos seguintes, quando da formação das APAS, formação dos Sindicatos, formação de chapas de oposição aos CRAS, formação de chapa de oposição ao CFESS, eleição direta para as diretorias das unidades de ensino, alianças cada vez mais fortes com o movimento estudantil. Fomos, passo a passo, conquistando esse grande espaço que hoje, de alguma forma, temos nas mãos (Entrevistada Bia Abramides).

O Serviço Social como formação profissional passava por alguns avanços e as assistentes sociais que tiveram essa formação e/ou vinham das lutas anteriores à Ditadura empresarial militar expressaram seus compromissos críticos no marco de 1979 e no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – III CBAS. Este é um episódio em que a categoria profissional anunciava claramente outra perspectiva e se declarava como sujeito em demonstração de resistência à ditadura empresarial militar instaurada no Brasil pelo grande capital em 1964.

A partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em 1979, no “ano da virada”, iniciou-se uma ampla reforma no Serviço Social, desde a formação acadêmica, com introdução de novas disciplinas, até a recomposição das direções das associações representativas da categoria de assistentes sociais.

O saldo do período [...] é nitidamente positivo: sem esses caminhos e descaminhos, o Serviço Social brasileiro (em todos os domínios, da sua qualificação acadêmica à sua forte organização profissional) não teria se alçado ao nível onde hoje se encontra (NETTO, 2004, p. 24).

Como consequência, teve-se em 1982, a elaboração do novo currículo acadêmico, tendo como foco central a categoria trabalho, possibilitando então a vinculação desses profissionais com uma dimensão de classe. Essa e outras lutas foram e serão conquista fundantes na vida profissional, política e social

das gerações que sucederam aquela dos anos 1970. Como compromisso de identificar e contar essa parte da história da profissão, o CFESS lançou, em maio de 2017, o projeto “Serviço Social, memórias e resistências contra a Ditadura Militar”, que teve a intenção de retirar do anonimato, a partir da coleta de seus depoimentos, as assistentes sociais que vivenciaram violações de direitos em função da Ditadura empresarial militar.

A ‘Virada’ não fomos só nós que fizemos; foi o povo que nos empurrou para ela. Precisamos, então, dar uma ‘prega’ nesses trinta anos que se passaram e refazermos os caminhos da profissão. Não basta ter um currículo acadêmico moderno e avançado, se não repercutir na formação e na prática profissional. (Entrevistada Deputada Erundina).

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2012), foi no final dos anos 1970, especialmente em 1979, com o “Congresso da Virada”, que brotou o novo projeto profissional. Este avançou, nos anos 1980, devido ao cenário de redemocratização da sociedade brasileira e de ressurgimento das lutas sociais por direitos que alimentou a direção sociopolítica do projeto profissional devido ao engajamento do Serviço Social neste processo. O novo projeto se consolida na década de 1990, ancorado nos estatutos legais, a saber: a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/93), Código de Ética do Assistente Social de 1993 (CFESS, [2012]) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 (ABEPSS, 1996), constituindo seu tripé.

É possível considerar como expressões significativas do legado do Serviço Social brasileiro das décadas de 1970 e 1980: a apropriação da teoria crítica marxista, que favoreceu o enfrentamento do conservadorismo, ao permitir a compreensão da realidade em toda a sua complexidade e contradição e assim contribuir para o amadurecimento teórico, ético e político do Serviço Social no Brasil (i); o processo de reorganização e fortalecimento das entidades representativas da categoria em uma perspectiva combativa, que favoreceu a vinculação às lutas classistas e às lutas da classe trabalhadora (ii); e a reforma curricular, a produção do conhecimento na área, a construção coletiva do Código de Ética do/da Assistente Social e da atual Lei de Regulamentação da Profissão (iii).

Depois que o Congresso foi realizado, o rastilho de transformação se espalhou pelo país – não tínhamos naquele momento nem internet nem celular –, pelas pessoas que voltaram para as suas cidades e contaram emocionadas o que foi havia acontecido. O processo coletivo se iniciava. Tivemos, durante anos, vários obstáculos no interior da categoria, que paulatina e constantemente foram superados. Houve uma luta árdua e

difícil, em que não tivemos durante todo o tempo a hegemonia que acabou sendo conquistada ao final desse processo. Essa hegemonia que conquistamos, e que hoje define a direção ético-política e teórica dessa categoria, precisa ser constantemente realimentada, pois a oposição, os/as conservadores/as, a resistência ao processo continua e obviamente aí está. (Entrevistada Bia Abramides).

Assim, inserido nessa luta, o segmento dos assistentes sociais que, no bojo desse processo, avançava o seu nível de consciência política e, colocando-se como trabalhadores, fortalecia sua opção política, procurou romper com as bases do conservadorismo no Serviço Social e buscou construir outro projeto profissional, outra concepção de sociedade.

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto (BARROCO, 2011, p. 215).

Compreende-se a necessidade dessa memória da história vivenciada por essas mulheres, sendo possível lembrar Santos (2018), quando observa o quanto é fundamental resgatar a memória quanto à relevância histórica do projeto ético-político profissional e, em particular, do Código de Ética Profissional, afirmando: “o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo...” (ABEPSS, 1996).

Aqui, coube registrar uma parte da história dessas mulheres do Serviço Social brasileiro, em suas resistências frente à Ditadura empresarial militar, mas também em outras lutas, incluindo-se a organização acadêmico-política do coletivo profissional. Esse resgate procurou demonstrar que é essencial que isto seja mantido vivo na memória de todas as gerações de estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro, resultado da investigação e análise da inserção de mulheres estudantes, profissionais e/ou docentes do Serviço Social, e como vivenciaram as experiências de violências e resistências, no período da Ditadura empresarial militar, no Brasil, de 1964 a 1985, tratou de registrar memórias das violências sofridas pelo aparato repressivo estatal e as repercussões decorrentes para suas vidas profissionais e pessoais. A obra também se voltou a recuperar as múltiplas formas de resistências que se inseriram durante o regime ditatorial, seja em relação à perspectiva geral de afirmação de um projeto de sociedade democrática, seja nas diferentes pautas e movimentos sociais do período.

Do ponto de vista de sua inserção no Serviço Social, foram também explorados os processos que germinavam na direção do desenvolvimento teórico-metodológico da profissão de Serviço Social, em uma perspectiva crítica, e que experimentaram, naquele período ditatorial, uma contenção em seu avanço, só passível de se erguer e ser formulado, de forma mais consistente, em 1979, com o denominado “Congresso da Virada”.

No processo de exposição dos resultados da pesquisa, foi possível apresentar os significados do golpe de 1964 e sua materialização enquanto contrarrevolução preventiva, tal como expresso por Florestan Fernandes (1976), tendo por base o exercício do poder político pela elite do grande capital e de uma burocracia autoritária sem menor perspectiva de diálogo com as classes populares e a população em geral sobre as substantivas e significativas mudanças na sociedade e na esfera estatal.

Não por acaso, a meta principal foi a destruição das organizações políticas e a repressão dos movimentos sociais progressistas e/ou de esquerda. Nesses termos, o golpe foi saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma autêntica “Revolução”.

E, de fato, o foi, do ponto de vista do capital, ao ampliar a exploração do trabalho, expandir as relações de dependência ao grande capital internacional – o maior beneficiário do processo ditatorial –, e ao aprofundar a histórica desigualdade social no país – assim, se explicitam a produção e reprodução das relações sociais no Brasil, naquela quadra histórica.

O golpe de Estado, que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart, em 1964, e logo se denominou “Revolução Redentora”, foi feito sob pretexto de defender a nação e a democracia do perigo mundial do comunismo, erguendo-se como destrutiva e violenta Ditadura empresarial militar. Assim, novas (velhas) ideologias mistificadoras foram incorporadas numa conjuntura, de fato, de crise estrutural do capital. No livro “A ditadura do grande capital”, de Ianni (1981), é encontrada uma das

mais lúcidas análises sobre a natureza de classe da ditadura implantada a partir de 1964, ao desvendar o vínculo estrutural entre aquela ditadura e os interesses privados do capital nacional e internacional.

Ao largo da grave crise econômica e política no país, são atualizados traços históricos que fazem parte da burguesia brasileira, associada à dependência externa e de sua vergonhosa subalternidade nessa aliança. Esta aliança foi expressa como especial devoção à relação de mando e obediência, alimentado pela apropriação privada da coisa pública mediante a captura do Estado nacional para fins privados. Esse é um reiterado traço da revolução burguesa no Brasil, segundo interpretação de Florestan Fernandes (1976) – o que ocorre mantendo a dependência externa e a desigualdade do desenvolvimento interno, conduzido por uma burguesia nacional associada ao grande capital internacional.

Analisar as desigualdades, hierarquias e tensões que se formam e se transformam no curso da história, requer também que sejam registradas as revoltas, greves e resistências, enfim, as múltiplas lutas dos setores subalternos. Ao escrever sobre o golpe de Estado na França, em 1848, o 18 Brumário de Luís Bonaparte, Karl Marx (1997) comentou, ironicamente, que a sociedade é, frequentemente, salva todas as vezes que o círculo dos seus dominadores se restringe e um interesse mais exclusivo se sobrepõe.

Qualquer reivindicação, ainda que a da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do mais formal republicanismo, da mais trivial democracia, é, ao mesmo tempo, castigada como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”, comunismo. Assim, ocorreu na ditadura brasileira, quando muitos homens e mulheres foram arrancados da cama no meio da noite e da névoa, através da invasão de suas casas, colocados em camburões, lançadas/os na prisão, clandestinidade e/ou enviados para o exílio, universidades invadidas, violências e perdas de direitos em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem. Esse trecho de Marx sobre a França de 1848 parece descrever, exatamente, o que ocorreu no Brasil, durante e logo após o golpe de Estado de 1964.

O silêncio em relação aos acontecimentos ocorridos se dá em um contexto no qual predomina o recalçamento do passado violento que, não elaborado, espalha suas teias de dor e sofrimento no presente – presente este que encobre tanto a violência do passado quanto a violência atual, onde o patriarcado e a divisão sexual do trabalho se materializam nos limites da participação política das mulheres, nas formas das violências contra elas, em meio à produção e reprodução social das relações sociais capitalistas.

Para algumas mulheres, os traumas da ditadura são, portanto, individuais e coletivos. O ato de lembrar o passado tem, nesse sentido, a função de resgatar uma utopia não realizada, uma proposta política que poderia

ter desencadeado outro tipo de organização social, menos desigual e alienada, mas que foi impetuosamente suspensa dado o caráter exacerbado da repressão, violência e violação de direitos impostos pela Ditadura empresarial militar.

Nos limites e possibilidades nos quais conseguiram recriar a dor, o medo e a violência cotidiana, essas mulheres contaram sobre as perseguições antes e depois da ditadura, nos âmbitos pessoal, familiar, profissional e político: as reviravoltas com a perda de empregos; os deslocamentos entre cidades e estados como clandestinas ou buscando novas condições de vida sob a ditadura; o impacto no ambiente das universidades e/ou outras instituições em que se inseriam, com consequências para a formação e atuação profissional; e os limites da organização e construção política de um outro projeto de sociedade, mais justa e menos desigual, sob o jugo do silêncio imposto e das perseguições políticas.

Fica evidente que, para a Ditadura empresarial militar, a mulher militante e de esquerda não era apenas uma opositora ao regime: era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos e que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como esta questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações patriarcais têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais, tendo no patriarcado e na divisão sexual a mola fundante para a manutenção dessa ideologia e preconceitos.

A repressão que procurou desconstruir o sujeito político mulher, especifica-se para as mulheres, em seu avanço sobre as dimensões do feminino, seja na sexualidade, seja na sua maternidade, atribuindo-lhe a condição de indivíduo desviante; buscando demonstrar às mulheres que elas estavam fora do seu lugar: o espaço do poder político é historicamente reservado aos homens.

As desigualdades nas relações patriarcais são visíveis em todas as instâncias sociais, não sendo exclusivas da repressão, mas constantes de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. E, de fato, vivencia-se, de forma cada vez mais intensa, as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista desde o período que Hobsbawm (2005) denominou de a Era do Capital, quando a banalização da vida humana é resultado de processo de mercantilização das relações sociais.

A pesquisa investigou a atuação das estudantes, assistentes sociais e/ou docentes na militância política durante a Ditadura empresarial militar, o que permitiu fazer um contraponto com questões vinculadas às relações patriarcais, à violência e à participação política das mulheres nos movimentos da época, em sua multiplicidade de lutas e resistências e/ou nas distintas organizações políticas e partidárias da época. As trajetórias das mulheres evidenciaram suas convicções políticas, objetivando uma sociedade mais justa e igualitária, o que

custou às mesmas diversas formas de repressão materializadas nas seções de tortura que deixaram marcas em seus corpos e mentes.

Neste sentido, este livro se propõe, também, a amplificar a fala das mulheres, já que estão quase sempre ausentes nos relatos históricos, incluindo-se esse período da história da resistência à Ditadura empresarial militar. Como já foi dito, acredita-se na importância de ressaltar que a história da repressão durante a Ditadura empresarial militar, assim como do ponto de vista da oposição a esse regime, é uma história masculina, o que é amplamente retratado na literatura existente sobre o período. As relações patriarcais de gênero estão, na maioria das vezes, daí excluídas, apesar de se saber que tantas mulheres, juntamente com os homens, resistiram à ditadura e lutaram pela redemocratização do país. Ousar adentrar o espaço público, político, masculino por excelência, foi o que fizeram essas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações, movimentos sociais e/ou partidos existentes no país durante a Ditadura empresarial militar.

Há uma particularidade na inserção das mulheres nessas lutas e nas reações do regime repressivo. Quando as mulheres eram levadas presas, sofriam não apenas com a tortura, mas também com sua expressão na forma de abuso sexual, na exploração de sua maternidade, ou no medo de que isto pudesse ocorrer, isto é, naquilo que lhes especificam como mulheres. Naquilo que se identificou, especificamente, em relação às violências sofridas por estas mulheres, muitas relataram que tinham as roupas rasgadas; levavam choques em suas partes íntimas; uma mencionou que foi estuprada e outras de que eram violentadas – em ambos os casos, há corroboração destas informações, entre as mulheres do Serviço Social, quando triangula-se com a revisão teórico-bibliográfica e com os registros de fontes documentais.

Os materiais utilizados como fontes primárias e secundárias, durante a exposição da tese, demonstram de que maneira os torturadores usavam a questão da mulher nas torturas contra as presas: seja ameaçando com o abuso e, de fato, o praticando; seja ameaçando os familiares ou levando-os para presenciarem as sessões de tortura, incluso, de forma significativa, os filhos pequenos. Ademais, estas mulheres foram brutalmente torturadas em sessões que destruíam não apenas seu físico, mas também a dimensão psíquica.

Mesmo com tanta violência exercida contra as mulheres, elas resistiam bravamente aos interrogatórios e chegavam a surpreender, inclusive os torturadores, com tamanha força e resistência. Registra-se que a violência, seja essa física, moral, sexual, psíquica, institucional e/ou de outra natureza, se instaurou no cotidiano dessas mulheres, obrigando-as a vivenciarem sofrimentos, humilhações, negações e mortes.

É frente a esse passado e presente que se afirma, mais uma vez, a importância dos movimentos de mulheres – e, particularmente, o feminista – que contribuíram para avanços no campo da violência contra a mulher.

Também não se poderia deixar de concluir esta tese sem distinguir e registrar, na participação das mulheres contra a Ditadura empresarial militar, o que foi realizado pelas mulheres do serviço social. Isto ocorreu nas suas várias manifestações de resistências, quando essas jovens sonhavam e lutavam por uma sociedade mais justa, igualitária ou socialista – tanto genericamente, quanto em lutas e movimentos específicos. Também destacam-se as resistências desde o mundo estritamente privado, quando o chefe da família (marido, pai, irmão) perdia o seu emprego, era preso, assassinado ou “desaparecido” político, e/ou mesmo em sua rebeldia e questionamento das próprias relações familiares sustentadas em relações patriarcais de gênero.

O mesmo pode ser dito deste questionamento a que se vincularam nas próprias organizações políticas das quais participaram, onde as lutas específicas das mulheres ainda pareciam ser uma questão menor, dada a urgência da luta maior e, por fim, até a atuação das mulheres junto ao específico Movimento Feminino pela Anistia. Nesses termos, as mulheres foram capazes de demonstrar que entendiam de política, ao lutarem contra a desagregação moral da unidade familiar sugerida e/ou imposta pelos regimes autoritários, que procuravam desmoralizar os sentimentos mais profundos das mulheres como mães, esposas, irmãs e filhas.

As mulheres resistiram ao patriarcado e ao machismo não apenas dentro de casa, ou descobrindo formas diferentes de enfrentar a clandestinidade, quando os partidos progressistas foram proibidos, mas também no exílio. Isto porque muitas mulheres tiveram que deixar seu país para continuarem vivas. Em consequência de duas décadas de repressão e violência estatal, vários sujeitos, dadas suas trajetórias de lutas sociais, continuam desaparecidos. Por isso, resgatar essa história é necessário, não só para que não se percam as conquistas e frutos legados por essas mulheres, em muitas lutas e resistências, mas também para a mudança do presente e do futuro.

Destacam-se as resistências e as lutas não apenas das mulheres que sofreram violência direta durante a Ditadura empresarial militar, em especial as estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social, mas de toda uma geração de filhas, esposas e/ou das mães de militantes que entraram na luta pelos caminhos dos laços afetivos, apoiando seus familiares, de forma direta ou indireta. Uma segunda esfera das lutas que merece reconhecimento é a das militantes que decidiram atuar nos partidos, organizações, movimento estudantil e entidades, introduzindo, a duras penas, o ser mulher na estrutura das organizações clandestinas.

Uma terceira forma de luta e resistência é das mulheres que foram presas e torturadas, tendo seus corpos transformados em campos de batalhas. E, por último, as perseguições que sofreram depois da prisão e continuaram

resistindo no cotidiano da vida pessoal, profissional e/ou política e, especificamente, na categoria profissional do Serviço Social.

As lutas das estudantes, assistentes sociais e/ou docentes durante a Ditadura empresarial militar contribuíram para que o Serviço Social brasileiro se modificasse, significativamente, a partir da década de 1980, com o legado dos processos de renovação do Serviço Social e/ou reconceituação, particularizando-se em sua realidade nacional, em especial a vertente “intenção de ruptura”. Afinal, o serviço social brasileiro iniciava e/ou desenvolvia, a partir daquele momento, um novo estágio em seu ethos profissional.

É possível dizer que os processos vividos na – e influenciados pela – Ditadura empresarial militar, contribuíram para a vertente da “intenção de ruptura”, se contrapondo ao conservadorismo que era predominante no serviço social. Outra questão que merece ser destacada são as organizações sindicais e o movimento estudantil na sua contribuição para o Congresso da “Virada”, que foi resultado da concatenação de vários embates e de vários caminhos. De fato, expressava-se naquele momento, uma conjuntura densa e de luta e que se traduziu em caldo político e sociocultural, no qual o Serviço Social também buscou suas fontes e avançaria em direção a um outro projeto profissional, mas que mobilizou vários e distintos segmentos da sociedade brasileira.

Entre estes vários embates, especificamente em relação ao Serviço Social, devem ser destacados e registrado alguns deles, que foram essenciais ao processo que desaguaria naquele Congresso e nos caminhos da profissão que dali se seguiram – além do principal, que foi a inserção das mulheres do Serviço Social frente à Ditadura empresarial militar, de 1964-1965, como foi defendido ao longo deste livro: o desenvolvimento do Método BH, em Minas Gerais; o processo de Renovação do Serviço Social e sua particular inserção no Movimento de Reconceituação frente às distintas experiências na América Latina; o debate que se promovia no CELATS e ALAETS; a experiência do movimento estudantil e o processo de organização sindical desta categoria profissional.

De fato, chegando ao final deste livro, cabe analisar o importante processo do que aqui foi possível trazer como resultado da pesquisa realizada, mas deve ser reconhecido, também, os limites encontrados, especialmente no sentido de deixá-los como perspectivas para trabalhos futuros. Assim, reconhece-se, de um lado, que a chave de leitura utilizada para perseguir a hipótese de trabalho, foi aquela que se fundamenta no trinômio patriarcado-racismo-capitalismo.

Desta forma, a dimensão do racismo não foi tratada diretamente, mas quero registrar que compreendemos como fundante e abordo quando trato a formação da sociedade brasileira. Gonzales (1982) assevera que pela existência de espaços hierarquizados no mundo do trabalho, em função da raça e também

do sexo (não numa perspectiva biologizante, mas antes em função de construções sociais) torna-se evidente o lugar de maior aprofundamento da subalternização, pela existência de múltiplas determinações que recaem sobre a vida da mulher negra "[...] (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho" (GONZALES, 1982, p.96, parênteses da autora).

De outro lado, é necessário, também reconhecer, que ao explorar o tema da inserção das mulheres do Serviço Social na Ditadura empresarial militar de 1964–1985, os resultados alcançados ainda carecem, fortemente, do investimento acadêmico futuro, na pesquisa e em estudos daquele período, a fim de solidificar a explicação e explicitação da inserção destas mulheres em sua articulação com a história da profissão. Dessa forma, este livro, em sua originalidade e no que foi possível explorar e avançar, traz também estas lacunas que merecem e devem ser aprofundadas a fim de que a história da profissão possa ser melhor elucidada, em especial naquele período histórico.

Para finalizar, deve ser ressaltado que essas mulheres ousaram não apenas enfrentar a ditadura, mas também, hoje, a partir da provocação desta pesquisa, a enfrentar e vasculhar suas memórias, expor suas dores, angústias e lembranças mais íntimas para que se torne possível lembrar sempre do que aconteceu durante o doloroso processo de ditadura de 1964–1985 no Brasil. Considera-se que uma ditadura não se apaga com eleições, ausência de participação popular, pragmatismo e acordos políticos e, nem mesmo, com uma Constituição, embora eleições e constituições sejam muito importantes. Os militares não pagaram pelos seus crimes, e, do ponto de vista dos militantes, não houve, de fato, uma anistia e tampouco a memória desse período histórico foi amplamente reconstruída e divulgada.

Urgências de ontem e de hoje, pois, afinal, em tempos sombrios como o atual, o Brasil expõe suas feridas desse tempo histórico com novas formas autoritárias e um profundo desconhecimento, por parte das novas gerações, do significado e das consequências da Ditadura empresarial militar. No discurso e debates correntes, esta constatação figura em comparações desavisadas entre os anos da ditadura brasileira e os atuais, seja retomando o medo da ameaça comunista – fantasma que nunca assustou, de fato, o Brasil –, seja na manutenção de parte da legislação, seja nas práticas políticas no pós-ditadura. Também figura a partir do desconhecimento dos processos econômico-políticos e socioculturais que marcam a formação social brasileira e que foram determinantes em seus rumos ao regime ditatorial. Tais processos fazem com que se relembre Florestan Fernandes, ao advertir sobre as possibilidades da democracia no Brasil: "[...] a 'democracia burguesa', nessa situação, [...] [é] de fato uma 'democracia restrita', aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa" (1975, p. 212).

No campo profissional, é necessário dar continuidade à luta e história das mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes que viveram as agruras do terror da ditadura, numa perspectiva de fortalecer o projeto profissional do Serviço Social, através da articulação com os sindicatos de esquerda, movimentos sociais, com as entidades da categoria (como CFESS, ABEPSS e ENESSO). Mais do que nunca o grande desafio é materializar princípios éticos que se destaquem na relação entre os valores profissionais e a totalidade das relações sociais de gênero, sexualidade, raça e classe objetivando respeitar e defender os interesses de segmentos oprimidos.

Resultado dos avanços da profissão, em seu desenvolvimento teórico-metodológico e ético-político, advindo do processo de redemocratização, o Código de Ética continua tão válido quanto quando foi formulado, em especial ao afirmar o necessário desafio do exercício profissional em Serviço Social “sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, e condição física” (CFESS, [2012]).

Dialogando com Conceição Evaristo “Escrever é uma maneira de sangrar’. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...”De fato, neste livro, esta urgência foi perscrutada, pois as memórias resgatadas e discutidas recuperam a história de ontem, expõem os desafios da atualidade e advertem sobre aqueles do presente e futuro que chamam para a organização coletiva e para a resistência.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr.2017.

ALBERT Hening Boilesen. [20--]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/albert-hening-boilesen/index.html>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ALVAREZ, S. Feminismos latino-americanos. **Revistas de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 265-284, jan. 1998.

ALVES, M. E. R.; VIANA, R. (Org.). **Política para as mulheres em Fortaleza: desafios para as desigualdades**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ALVES, M.E.R. **Pequena memória para um tempo sem memória?: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, M. P. Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação. In: MONTENEGRO, A. T.; RODEGHERO, C. S.; ARAÚJO, M. P. (Org.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.

ARNS, P. E.; SOBEL, H.; WRIGHT, J. **Brasil: Nunca mais**, um relato para a história. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARNS, Paulo Evaristo 2014. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. BRASIL Nunca Mais (BNM). **Projeto Brasil: nunca mais**. Projeto "A", 6 tomos, 12 v. São Paulo> Arquidiocese de São Paulo, 2014

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Brasília, DF, 1996. Arquivo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377

210.pdf. Acesso em: 16 set. 2017.

ATRÁS de portas fechadas. Direção: Krishna Tavares e Daniela Gaspar. São Paulo: DocumentArt Filmes e Produções Culturais, 2014. Documentário (74 min.). Son. Color.

ÁVILA, M. B. Feminismos, pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: TEIXEIRA, M.; ALVES, M. E. R. (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade**: desafios para o Serviço Social. Brasília: Editorial Abaré, 2015. p. 19-45.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Soc. Estado**, [online], v..24, n. 2, p. 401-438, 2009. ISSN 0102-6992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000200004>. Acesso em: 15 set. 2017.

BARROCO, L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BASTOS, N. S. **Elas por elas**: trajetórias de mulheres de esquerda: Brasil anos 1960 a 1980. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

BATISTONI, M. R. **Entre a fábrica e o sindicato**: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987). 2001. 486 f. Tese (Doutorado em Serviços Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 13 jun. 2018.

CAMURÇA, S. ‘Nós Mulheres’ e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, Ano I, n. 0, p. 12-25, dez. 2007.

CARVALHO, L. M. Mulheres que foram à luta armada. **Jornal Mulherio**, n. 6, mar./abr.1992.

CHASIN, J. Manifesto editorial. In: **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Editora Ensaio, 2000.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. São Paulo: Editora Autentica, 1999.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014a.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista materialista. **Temporalis**, [s.l.], n. 28, ano 14, p.133-149, jul./dez. 2014b.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à memória e à verdade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 400 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura**: depoimentos. Brasília: CFESS, 2017.

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A.; CASTRO, C. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

- DELPHY, C. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H. et. al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 173-178.
- DOCUMENTO de código **AC - ACE 39189/84**, datado de 01 de dezembro de 1984. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional.
- DOCUMENTO de código **AC - ACE 68035/7**, Assunto: Instituto de Solidariedade Internacional (ISI), datado de 11 de setembro de 1973. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional.
- DOCUMENTO de código **AFZ - ACE 1568/82**. Assunto: Atividades subversivas de elementos da Ação Popular Marxista Leninista, no Ceará, datado de 09 de agosto de 1982. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional
- DOCUMENTO de código **ASP ACE 12514/82**. Assunto: Ciclo de Debates sobre Serviço Social, datado de 20 de agosto de 1982 Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional
- DOCUMENTO de código **ASV ACE 195781**. Assunto: Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAEETS) - Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), datado de 23 de julho de 1981. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional.
- DOCUMENTO de código **MCP PRO-0432**. Assunto: Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, datado de 11 de julho de 1975. Serviço Nacional de Informações (SNI). Acervo do Arquivo Nacional.
- ENGELS, F. **O papel da violência na história**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.
- ENGELS, F. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. In: MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2002. (v. 3).
- ESCORSIM, L. **O pensamento conservador clássico: caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2006.

FERNANDES, F. **Brasil**: em compasso de espera, pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Revisitando o Brasil, v. 4).

GASPARI, É. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOLDENBERG, M. Mulheres e militantes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, [s.p.], 1997.

GONZALES, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GUILLAUMIN, C. Práctica del poder e idea de naturaleza. In: CURIEL, O.; FALQUET, J. (Comp.). **El patriarcado al desnudo**: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

GURGEL, T. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. **Cadernos da Crítica Feminista**, ano V, n. 4, p. 30-45, dez. 2011.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/UnB, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: Trabalhos e Formação Profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 35, v. 13, p. 225- 247, jan./jun. 2015. Entrevista concedida a Isabel Cristina Costa Cardoso e a Monica de Jesus Cesar.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, 2007. Entrevista concedida a Leila Lima Santos.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Celats/Cortez, 2007.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KERGOAT, D. Dinâmica da consubstancialidade das relações sociais. **Revista Novos Estudos**, [online], n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LEITE, R. S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

MERLINO, T.; OJEDA, I. (Org.). **Direito à memória e à verdade**: luta, substantivo feminino. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

NASCIMENTO, F. F.; STAMPA, I. T. 2015. 20 f. **Trabalho e trabalhadores no Brasil da Ditadura empresarial militar**: o Serviço Social e as formas de ação do SISNI (1964–1985). Iniciação Científica (Graduação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

NETTO, J. P. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, v. 79, p. 5-26, set. 2004a.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 2005.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceituação. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 59-75, 2004b.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.

O DIA que durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. Cidade do México: PEQUI FILMES, 2012. 3 episódios (78 minutos). Son. Color. Disponível em: <https://canalcurta.tv.br/series/serie.aspx?serieId=487>. Acesso em: 28 jun. 2015.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, C. R. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, F. B. D. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro**: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania. **Perseu Abramo**, São Paulo, ano 3, n. 3, p. 42-72, maio 2009.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

QUE bom te ver viva. [2---]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/filmografia/que-bom-te-ver-viva-2/index.html>. Acesso em: 27 nov. 2018.

RIDENTI, M. As mulheres na política: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 4. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.
- SANCHEZ VÁSQUEZ, A. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- SANTOS, S. M. M. O avanço do conservadorismo na seguridade social e as implicações na concepção de família. In: ENCONTRO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 5, 2018, Brasília. **5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social**. Brasília: CFESS, 2018. p. 42-53.
- SARTI, C. A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 264, maio/ago. 2004.
- SILVA, C.; CAMURÇA, S. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.
- SILVA, M. O. (Org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SIMÕES, S. D. **Deus, pátria e família**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995
- SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VENTURA, Z. **"1968, O Ano que Não Terminou"**. São Paulo: Editora Planeta, 1988.

WERKEMA, R. **Mesa histórica reúne assistentes sociais que enfrentaram a ditadura**. 20 set. 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1121>. Acesso em: 27 nov. 2018.

WOLFF, C. S. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 138-155.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, jul/set. 1999.

SOBRE A AUTORA



Maria Elaene Rodrigues Alves

Assistente Social formada pela UECE, mestra em Política Social-UECE e doutora em Serviço Social- UERJ. Professora Adjunta da Universidade de Brasília-UnB

Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

1ª Edição

Março de 2022

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Ancorada no pensamento social sobre a formação brasileira, especialmente no que concerne à ditadura civil-militar de 1964-1985 no Brasil, este livro traz um diálogo fecundo entre classes sociais e as clivagens de gênero para evidenciar os fundamentos histórico-analíticos que circundam o objeto de estudo. Isto é, a singularidade das experiências de violências e resistências de mulheres do Serviço Social no contexto ditatorial é desvelada e explicada pela afirmação da necessária articulação das relações patriarcais de gênero aos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas no país.

Resultado de revisão teórico-bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas, se detêm, portanto, sobre as formas de violências e as trajetórias de lutas e resistências experimentadas por mulheres estudantes, docentes e profissionais do Serviço Social naquele período ditatorial. E converge, ainda, com as formulações acadêmicas que evidenciam como a ditadura civil-militar freou o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão, em sua vertente crítica, só passível de ser retomado nos momentos estertores daquele regime.

Caracteriza-se, portanto, por uma contribuição original que deve ser lida e discutida por estudantes, profissionais e docentes do Serviço Social e de áreas afins. Tarefa essencial tanto às gerações mais jovens quanto de todos aqueles e aquelas que querem se apoderar de nossa história – mais urgente ainda no contexto atual de nosso país.

Ana Inês Simões Cardoso de Melo Profa. Dra. do
Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço
Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(FSS/UERJ).